

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

DIAGNÓSTICO SOCIAL: UM INSTRUMENTO DE PESQUISA SOBRE
POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS

APRESENTADA POR
RENATA OLIVEIRA DE SIQUEIRA

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: PROF. DR. MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA
Rio de Janeiro, Setembro de 2016

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: PROF. DR. MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA

RENATA OLIVEIRA DE SIQUEIRA

DIAGNÓSTICO SOCIAL: UM INSTRUMENTO DE PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES E
TERRITÓRIOS

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

Rio de Janeiro, Setembro de 2016

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Siqueira, Renata Oliveira de

Diagnóstico social: um instrumento de pesquisa sobre populações e territórios / Renata Oliveira de Siqueira. – 2016.
156 f.

Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Márcio Grijó Vilarouca.

Inclui bibliografia.

1. Terceiro setor. 2. Organizações não-governamentais. 3. Participação social. 4. Pesquisa social - Metodologia. I. Vilarouca, Márcio Grijó. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 300.72

RENATA OLIVEIRA DE SIQUEIRA

**DIAGNÓSTICO SOCIAL: UM INSTRUMENTO DE PESQUISA
SOBRE POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais

Data da defesa: 19/09/2016

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO



Márcio Grijó Vilarouca
Orientador (a)



Palloma Valle Menezes



Leandro Molhano Ribeiro

Aos trabalhadores sociais que, assim como eu, acreditam que, mesmo de maneira árdua,
mesmo que de sementinha em sementinha, ainda vale a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e suporte em todos os momentos difíceis, me amparando todas as vezes em que fraquejei e fortalecendo a minha fé em cada vitória alcançada.

Agradeço também ao Instituto Bola Pra Frente, por me permitir contar a nossa história de muitos projetos e trabalhos embasados pelo diagnóstico social, ferramenta tão relevante para a pesquisa social e que precisa ser estudada, esmiuçada, comentada e publicizada para que mais pessoas e instituições tenham acesso a uma metodologia científica de pesquisa social e escuta de populações.

Graças à confiança do Bola, dos meus queridos diretores Victor Ladeira e Laryssa Campos, eu pude fazê-lo e contá-lo, o que é também uma forma de contar a minha história e a forma organizada de trabalho social em que acredito. Obrigada Bola, lugar tão querido e que tem sido a minha segunda casa há alguns anos.

E, por fim, e não menos importante, agradeço ao meu querido orientador, Prof. Dr. Márcio Grijó, pelas dicas, sugestões e inspirações em todos os momentos, desde a minha entrevista para entrar no Programa.

Trabalhar e estudar não é fácil, mas a vida em geral não é, o importante é ser perseverante e não perder a fé, continuar caminhando e seguindo rumo ao objetivo.

Para isso, é fundamental poder contar com os amigos, com a família e com o apoio e compreensão daqueles que estão próximos. Eu não teria conseguido se não fosse esse time de amigos que citei, que participam de diferentes núcleos em que convivo, mas que sempre acreditaram e continuam acreditando em mim. Obrigada, do fundo do coração.

RESUMO

A presente dissertação apresenta uma análise sobre a forma com que o Terceiro Setor e as Organizações Não Governamentais – ONGs vêm dialogando com o público e com o território que atendem, principalmente sob o enfoque da ferramenta diagnóstico social, instrumento que aborda tecnicamente as questões sociais e as causalidades dos fenômenos observados nas localidades. Para tanto, é realizada uma revisão bibliográfica sobre a ferramenta e o contexto de institucionalização do Terceiro Setor e das ONGs, além do retrato da realização do Diagnóstico Social pelo Instituto Bola Pra Frente em 2016.

PALAVRAS-CHAVE:

Terceiro Setor - Organizações Não Governamentais – Diálogo Social – Diagnóstico Social.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the way the third sector and non-governmental organizations - NGOs have been dialoguing with the public and the territory they serve, especially under the focus tool social diagnosis, instrument technically addresses social issues and causalities to the phenomena observed in the localities. Therefore, it is carried out a literature review on the tool and the Third institutionalized context Sector and NGOs and a picture of the realization of the Social Diagnosis by Instituto Bola Pra Frente 2016.

KEYWORDS: Third Sector – Non-governmental organizations - Social Dialogue - Social Diagnosis.

“Os cientistas dizem que somos feitos de átomos,
mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias”

Eduardo Galeano

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 – Considerações sobre o Terceiro Setor e a sua institucionalização no Brasil.....	17
1.1. Antecedentes históricos	18
1.2. A questão social no Brasil	21
1.3. A organização do Terceiro Setor brasileiro no século XX.....	24
1.4. Um retrato estatístico do Terceiro Setor no Brasil	27
1.5. As políticas implantadas para a atuação do setor	32
1.6. Entendendo as limitações do setor.....	36
Capítulo 2 – Considerações sobre o sobre o “local” na contemporaneidade.....	39
2.1. Pertencimento <i>versus</i> flexibilidade	42
2.2. Sociedade global <i>versus</i> sociedade local	43
2.3. Atuação local <i>versus</i> eficiência nacional.....	46
Capítulo 3 - Diagnóstico social: uma ferramenta de leitura comunitária	51
3.1. Diagnóstico social – uma ferramenta	51
3.2. Diagnóstico social – definição.....	54
3.3. Estudo de caso – O diagnóstico social do Instituto Bola Pra Frente: explicitando a ferramenta.....	64
3.3.1. Caracterização	64
3.3.2. Diagnóstico Social do Complexo do Muquiço - 2016	68
3.3.3. Parâmetros de definição	70
3.3.4. Realização.....	73
Conclusão	80
Referências Bibliográficas	82
Anexo - Questionário socioeconômico aplicado pelo Instituto Bola Pra Frente em 2016	89

INTRODUÇÃO

O presente estudo parte de um processo de reflexão sobre a forma com que o Terceiro Setor¹ vem elaborando o planejamento de seus projetos sociais na última década. Como cientista social, comunicóloga e gestora de projetos, venho aprendendo e atuando na área há 10 anos, lidando com culturas empresariais, governamentais e com o dia a dia de comunidades que recebem os projetos desenvolvidos por atores do Terceiro Setor, do Estado e do mercado².

Da minha prática diária, suscitou a vontade de entender e dialogar sobre os desafios e demandas da realização de projetos sociais eficientes e que respondam e mitiguem necessidades legítimas, articulando interesses muitas vezes divergentes, já que envolvem atores sociais de meios distintos e que, por consequência, pensam e agem sobre lógicas distintas.

Não é uma tarefa fácil estabelecer a comunicação entre pessoas e instituições que não mantêm um diálogo permanente e aberto ou que muitas vezes nunca se falaram e desconhecem o ambiente e os objetivos do outro. Nesse contexto, criar metodologias,

¹ Para a definição do conceito de Terceiro Setor vamos usar a descrição de Marino (2003) onde o segmento é compreendido como corresponsável pelo desenvolvimento social e pela manutenção da rede de alianças intersetoriais. As organizações que o constituem possuem as seguintes características: “1. São formalmente constituídas; 2. Estão localizadas fora do aparato formal do Estado; 3. Não distribuem lucros entre seus sócios; 4. São autogovernadas; 5. Possuem em seu quadro um corpo de voluntários; e 6. Têm atuação voltada para o benefício público” (MARINO 2003:9; SALAMON; ANHEIER, 1992). O conceito macro de Terceiro Setor foi inicialmente abordado por Amitai Etzioni, sociólogo alemão, dirigente do Instituto para o Estudo de Políticas Comunitárias da Universidade George Washington, Estados Unidos, mas foi popularizado a partir do seu uso pela Commission on Private Philanthropy and Public Needs - Filer Commission (Comissão sobre Filantropia Privada e Necessidades Públicas – tradução nossa) na década de 1970. A referida comissão foi formada em 1973 nos Estados Unidos por um grupo de estudiosos acadêmicos e representantes de diversas instituições religiosas e filantrópicas. A partir desse momento, o conceito foi popularizado e utilizado para configurar as organizações localizadas entre o mercado - o Primeiro Setor - e o Estado - Segundo Setor (ANHEIR & LIST, 2005). A Sociedade Internacional para a Pesquisa em Terceiro Setor (ISTR) usa o referido termo como um rótulo unificador (ANHEIR & LIST, 2005) e, atualmente, ele é utilizado para abarcar as organizações da sociedade civil enquanto um setor específico de atividades humanas (MEREGE, 2009). A partir dos estudos do Institute for Policy Studies da John Hopkins University - JHU (Instituto para Estudos Políticos – tradução nossa), no final da década de 1980, a expressão Terceiro Setor tornou-se mais difundida e, no Brasil, bem como na América Latina, é mais comumente utilizada.

² Entende-se Estado e mercado como as instituições e empresas representantes do Primeiro e Segundo Setor, respectivamente, como explica Oliveira (2005), ao expor que o Primeiro Setor envolve o Estado em suas variadas instâncias de poder (municipal, estadual e federal), e o Segundo, as organizações com fins lucrativos, nos setores primário, secundário e terciário, ou seja, a indústria, o comércio e os serviços.

ferramentas, formas de diálogo e de aproximação que gerem resultados e embasem projetos e ações sociais têm sido a esfera de atuação do Terceiro Setor e, em particular, a minha.

No avançar de minha trajetória atuando em projetos sociais³ no Instituto Bola Pra Frente, uma organização do Terceiro Setor localizada em Deodoro, no Rio de Janeiro, venho trabalhando em um instrumento de avaliação *ex-ante*⁴, ou seja, a primeira avaliação de cenários para a possível realização de um projeto social (CURY, 2001) denominado diagnóstico social.

Essa ferramenta tem se mostrado eficaz para o levantamento de demandas e para a investigação de territórios e populações, reunindo abordagens etnográficas, geográficas, historiográficas, estatísticas e se pautando na premissa do olhar e do ponto de vista do morador como elemento primordial para refletir sobre um futuro projeto comunitário.

O diagnóstico social tem sido utilizado em diferentes contextos e com diversas ferramentas e formas de obter a informação, fato que o torna rico e de fácil adaptação, mas que também o faz abstrato, pois ainda são poucos os documentos que o descrevem e explicitam as suas especificidades.

Justamente por isso, me propus a tratar cientificamente o meu objeto de trabalho, ingressando no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, vinculado à Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, com o objetivo de trazer para a academia uma ferramenta que considero de muito potencial e valor para a pesquisa social e para o Terceiro Setor, porém, pouco estudada e analisada de forma científica.

Assim como Lícia Valadares (2005), acredito que:

Na construção das representações sociais, a biografia do autor tem seu lugar, assim como as ideias e os discursos implícitos e explícitos no contexto de sua época. O pensamento de um determinado autor só pode ser compreendido quando se leva em conta o seu tempo, origens de classe, características sociais, políticas e religiosas, além do contexto intelectual em que circulava e se inseria (VALLADARES, 2005: 13).

³ Segundo a definição da CEPAL (1995), projeto social é “a unidade mínima de alocação de recursos que, através de um conjunto integrado de atividades pretende transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema” (CEPAL, 1995:5).

⁴ Segundo Ruas (2003), a avaliação *ex-ante* “expressa uma concepção holística, interativa e iterativa, segundo a qual a avaliação se inicia desde o momento em que se define o problema ou necessidade que justifica a política, programa ou projeto, integra as discussões em torno da formulação das alternativas, envolve a tomada de decisão, e acompanha o processo de gestão, informando-o sobre os seus avanços, riscos e limitações, desvios a corrigir, vantagens a maximizar, etc.” (RUAS, 2003:7).

Nesse contexto, julgo importante mencionar neste trabalho a minha própria trajetória, visto que está entrelaçada com minhas escolhas e objetivos de vida. Graduei-me em Ciências Sociais e, em Comunicação Social com o objetivo de tornar prático o ato de questionar sobre as coisas, desvendar o que está oculto de forma mais ativa do que discursiva, que servisse para além de um texto jornalístico ou científico, que embasasse ações concretas.

Foi ainda durante as graduações que me apaixonei pelo ambiente do Terceiro Setor e dos projetos sociais, onde pude verificar como aconteciam as proposições de desenvolvimento comunitário e de políticas públicas para populações de baixa renda.

Apaixonei-me também pela favela e pelo seu próprio *modus operandi*, ou seja, sua forma particular de ser, estar e agir, como a sua população se portava e se relacionava de um jeito tão particular e seu, que se modificava de favela em favela por onde eu trabalhava, mas também tão rico, diverso e complexo dentro da sua própria comunidade⁵.

Por morar no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro e sempre transitar e trabalhar em favelas, tive que exercitar o ensinamento da Antropologia Social, vestir a capa de etnóloga e, assim como DaMatta (1978) explicita, me propus a:

Aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico no familiar e/ou (b) transformar o familiar em exótico. E, em ambos os casos, é necessária a presença dos dois termos (que representam dois universos de significação) e, mais basicamente, uma vivência dos dois domínios por um mesmo sujeito disposto a situá-los e apanhá-los (DAMATTA, 1978: 4).

Ao transitar por favelas e diferentes territórios em prol dos projetos sociais e pesquisas em que estava envolvida, pude perceber um pouco das particularidades e carências do trabalho social em áreas consideradas de vulnerabilidade⁶.

⁵ O conceito de “comunidade” é muito vasto e amplamente discutido nas Ciências Sociais sob várias vertentes e aspectos, mas para melhor entendê-lo no contexto de território que estamos discutindo, é relevante termos em consideração que ele envolve um sentimento de pertença a um grupo e/ou a um lugar. Volpato & Peruzzo (2009), ao fazerem uma releitura de diversos autores que discorrem sobre o tema, explicam que alguns elementos caracterizam uma comunidade na atualidade. São eles: “a) sentimento de pertencimento; b) sentimento de comunidade; c) permanência (em contraposição à efemeridade); d) territorialidade (real ou simbólica); e) forma própria de comunicação entre seus membros por meio de veículos específicos” (VOLPATO & PERUZZO, 2009:144). Os autores explicam ainda que é relevante compreender o contexto globalizado atual, onde território e local assumem aspectos mais amplos, pois é possível ser e pertencer a uma comunidade mesmo estando distante, podendo o território ser físico ou simbólico.

⁶ Por vulnerabilidade social podemos recorrer à explicitação de ABRAMOVAY, 2002; VIGNOLI, 2001, que afirmam que o conceito pode ser definido por “situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o

A tradução das demandas da população de forma fidedigna e participativa, além da comunicação eficaz com os moradores sempre se apresentou como um desafio para empresas, Estado, e sobretudo, para o Terceiro Setor, que tem nestes territórios o seu objeto de atuação.

No Brasil, o Terceiro Setor, por ser um âmbito de trabalho com recente histórico de desenvolvimento e fomento, ainda apresenta carência no que se refere à profissionalização do seu trabalho, conforme veremos adiante. Por isso, torna-se relevante que, cada vez mais se organizem ideias e ferramentas que o auxiliem em seu desenvolvimento, trazendo concretude à sua percepção do que é a comunidade em que atua.

Pude perceber que muitas ONGs e projetos sociais que atuam em favelas, sabem muito sobre os seus públicos beneficiários e lidam bem com eles. No entanto, não conseguem mensurar dados específicos que podem auxiliar no desenvolvimento de seus projetos.

Trabalham com crianças, mas desconhecem o número total de crianças naquela localidade; oferecem serviços sociais, mas não atuam em parceria com os demais órgãos que oferecem serviços sociais na região e, que muitas vezes, complementarizam o seu trabalho; estão há anos na comunidade, mas não sabem a fundo a história da mesma e nem até onde vai o seu limite, atendendo então pessoas de regiões distantes, por não saberem como realizar um estudo territorial.

Essa percepção quanto ao Terceiro Setor e essa inquietude em poder descobrir mais sobre como o trabalho social pode ser estruturado e fomentado auxiliaram-me na formatação desta dissertação, que vem ao encontro da finalização do Diagnóstico Social do Complexo do Muquição 2016, que será utilizado como estudo de caso neste trabalho.

Espero que o presente material possa auxiliar demais trabalhadores sociais e contribuir para discussões sobre estratégias de análise e intervenção social em territórios de vulnerabilidade.

Diagnósticos sociais, análises de cenário, avaliações *ex-ante* e demais ferramentas com o propósito de análise social têm sido elaboradas por organizações sociais do Terceiro Setor de diferentes expertises, como por exemplo, com o foco no esporte, na educação ou na capacitação profissional. Nesse contexto, a criação de instrumentos reflete uma preocupação

sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais” (ABRAMOVAY, 2002:30).

atual no Brasil de busca por metodologias e parâmetros de avaliação e planejamento de projetos, conforme aponta Marino (2003).

Esta dissertação está inserida na discussão sobre como se dialoga, inclui e empodera populações em situação de vulnerabilidade. Subirats (2012) expõe que, atualmente, a sociedade está mais atenta a projetos de futuro que sejam compartilhados por todos os indivíduos e deem escalabilidade a práticas cidadãs.

A sociedade está cada vez mais preocupada com temas como a coesão social, a inclusão no mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida nas cidades grandes e pequenas, com seus problemas centrais. As pessoas se preocupam com a fragilidade e a vulnerabilidade que caracterizam as transformações do sistema produtivo e do mercado de trabalho e o esgotamento progressivo dos recursos naturais, e constataam como o envelhecimento da população, junto com as mudanças nos modelos familiares, apresenta novos desafios a todos. (SUBIRATS, 2012:9).

O autor explica que a complexidade da sociedade atual exige novas formas de pensamento para políticas públicas e para as ações de governo da comunidade e do território. Além disso, explicita que, nos últimos anos, constata-se o empenho social por maneiras mais integradas de relacionar diferentes políticas e atuações regionais, valorizando-se as entidades e atores da localidade e colocando em evidência “o local”, que está diretamente relacionado à identidade e ao sentimento de pertença.

Calsing (1980) expõe que a participação das comunidades é tida como pressuposto para o sucesso do planejamento de projetos sociais, proporcionando uma melhor adequação dos programas e projetos as necessidades dos grupos minoritários. Nesse contexto, é importante pensar como o local está sendo abordado nessas ações. Estaria ele fazendo parte do processo de planejamento ou apenas servindo como receptáculo de ações elaboradas por outrem?

Desta maneira, os questionamentos e desafios de minha área de trabalho demonstram conexão com as discussões atuais sobre como são elaborados hoje os projetos sociais no Brasil e como se dá a atuação do Terceiro Setor nesse processo.

Merege (2009) explica que o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil teve grande importância na construção democrática e política pós-regime ditatorial, onde a sociedade civil, que até então se caracterizava “pela expectativa de receber todos os benefícios do Estado, começou a se organizar mais intensamente do que no passado, formando organizações não-lucrativas” (MEREGE, 2009:11). O Terceiro Setor, expõe o autor, formado no país ainda

na década de 1980, pode ser considerado jovem e carente de estudos e levantamentos sobre seu tamanho, estrutura e poder de atuação.

Durante a década de 1990 o setor passou por um grande crescimento, permeado pelo contexto de abertura política e busca por movimentos e ações que representassem a recente sociedade democrática. No Brasil, de 1996 a 2002, o número de organizações passou de 107 mil para 276 mil e, em 2010, já somavam 290,7 mil entidades (IBGE, 2002; 2010).

Merege (2009) explica que a visibilidade que o Terceiro Setor alcançou em um curto espaço de tempo está relacionada “ao seu potencial de revolucionar o modo de fomentar políticas públicas, em que a governança compartilhada passou a ser uma alternativa para a solução dos problemas sociais de nosso país” (MEREGE, 2009:25).

No cenário atual de efervescência política cabe refletir como hoje atua a área e como as ferramentas de diagnose social podem auxiliar no processo de construção de projetos sociais e de políticas públicas.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é abordar o diagnóstico social enquanto ferramenta de análise de territórios, tendo ainda como pano de fundo uma análise do Terceiro Setor e de seus desafios na leitura comunitária.

No capítulo 1 - Considerações sobre o Terceiro Setor e a sua institucionalização no Brasil, será abordada a trajetória do Terceiro Setor e as premissas que possibilitaram o seu surgimento e consolidação.

No capítulo 2 – Considerações sobre o “local” na contemporaneidade, serão abordados alguns conceitos pertinentes ao trabalho com localidades, principalmente pelo Terceiro Setor e pelas Organizações não Governamentais – ONGs.

Já no capítulo 3 - Diagnóstico social: uma ferramenta de leitura comunitária, será abordado o diagnóstico social enquanto ferramenta, sendo observados a sua definição e seu uso em diferentes contextos. Por fim, o diagnóstico social do Instituto Bola Pra Frente será analisado como estudo de caso, tendo explicitado o seu processo de realização.

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR E A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Neste capítulo, será abordado o contexto histórico em que surge o Terceiro Setor no mundo e no Brasil, bem como o desenvolvimento das Organizações Não Governamentais – ONGs⁷, instituições que por vezes são compreendidas como porta-vozes de demandas comunitárias não visualizadas ou não contempladas pelo atendimento do Estado, mas que possuem limites estruturais na suposta representatividade da sociedade civil⁸.

No contexto brasileiro, percebe-se o aumento no número de entidades dessa natureza após a abertura política e a nova Constituição Federal, no fim da década de 1980. No cerne da expansão do Terceiro Setor no país, verificou-se nesse momento uma “certa áurea romântica, atraindo a admiração de uma sociedade recém-saída de um regime de exceção e que precisava construir espaços de mobilização” (FERREIRA, 2005:17).

Atualmente, a atuação organizada das entidades do Terceiro Setor e o destaque das ONGs no tratamento de questões sociais é uma realidade nacional (IBGE, 2010). Entretanto, ao mesmo tempo em que se percebem ONGs pequenas e com poucos funcionários contratados, verificam-se também grandes organizações ativas nas áreas de Educação,

⁷ No Brasil, as Organizações Não Governamentais possuem um destacado papel na atuação do Terceiro Setor. Juridicamente, não há uma definição específica para ONGs no país, visto que a legislação só trata de dois tipos de organizações privadas não-lucrativas: as fundações e associações. Publicação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG (2007) explicita que o conceito ONG é apenas político, ou seja, “ele não existe formalmente e tem sido comumente usado de forma generalista” (ABONG, 2007:5). No entanto, a ABONG esclarece que embora seja uma expressão carregada de identidades e construções simbólicas, ao longo do tempo, na medida em que o conceito de Terceiro Setor também vem se delineando, é possível extrair algum significado mais concreto para compreensão geral do termo. Sendo assim, no Brasil, o termo ONG pode ser definido como: “organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos” (ABONG, 2007:11).

⁸ Segundo Fernandes (1994), “o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (Fernandes, 1994: 127). Nesse contexto, podemos entender mais claramente o conceito de sociedade civil, tão polissêmico e difundido por diferentes autores ao longo da história, mas ao estar atrelado as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, que compõem o Terceiro Setor, se traduz na sociedade organizada e praticando a cidadania, exercendo seus direitos e deveres. De Bonis (2013) expõe que “a Constituição Federal de 1988 reconheceu em seu texto o importante papel das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos na vida democrática do país. O texto constitucional protege a liberdade de associação, proibindo interferências governamentais, e prevê a participação dessas organizações na formulação e implementação de políticas públicas, entre outras medidas” (De Bonis, 2013:33).

Esporte, Saúde e afins, ocupando um espaço político, econômico e social antes dedicado ao Estado e as corporações privadas (FERREIRA, 2005).

Esse movimento traz em voga a discussão sobre o papel que o Estado vem assumindo - ou deixando de assumir – frente ao atendimento das demandas sociais. Além disso, questiona-se se as ONGs seriam os organismos adequados para representar a sociedade civil, visto a sua vinculação e subordinação ao Estado e ao mercado para o recebimento das verbas e a limitação local na definição de políticas públicas.

Nesse contexto, é relevante para este trabalho entender o surgimento e institucionalização do Terceiro Setor, a natureza das instituições que atuam nesse âmbito e como as ONGs se estabelecem e se qualificam no trabalho social.

Por ser considerado um termo polissêmico e que gera discussões em várias vertentes de defesa e crítica de suas práticas (FERREIRA, 2005), é pertinente abordarmos o contexto do surgimento do conceito de Terceiro Setor e a sua relação com a sociedade civil e a prática da cidadania.

Entender como as ONGs se articulam nessa relação e o espaço que ocupam enquanto entidades que empregam funcionários e que movimentam a economia também se faz necessário para a compreensão da sua especialização na criação de ferramentas que analisam e avaliam o trabalho social, justificando a sua existência.

1.1. Antecedentes históricos

Para entendermos a ação do Terceiro Setor enquanto dimensão organizada da sociedade e sua trajetória de institucionalização faz-se necessário aprofundar o estudo nos primórdios da ação do homem na vida em sociedade.

Ao viver em grupos e se relacionar com outros indivíduos, o ser humano, voluntariamente ou por necessidade, tem exercido ao longo da sua história, a ação de ajudar ao outro. Oliveira (2005) expõe que, desde que a História passou a ser registrada nas sociedades mais antigas, é possível verificar que famílias, clãs e tribos ajudavam os desvalidos e necessitados, em virtude do apoio mútuo que prestavam uns aos outros e dos vínculos que os mantinham unidos.

Sposati (1992) explica que a assistência ao outro é prática antiga na humanidade, não se limitando apenas à civilização judaico-cristã e às sociedades capitalistas.

A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Ao longo do tempo, grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio. Esta ajuda se guiou pela compreensão de que na humanidade haverá sempre os mais frágeis, os doentes, etc., que não conseguirão reverter sua condição, carecendo de ajuda. (SPOSATI, 1992: 40).

Para a autora, o homem é naturalmente um ser dependente “pleno de necessidades e carecimentos” (SPOSATI, 1992:40).

Nesse sentido, por meio de uma análise histórica, é possível perceber a inclinação humana para a assistência ao necessitado. Nas sociedades antigas, o apoio mútuo era vinculado à parentesco ou contiguidade; posteriormente, percebe-se a ajuda por impulsos humanitários e religiosos a pessoas que não pertenciam a um mesmo círculo de relações e, mais adiante na História, a partir do estabelecimento de normas morais e religiosas, a assistência é vista como pauta de comportamento (EGG, 1994).

A partir da civilização judaico-cristã, a ajuda toma a expressão de caridade e solidariedade ao semelhante, estando ligada à conduta e à moral, explica Sposati (1992). Nesse contexto, a vida terrena era considerada transitória e o consolo dos aflitos seria uma forma de transcender essa transitoriedade.

Egg (1994), explica que, para facilitar a organização da ajuda aos necessitados no início do cristianismo os apóstolos criaram os serviços de assistência (diaconias). Os diáconos e diaconisas tinham a missão de organizar e canalizar as esmolas e ajudas privadas, recolhendo donativos, organizando e distribuindo aos pobres.

Na Idade Média⁹ começam a ser criadas as primeiras instituições de caridade, mantidas pelas companhias religiosas ou pela caridade leiga, onde a assistência era entendida mais como ato de piedade de almas caridosas do que como um direito do ser humano (SPOSATI, 1992).

Durante a Idade Média, a Europa passou por grandes transformações. Nesse período, a Igreja exerceu uma forte influência em todos os campos da vida dos cidadãos, orientando e norteando as cidades para âmbitos além do religioso, estando presente na política, na economia e nas relações sociais. A Igreja era responsável pelos hospitais e pela ajuda aos pobres e enfermos, onde ao lado de cada convento era construído um hospital.

⁹ A Idade Média corresponde ao período entre os séculos V e XV, desde a queda do Império Romano até a queda de Constantinopla. Egg (1994) explica que o conceito de Idade Média é válido apenas para Europa, que durante este período esteve dominada pela existência de três núcleos históricos: Império Romano do Ocidente, Império Bizantino e Império Islâmico.

No século XV, mais de 1.000 mosteiros, conventos, hospitais e abadias proporcionavam refúgio, esmolas, comida e roupas para os pobres e para os mendigos ambulantes (MAX, 1965 apud EGG, 1994). Além disso, as ordens religiosas se espalhavam pelo continente europeu e para outros territórios, já que nesse período têm início as cruzadas.

É impossível compreender a prática da assistência ao necessitado e da ajuda aos pobres nesse período sem prescindirmos da perspectiva religiosa do homem medieval e de sua concepção de sociedade e da história que deriva dela. A sociedade é como deve ser; que haja pobres e ricos, é algo natural. O pobre satisfaz a Deus pela resignação, aceitando a sua pobreza e a humilhação de ser ajudado; o rico satisfaz pela caridade, expressada na esmola. (EGG: 1994: 65, tradução nossa).

Durante o período do Renascimento, o humanista valenciano Juan Luis Vives (1492-1540) aborda de forma sistemática a ajuda aos pobres em um documento, chamado *Tratado do Socorro aos Pobres e da Necessidade de Humanidade*, datado de 1526. O Tratado traz a discussão da diferenciação entre caridade religiosa e tratamento público da questão.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a sociedade vai se modificando, as relações sociais e o tratamento dedicado aos pobres pelos Estados acompanham as transformações. Gradativamente, e à medida também que os territórios se constituem como estados-nações, o Estado vai se apropriar e direcionar as ações sociais.

Na Idade Moderna¹⁰, com o auge do individualismo e a organização de diversos grupos de caridade, a esmola, que anteriormente era vista como salvadora dos ricos e dos pobres, passa a não ser mais suficiente para o homem alcançar a Deus. Com a Revolução Industrial e a disseminação dos princípios liberais, o esforço por meio do trabalho torna-se valorizado. A organização das obras de caridade deixa de ser exclusividade da Igreja, passando a ter a intervenção do Estado.

Nesse contexto, a caridade é então compreendida como uma maneira de despir as pessoas da condição de cidadãs, ou seja, indivíduos capazes de trabalhar e garantir o seu sustento. “A pobreza era considerada um atributo individual daqueles que não se esforçavam para superá-la e que, portanto, eram tidos como responsáveis pela situação de miséria em que se encontravam” (CARVALHO, 2008:12).

Com a consolidação do capitalismo, a situação do proletariado e as questões relativas à exploração dos trabalhadores fomentaram o aparecimento de movimentos sociais. Surgem nesse contexto grupos sindicalistas, socialistas, anarquistas, novas congregações religiosas,

¹⁰ A Idade Moderna corresponde ao período entre os séculos XV e XVIII, tomando por acontecimentos principais a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, e a Revolução Francesa, em 1789.

tanto católicas quanto protestantes, e formas ainda que primitivas de organização da sociedade civil em prol da ajuda das classes pobres.

Nos séculos XIX e XX emergem iniciativas de consolidação do tratamento dispensado à população pobre, como por exemplo, o Sistema Elberfeld, na Alemanha, que se tratava de um sistema beneficiário de ajuda aos pobres custeada pelo Estado no ano de 1853. Na Escócia, temos a iniciativa de Thomas Chalmers (1780-1847), organizando o trabalho de assistência no povoado de Kilmany por meio de acompanhamento pessoal e conhecimento das realidades sociais.

Em paralelo, surgiam as primeiras organizações sociais internacionais de ajuda humanitária, como a Cruz Vermelha (1863), o Exército da Salvação (1878) e a Cáritas (1897).

A evolução dessas iniciativas e do pensamento teórico que as embasava irá culminar na organização do atendimento das demandas de uma população pobre que não era assistida pelo Estado, mas que, entretanto, se torna público beneficiário e razão da existência de organizações especializadas em saúde, educação, trabalho, seguridade social e afins.

Ao longo do tempo, essas organizações irão se institucionalizar e reivindicar por direitos e deveres no tratamento das questões sociais, ampliando seu espaço de atuação e abrindo caminho para o surgimento de outras organizações pautadas por princípios semelhantes, construindo assim a trajetória de trabalho do futuro Terceiro Setor.

1.2. A questão social no Brasil

No Brasil, as primeiras ações documentadas que eram ligadas à ajuda o próximo e à caridade ocorreram a partir do final da segunda metade do século XVI, por meio da Igreja Católica que, após a ocupação do território por Portugal, atuava com os padres jesuítas na catequização dos índios e na doutrinação dos habitantes brasileiros.

A Companhia de Jesus, ordem jesuítica fundada por Inácio de Loyola em 1534¹¹, surgiu em um período de lutas e reformas para a Igreja Católica, que encontrava nos luteranos europeus uma força religiosa contrária aos seus preceitos.

¹¹ O referido religioso viveu de 1491 a 1556. Atualmente, a Ordem dos Jesuítas é a maior ordem católica no mundo, reunindo 17 mil jesuítas em 130 países e cinco continentes. O papa Jorge Mario Bergoglio tornou-se o primeiro membro desta ordem a chegar ao papado, em 2013. Fonte: Associação Antônio Vieira (ASAV), que atua como uma das faces civis da Província dos Jesuítas do Brasil. <<http://www.jesuita.org.br>>. Acesso em 15/06/2105.

Oliveira (2011) expõe que os conflitos pelos quais passava a Igreja tornaram seus missionários mais fortes e dispostos a lutar pela implantação do catolicismo entre os povos infieis e a combater o protestantismo. Os missionários tinham a fé inabalável, a disposição a todos os sacrifícios e a disciplina exemplar como incentivos para a sua atuação. (OLIVEIRA, 2011).

Os jesuítas, explica Oliveira (2011), formaram as primeiras legiões de missionários que se dispuseram a deixar a Europa e que se dedicaram à doutrinação dos não cristãos no novo continente. E, de 1549, quando chegaram ao Brasil, a 1759, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal¹², exerceram por 210 anos a função de educar, cuidar e ajudar aqueles que, em sua opinião, estavam em posição inferior aos europeus.

No Brasil, a Companhia de Jesus preocupava-se com a educação e doutrinação dos índios, sempre enaltecendo a necessária presença da Igreja junto a um “povo tão carente”, conforme apresenta o sacerdote jesuíta Manuel da Nóbrega em carta ao Padre Geral Diogo Lainez, em 1561.

Estamos em terra tão pobre e miserável, que nada se ganha com ela, porque é a gente tão pobre, que por mais pobres que sejamos, somos mais ricos, que eles [...]. Aqui não há trigo, nem vinho, nem azeite, nem vinagre, nem carnes, senão por milagre, o que há pela terra, que pescado, e mantimento de raízes, por muito que se tenha, não deixaremos de ser pobres, e mesmo isto não o temos, se não se trabalha, porque nem disto há esmolas, que bastem. (LEITE, 1940:112).

No início de sua ação no território brasileiro, a Companhia de Jesus contava apenas com as doações e esmolas doadas pelos colonos e com o apoio da coroa, através da manutenção de seus principais colégios, na Bahia, no Rio de Janeiro e, em Olinda.

Entretanto, havia também as manifestações de apoio nas demandas judiciais, concessões de privilégios e aprovações de leis favoráveis aos interesses da Ordem, além da isenção de dízimos e taxas. Ao longo do século XVII, as doações particulares se consolidaram e as terras que possuíam, os colégios e o capital alcançado superavam em muito o apoio da Coroa (SANTOS, 2008).

Todavia, mesmo com a incoerência entre o discurso de caridade e a prática do acúmulo de riquezas e exploração dos povos indígenas e negros (SANTOS, 2008), foi a partir

¹² Durante a década de 1750, a Companhia de Jesus passou por uma grande crise em Portugal, em virtude da influência do absolutismo monárquico que se instalou na Europa e do desejo de centralização do poder, já que os jesuítas possuíam na época inúmeras terras e certa independência do Estado e da Igreja Católica. Marquês de Pombal, então ministro do reino e que representava o despotismo esclarecido - onde o rei possuía o direito divino – expulsou os jesuítas de Portugal e de suas colônias. (SECO; AMARAL, 2006).

da vinda dos jesuítas que o conceito de auxílio aos necessitados de forma organizada começou a ser inculcado no cotidiano do país.

Rodrigues (1998) explica que, durante o período da colonização, a metrópole não tinha a estrutura necessária e nem o interesse para arcar com as questões sociais da Colônia. Coube então à Igreja Católica zelar pelo “bem-estar da população como estratégia para atrair novos fiéis no continente recém-descoberto” (RODRIGUES, 1998:34). Como nesse momento havia uma forte relação entre Estado e Igreja, enquanto a metrópole gerenciava a empresa colonial, as atividades de cunho social eram quase que exclusividade dos jesuítas.

Seu papel era coordenar e mobilizar segmentos da sociedade civil em prol da promoção social, sobretudo, nas áreas de educação, saúde e assistência social. Datam daquela época, por exemplo, a expansão pelo país afora dos colégios dos jesuítas e dos hospitais/asilos das irmandades da Misericórdia (as Santas Casas). (RODRIGUES, 1998:34).

A autora ressalta o caráter dúbio da Igreja Católica, que agia como setor público, já que fazia parte do governo, e também com características do Terceiro Setor que entendemos hoje, pois se envolvia nas questões comunitárias e baseava sua estratégia de ação no envolvimento dos membros da localidade.

Oliveira (2005) explica que as primeiras instituições ligadas à filantropia no Brasil surgiram com a Igreja e possuíam todas as contradições inerentes ao contexto das relações entre governo, clero e população, tais como o clientelismo, a troca de favores por lealdade ou vantagens.

Uma das instituições criadas nesse período foram as Santas Casas de Misericórdia, que agiam no âmbito da saúde, um dos braços que a Igreja controlava durante o período colonial. A educação estava no outro braço, sendo regida pela Companhia de Jesus.

No Brasil, foram as Santas Casas que implantaram os primeiros hospitais, seguindo o modelo já desenvolvido em Portugal.

A primeira Santa Casa de Misericórdia foi fundada em Lisboa, em 1498, como uma confraria e irmandade com fins piedosos e caritativos. Sua forma de organização e funcionamento foi copiada pelas instituições que foram criadas em todo o império português, continental e ultramarino. As Misericórdias detinham o monopólio da assistência e passaram a constituir o sistema assistencial de Portugal. Eram mantidas com algum apoio da Coroa, mas a maior parte dos recursos era oriunda de doações e testamentos. Esse interesse e apoio da Coroa para a criação de Misericórdias gerou algum conflito com a Igreja, que detinha o poder de referendar as irmandades, por serem vinculadas a ordens religiosas. (SILVA, 2010:20).

Uma outra vertente de ação social organizada e voluntariada no país se deu pela criação das associações oriundas do catolicismo popular, conforme explica Oliveira (2005),

que se expressava em torno das confrarias e irmandades, como por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, localizada no centro do Rio de Janeiro e que teve um papel destacado no movimento abolicionista do Brasil¹³.

As instituições de assistência criadas durante a época colonial eram vinculadas à Igreja e à elite e a relação entre esses dois expoentes e a população estava permeada por obtenção de vantagens, favores e influência política. Esse quadro irá perdurar até o século XVIII, misturando assistência, religiosidade, dívida moral, civil e confessional, esfera pública e esfera privada (OLIVEIRA, 2005).

Já no século XIX há um enfraquecimento da relação entre Estado e Igreja, refletindo as transformações pelas quais o Império estava passando. Nesse período, há a proibição da participação de membros das irmandades em organizações maçônicas, o que era comum até então, visto que a maçonaria exercia influência destacada na filantropia brasileira (OLIVEIRA, 2005).

Com a proclamação da República, em 1888, e a Constituição de 1891, oficializou-se a separação entre Estado e Igreja, tornando a então República um Estado laico¹⁴. A partir desse momento, há uma abertura para atuações sociais em âmbitos além dos tradicionalmente praticados desde os tempos coloniais. Surgem associações independentes da Igreja dedicadas à filantropia e à imigração de europeus protestantes, o que favorece o trabalho social e educativo em outras correntes religiosas.

1.3. A organização do Terceiro Setor brasileiro no século XX

Durante a República Velha (1889-1930), o Estado ainda não se preocupava com as questões sociais, que ficavam a cargo das organizações religiosas, filosóficas e caritativas, onde a população pobre ainda era vista como objeto da bondade dos mais abastados. (OLIVEIRA, 2005). Sposati (1992) explica que:

No caso brasileiro é possível afirmar, salvo exceções, que até 1930 a consciência possível em nosso país não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediato enquadrada como ‘caso de polícia’ e tratada no interior de seus aparelhos

¹³ Para mais informações acessar o site da irmandade <<http://www.irmandadedoshomenspretos.org.br/>>.

¹⁴ De acordo com o Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa.

repressivos. Os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos. (SPOSATI, 1992:41).

A partir da crise do capitalismo, entre 1929 e 1933 (BEHRING, 2006), há uma mudança nas relações capitalistas no Brasil. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo, em 1930, após um movimento revolucionário, este inicia um período de “regulamentação das relações de trabalho no país” (CARVALHO, 2008:13).

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a iniciativa pública começa a reconhecer a questão social como âmbito estatal. É criado o Ministério do Trabalho e, no seu bojo, vários direitos trabalhistas, como por exemplo, os auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego; os Institutos de Aposentadorias e Pensões; o Ministério da Educação e Saúde Pública e um de seus braços, o Conselho Nacional de Serviço Social.

Posteriormente, durante o Regime Militar (1964-1985), é adotada uma postura controladora frente às questões sociais, “criando grandes estruturas hierarquizadas e centralizadas com vistas a reduzir a pobreza e as diferenças regionais” (CARVALHO, 2008:28), tais como o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), O Banco Nacional de Habitação (BNH), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Cooperativa Brasileira de Alimentos (COBAL).

No contexto de ditadura e supressão de direitos, vivenciado até a década de 1980, os movimentos sociais religiosos, filosóficos e caritativos não encontram terreno fértil para o seu desenvolvimento, mantendo-se de maneira discreta.

Entretanto, com a abertura política e a Constituição de 1988, a participação da sociedade na vida pública encontra espaço e é incentivada, fomentando o desenvolvimento dos movimentos sociais e a organização de grupos que se dedicavam até então de forma mais amadora ou clandestina ao tratamento e discussão de questões não amparadas pelo Estado.

A partir da luta pela redemocratização, a sociedade civil brasileira começa a apresentar um variado protagonismo em diversas arenas públicas no País. Até então, a sociedade no Brasil havia sido considerada um ator muito secundário, devido à sua fragilidade histórica e pela própria descrença em sua capacidade de organização, mobilização e eficácia, qualidades estas que sempre foram reclamadas ao Estado, em que pese, também, ele não as ter mostrado. (PINTO, 2005:198).

Nos últimos 30 anos, explica Pinto (2005), a sociedade começa a tomar novos contornos, fazendo emergir novos atores que se fazem ouvir em espaços para além da política

e têm alcançado conquistas para grupos minoritários e marginalizados, agentes estes integrantes do recente Terceiro Setor.

O desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil teve um papel importante para a construção política e social pós regime militar. Somente com a viabilização da democracia, em 1985, os movimentos sociais puderam se expressar livremente e exigir uma maior participação no direcionamento das questões sociais do país.

O poder econômico estatal estava enfraquecido e a sociedade civil, tradicionalmente caracterizada pela expectativa de receber todos os benefícios do Estado, começou a se organizar mais intensivamente do que no passado, formando organizações não lucrativas. Problemas sociais, tais como a concentração de renda, desemprego, pobreza e os assustadores níveis de violência levaram a sociedade civil a se mobilizar. (MEREGE, 2009:11).

No Brasil, o desenvolvimento da sociedade civil e das organizações representantes da mesma esteve até o século XX atrelado as questões estatais do assistencialismo e do clientelismo. Além disso, conforme explica Pinto (2006), a peculiaridade do país com relação ao desenvolvimento do Terceiro Setor é que convivem no mesmo espaço, uma influente sociedade civil, bem como parcelas significativas da população, que dela está excluída.

Exclusão esta que define condições de desigualdade entre os cidadãos de um país regido por leis que garantem a igualdade, o que é possível ser verificado não só no Brasil, mas em diversos países da América Latina.

Pinto (2006) expõe que os processos de inclusão podem ser estudados considerando dois momentos distintos:

O primeiro resume-se na máxima de Hannah Arendt do “direito a ter direitos”; o segundo refere-se ao exercício de fato desses direitos. A consciência de ter direito a direitos é uma condição necessária, mas não suficiente da cidadania, ou seja, é apenas um primeiro momento no processo de inclusão. (PINTO, 2006:654).

Na trajetória política brasileira, a sociedade civil tem tido pouca ou nenhuma possibilidade de incorporar os excluídos, o que primeiramente tem sido alçada do Estado. Entretanto, desde a Constituição de 1988, a presença e a atividade da sociedade civil como ator político e das organizações do Terceiro Setor enquanto uma esfera da sociedade tem sido crescente, seja por meio da atuação das ONGs, que tiveram um aumento exponencial nas duas últimas décadas, seja na presença nos múltiplos conselhos que a Constituição determinou e, em inúmeras manifestações de cunho político, econômico ou cultural (PINTO, 2006).

1.4. Um retrato estatístico do Terceiro Setor no Brasil

No Brasil, somente em 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁵ promoveu um estudo para dimensionar o tamanho do Terceiro Setor no Brasil e o quantitativo de organizações que o compõe. Esta foi a primeira pesquisa estatística sobre o setor, apesar de Mendes (1999), Falconer (1999), Olak (2000) já terem abordado o perfil e as dinâmicas de atuação dessa área de trabalho e conhecimento (OLIVEIRA, 2009).

No estudo do IBGE foram alvo de pesquisa as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – FASFIL¹⁶, selecionadas de acordo com a adequação as cinco premissas elaboradas pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002, devendo ser simultaneamente enquadradas nos seguintes critérios:

- (a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- (b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- (c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- (d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- (e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores. (IBGE, 2002:15).

No Brasil, as três categorias jurídicas que se enquadram nesses critérios são: as associações, as fundações e as organizações religiosas.

As associações, de acordo com o art. 53 do novo Código regido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos. As fundações são criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. E, também, as organizações religiosas que foram recentemente consideradas como uma terceira categoria. Com efeito, a Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, estabeleceu como pessoa jurídica de direito privado as organizações religiosas, que anteriormente se enquadravam na figura de associações. (IBGE, 2002:15).

Sendo assim, o universo de FASFIL identificado pela pesquisa em 2002 foi de 275.895 mil entidades, que representavam 5% do total de organizações formalmente cadastradas no país. Das FASFIL investigadas, 44% se encontravam na região Sudeste,

¹⁵ Em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE.

¹⁶ Termo adotado pela pesquisa para referenciar as organizações abordadas pelo estudo.

percentual semelhante à distribuição da população brasileira, visto que 43% dos residentes no país vivem no Sudeste.

A pesquisa revelou ainda que 62% das organizações investigadas foram criadas após a década de 1990 e apenas 1% eram de grande porte, ou seja, cerca de 2,5 mil instituições possuíam mais de 100 empregados assalariados, absorvendo quase 1 milhão de trabalhadores formais.

Cerca de 77% das entidades não possuíam empregados, indicando a presença de trabalho não-remunerado ou informal. 9% de entidades eram formadas por uma ou duas pessoas assalariadas e 7% possuíam mais de 10 assalariados. Mesmo com esse quadro complexo, no total, as FASFIL empregavam cerca de 1,5 milhão de trabalhadores, quantidade correspondente ao triplo de servidores públicos federais na ativa no mesmo ano.

Outro dado relevante foi o fato de que 26% das entidades dedicavam-se a atividades religiosas, o que evidenciava a influência e presença ainda forte das organizações religiosas no campo social. 17% dedicavam-se ao desenvolvimento e defesa de direitos, 16% às atividades patronais e profissionais, 14% à cultura e à recreação, 12% à assistência social e 6% à educação.

Todos esses dados já evidenciavam em 2002 a importância desse setor na configuração social e econômica do país. Em 2005, IBGE, IPEA, ABONG e GIFE realizaram mais uma edição da pesquisa e, em 2010, o mais recente diagnóstico. Para fins comparativos vamos nos deter nos dados da primeira e da última análise.

Foi observado que, entre 2006 a 2010 houve um crescimento de 8,8% no número de FASFIL¹⁷, que passaram de 267,3 mil para 290,7 mil entidades no período. Esta expansão, segundo o IBGE (2010), é significativamente menor do que a observada no período de 2002 a 2005, com o total de 22,6%.

Os dados da pesquisa sobre as FASFIL em 2010 demonstram que ainda é na região Sudeste onde se encontra o maior número de FASFIL, 44%, e de brasileiros, 42%.

Na análise de 2010, o grupo de entidades voltadas para atividades religiosas ainda predomina na ação social no Brasil, ocupando 28% do total investigado, o que representa 82,9 mil instituições. Associações patronais e profissionais ocupam 15,5% do total;

¹⁷ O estudo de 2010 contou com uma reformulação da metodologia, que englobou novos critérios de análise, de acordo com a implementação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE 2.0, que contribui na determinação da finalidade das entidades. Por isso, houve uma redução nos quantitativos totais das entidades.

desenvolvimento e defesa de direitos 14,6%; cultura e recreação 12,7%; assistência social 10,5%; e educação e pesquisa 6,1%.

As mudanças na dinâmica de crescimento das entidades ao longo dos anos refletem na composição das FASFIL por data de criação. Analisando as mais antigas, criadas até 1980, observa-se a predominância de dois grupos: Religião, que representava 39,5% do total das entidades e, em um distante segundo lugar, Cultura e recreação, cuja participação alcançava 19,6%. Em 2010, o quadro se altera: entre as entidades mais novas, predominam aquelas voltadas para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos (30,6%) e a participação das religiosas cai para 27,0% do total das FASFIL em 2010. (IBGE, 2010:33).

Na análise de 2010 foi possível verificar que o Terceiro Setor absorve 2,1 milhões de trabalhadores assalariados e, trazendo a inovação do recorte de gênero e nível de escolaridade no setor, a pesquisa de 2010 constatou que as mulheres representam 62,9% dos trabalhadores assalariados, superior ao cadastro do CEMPRE¹⁸, que registra 42,1% de trabalhadores do sexo feminino.

Cerca de 33% dos empregados do Terceiro Setor possuem nível superior, contrapondo com 16,6% verificados no CEMPRE.

Mantendo similaridades com a pesquisa de 2002, verifica-se que 72,2% das entidades não possuem ao menos um trabalhador assalariado. Entretanto, analisando os dados gerais, verifica-se a média 7,3 pessoas assalariadas por entidade.

Enquanto 253,9 mil entidades têm menos de cinco pessoas ocupadas assalariadas (87,3%), no outro extremo, apenas 1,2% das entidades têm mais de 100 empregados. Nesse pequeno grupo, no entanto, estão concentrados 1,3 milhão de pessoas, o que equivale a 63,3% do total de empregados. As maiores entidades (com 100 ou mais pessoas assalariadas) estão fortemente concentradas no Sudeste: nesta região, encontram-se 58,5% do total das grandes entidades do País. Em contrapartida, nas Regiões Nordeste e Norte, encontram-se apenas 17,8% dessas entidades. (IBGE, 2010:48).

O salário médio dos empregados do setor girou em torno de 3,3 salários mínimos por mês, equiparando-se ao 3,2 salários mínimos registrados no CEMPRE.

A média de idade das FASFIL é de 14,4 anos e o crescimento no número das mesmas, embora bem inferior aos anos anteriores, ocorreu em paralelo ao aumento dos postos de trabalho, 15,9% entre 2006 e 2010, e o aumento da remuneração, cerca de 6,2% no mesmo

¹⁸ Cadastro Central de Empresas – Trata-se de um acervo de dados sobre a atividade econômica do país, mantido pelo IBGE. O CEMPRE reúne “informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais da Instituição nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS” (IBGE, site). Para mais informações, consultar: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/default.shtm>>, acesso em 29/06/2015.

período, verificado sobretudo, nos dois últimos anos, entre 2008 e 2010. “Em 2006, a média de ocupados por entidade era de 6,9 pessoas, elevando-se para 7,3 pessoas em 2010. No período de 1996 a 2005, a média de ocupados por entidade havia caído de 9,7 pessoas para 5,1 pessoas”. (IBGE, 2010:76).

Segue abaixo um quadro comparativo com as principais informações das duas pesquisas:

Quadro 1 – Comparativo entre os estudos de 2002 e 2010 sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil

Estudo 2002	Estudo 2010
275,9 mil entidades.	290,7 mil entidades.
44% das FASFIL se encontravam na região Sudeste.	44% das FASFIL se encontravam na região Sudeste.
43% dos residentes no país viviam no Sudeste.	42% dos residentes no país viviam no Sudeste.
FASFIL empregavam quase 1 milhão de trabalhadores formais.	FASFIL empregavam 2,1 milhões de trabalhadores assalariados.
77% das entidades não possuíam empregados.	72,2% das entidades não possuíam ao menos um trabalhador assalariado.
26% das entidades dedicavam-se a atividades religiosas.	28% das entidades dedicavam-se a atividades religiosas.
17% dedicavam-se ao desenvolvimento e defesa de direitos.	14,6% dedicavam-se ao desenvolvimento e defesa de direitos.
16% dedicavam-se às atividades patronais e profissionais.	15,5% dedicavam-se as associações patronais e profissionais.
14% dedicavam-se à cultura e à recreação.	12,7% dedicavam-se à cultura e recreação.
12% dedicavam-se à assistência social.	10,5% dedicavam-se à assistência social.
6% dedicavam-se à educação.	6,1% dedicavam-se à educação e pesquisa.

Fonte: IBGE (2002; 2010).

Buscando cada vez mais solidez, as organizações integrantes do Terceiro Setor vêm se distanciando do formato de caridade e filantropia (MADEIRA; BIANCARDI, 2003) para um modelo de atuação focado no espaço político da sociedade, buscando ampliar as suas conexões e influências, além de racionalizar a sua ação social.

Em nível internacional e nacional, a co-responsabilidade social e a complementaridade entre as ações efetivadas por diversos setores que atuam no campo social têm sido estimuladas, bem como a ideia de associativismo como indutor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a colaboração social e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos (MADEIRA, BIANCARDI, 2003; PUTNAM, 2002).

O que se observa com os números apontados pelo IBGE é uma maior organização das entidades que, ao longo da última década, têm se profissionalizado, institucionalizado e consolidado enquanto instituições especializadas no trabalho com a ação social no Brasil.

Devido à imaturidade do setor no país, ainda há uma carência de estudos e análises sobre a área. O estudo IBGE (2010) afirma a necessidade de pesquisas detalhadas para a compreensão dos processos internos e externos a esse universo de entidades tão diversas. Levanta ainda indagações sobre qual impacto o crescimento no quadro de funcionários pode ter proporcionado à qualidade dos serviços prestados e profissionalização da área.

Thiesena (2009) expõe que até os anos 80 os movimentos populares nacionais buscavam como objetivo maior a democracia, suplantando qualquer outro sentimento individualizado. A partir dos anos 90, percebe-se um processo de individualização das demandas de cada grupo social no país.

As ONGs que surgiram a partir dos anos 90 no Brasil se impõem em um campo antes regido pela Igreja Católica e por instituições de caridade, organizando a ação social de uma maneira flexível, combinando o grande e o pequeno nas relações com o público e o privado (RODRIGUES, 1998), ou seja, instituições pequenas com grandes aspirações e ocupando espaços significativos de diálogo e atuação com grandes empresas e com o governo.

Seus objetivos são amplos e ambiciosos, e a prova disso é que, já em 1991, metade delas tinha como missão contribuir para um projeto alternativo de desenvolvimento, enquanto 36% definiam como sua função contribuir para a elaboração de políticas públicas alternativas. (RODRIGUES, 1998:39).

Essas organizações buscam cada vez mais se distanciar da filantropia, focando na participação popular e na autonomia. São pequenas, mas à medida que o setor se

institucionaliza, as ONGs se aperfeiçoam e moldam o seu comportamento à luz de grandes empresas, trabalhando com profissionais qualificados às suas finalidades de atuação.

1.5. As políticas implantadas para a atuação do setor

Os projetos sociais são os principais instrumentos de trabalho das organizações do Terceiro Setor, já que “fazem deles seu principal instrumento de reprodução institucional, na medida em que guiam suas ações por objetivos claros e quantificáveis, aliados a cronogramas controláveis” (RODRIGUES, 1998:39).

Com a reforma estatal a partir da segunda metade da década de 1990¹⁹, verifica-se uma postura muito mais flexível e descentralizadora do Estado, onde o Terceiro Setor é concebido como parceiro e colaborador da esfera pública.

Dois pontos merecem ser destacados nessa nova relação entre Estado reformado e terceiro setor. Primeiro, a conjugação de crise fiscal com demandas sociais crescentes traz como conseqüência a ampliação das brechas concedidas e/ou demandadas pelo Estado à ação social do terceiro setor. Isto porque, como a área social continua sendo atribuição por excelência do poder público, e dadas suas crescentes limitações de recursos humanos e financeiros, o Estado deve passar a se concentrar na função de coordenação e regulação da política social, e a dividir com a sociedade organizada seu papel de prestador de serviços sociais (...).

O segundo ponto diz respeito justamente à forma como vem se articulando essa parceria entre o terceiro setor e o governo. Coerente com o modelo gerencial de administração pública em vigor (onde a avaliação de desempenho foi incorporada como critério de julgamento da ação pública), a avaliação de desempenho tomou-se prática imprescindível à viabilização dessa parceria. (RODRIGUES, 1998:41).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), regido pelo pensamento neoliberal, que visa o encolhimento do Estado e a liberdade de comércio, a economia brasileira passou por uma abertura econômica, norteadora a Reforma Administrativa do

¹⁹ No 2º governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu a terceira reforma administrativa do Brasil (FERREIRA, 2005). A proposta de “reforma do Estado” foi desenvolvida pelo extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e teve como teórico principal o Ministro à frente do MARE à época, Luiz Carlos Bresser Pereira. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado preconizava quatro preceitos básicos: “(i) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último processo implicando a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta); (ii) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário, através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado...; (iii) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo através do ajuste fiscal (...) e da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática); (iv) o aumento da governabilidade, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta” (ABONG, 2007, 15).

Estado, que se assumiu como desprovido dos recursos suficientes e incapaz de atender as demandas públicas.

O discurso pró-reforma do Estado fundamentou-se na tese de que este não consegue, sozinho, solucionar e atender satisfatoriamente às demandas sociais, sendo indispensável a participação da sociedade civil, na convicção de que esta possui mais capacidade gestora e de resolução dos problemas advindos da sociedade (Thiesena, 2009:111).

A Reforma do Estado na década de 1990 foi marcada pela privatização, pela terceirização e pela publicização, ou seja, transferindo para o âmbito privado responsabilidades antes estatais.

Por meio de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal, o denominado Terceiro Setor, a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. Desse modo, o Estado abandona o papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais, como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano. Como promotor desses serviços, o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade. (SANTOS, 2000:109).

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso percebe-se no Brasil a consolidação do Terceiro Setor como instrumento executor de políticas públicas sociais (Thiesena, 2009). Nesse contexto, observa-se o aperfeiçoamento da gestão dos recursos e dos projetos sociais, além da necessidade de fiscalização e controle dos valores monetários que passam a circular entre Estado e Terceiro Setor, afirma a autora.

No governo Lula (2003 a 2010) há o aprofundamento da política econômica de Fernando Henrique Cardoso (MENDES; MARQUES, 2006). Entretanto, a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (2004) e da centralização de diversos programas sociais em somente um, de extensão federal, o Bolsa Família, tem-se certa transferência de renda para as camadas mais pobres da população, situação sem precedência no país. Mendes e Marques (2006) salientam, no entanto que, ainda é verificado nos programas de governo o tratamento de questões sociais como uma assistência aos mais pobres, e não como um direito de todos.

Atualmente, nos últimos meses de 2016, o Brasil passa por um momento de efervescência e instabilidade política com o *impeachment* da presidente Dilma Roussef e incertezas quanto às políticas públicas, o que ainda não permite que façamos uma análise sobre o momento histórico e econômico para o Terceiro Setor.

No entanto, é importante salientar a assinatura do Marco Regulatório das ONGs²⁰, em julho de 2014.

Com elas [novas regras] nós vamos garantir uma coisa importantíssima, que é mais clareza e mais segurança jurídica para os gestores das ONGs e vamos reconhecer algo que é fundamental. Vamos reconhecer o papel das ONGs na execução de políticas governamentais de uma forma explícita. (Dilma Roussef em entrevista ao G1, 23/05/2014²¹).

Além disso, por meio da Política Nacional de Participação Social²² observa-se a inclinação estatal para o envolvimento dos movimentos sociais nas decisões governamentais (G1, 23/05/2014).

Se do lado do Estado percebe-se o estreitamento das relações, do lado do mercado verifica-se o fortalecimento da responsabilidade social empresarial e da criação de departamentos dentro das empresas privadas voltados para a relação entre as organizações e a comunidade em que atuam. Desta maneira, o Terceiro Setor encontra um campo propício ao seu crescimento e atuação.

Para o Instituto Ethos²³ (2006), a responsabilidade social empresarial integra o conjunto de interesses das empresas e de seus *stakeholders*²⁴, além de fomentar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno.

O Instituto Ethos (2006) explica que a responsabilidade social empresarial está além do que a empresa deve fazer por obrigação legal, constituindo-se em uma forma de gestão

²⁰ Consultar Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm, acesso em 20/07/2015.

²¹ Consultar entrevista no link: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/dilma-assina-portaria-que-cria-regras-para-atuacao-de-ongs.html>, acesso em 19/05/2016.

²² Consultar Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm, acesso em 20/07/2015.

²³ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social “é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Oscip (organização da sociedade civil de interesse público). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável”. Descrição retirada do site do Instituto. Para mais informações, verificar em <http://www1.ethos.org.br>. Acesso em 1/7/2015.

²⁴ Expressão comumente utilizada em inglês para designar os públicos de interesse de um projeto/organização. São pessoas ou organizações que têm interesse real ou presumido na organização, podendo afetar ou ser afetados por suas ações (ANHEIR & LIST, 2005).

embasada na relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona.

A responsabilidade social empresarial, pelo menos em sua definição, deve primar pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A relação e os projetos com a comunidade ou as benfeitorias para o público interno são elementos fundamentais e estratégicos para a prática da RSC. Mas não é só. Incorporar critérios de responsabilidade social na gestão estratégica do negócio e traduzir as políticas de inclusão social e de promoção da qualidade ambiental, entre outras, em metas que possam ser computadas na sua avaliação de desempenho é o grande desafio. (CUNHA, JÚNIOR & DORNELLAS, 2008:3).

Segundo os teóricos que atuam na linha da responsabilidade social empresarial, o conceito está relacionado à consciência social e o dever cívico. A ação de responsabilidade social não é individual, reflete a ação de uma empresa em prol da cidadania (OLIVEIRA & SCHWERTNER, 2007). A empresa que a pratica, demonstra uma atitude de respeito e estímulo à cidadania corporativa; conseqüentemente, existe uma associação direta entre o exercício da responsabilidade social e exercício da cidadania empresarial (MELO NETO & FROES, 2001).

Alinhado ao discurso sobre a atuação social das empresas, também se observa hoje um perfil de consumidor mais consciente e atento às transformações sociais.

Aliado a esse contexto, somam-se os benefícios estratégicos que as organizações vêm colecionando ao ampliarem sua participação na resolução de dilemas sociais, como o valor agregado à marca e a melhoria do clima organizacional, entre tantos outros. Assim, parece tomar corpo a reflexão de que o papel público das empresas abarca mais do que a simples geração de lucros e caminha para a descoberta do tripé socioeconômico e ambiental como grande diretriz do cenário corporativo. É importante ressaltar que o lucro é, obviamente, a função primeira da organização, pois o seu contrário, não permite sequer a existência da organização. Entretanto, o fato de ser fundamental parece não significar que essa função seja a única. (COELHO & GONÇALVES, 2007:23).

Entretanto, os interesses privados na imagem da marca e a necessidade que as empresas possuem de divulgar a sua atuação devem ser considerados fatores importantes ao se analisar a postura das mesmas frente à responsabilidade social, buscando ainda a compreensão do quanto o discurso empresarial reflete a realidade das ações.

De acordo com Filho (2007), nos últimos anos é crescente a quantidade de empresas que informam, publicamente, a adoção de práticas socialmente responsáveis. Entretanto, explica o autor, a simples prática de divulgação de notícias em websites de políticas e

programas sociais, sem a evidenciação dos fatos, não comprova o comprometimento nem dimensiona as ações sociais da organização junto aos diferentes públicos.

Sendo assim, as empresas, no papel de investidoras sociais e atentas à eficiente divulgação de suas marcas, procuram medir, avaliar e melhorar continuamente cada ação social que desenvolvem ou patrocinam, tendo o Terceiro Setor como parceiro nessa iniciativa na execução de diagnósticos, estudos de viabilidade e processos avaliativos constantes de seus investimentos.

Práticas de responsabilidade social corporativa vêm ganhando espaço nas organizações e técnicas para gerenciá-la surgem a cada momento. Mas, conforme explica Filho (2007), para gerenciar a responsabilidade social empresarial, é necessário lançar mão de algumas ferramentas importantes. Há uma série de instrumentos no mercado que auxiliam a redução da assimétrica informacional entre empresa e stakeholders, como por exemplo, as NBR's 16001 e 26000 (Associação Brasileira de Normas Técnicas), os indicadores GRI Sustainability Report (Global Reporting Initiative), as normas SA 8000 (Social Accountability Institute), AA 1000 (Institute of Social and Ethical Accountability), os Indicadores de Responsabilidade Social (Instituto Ethos), o Balanço Social e o Diagnóstico Social.

Além disso, as ONGs desenvolvem ferramentas de avaliação de desempenho e monitoramento de seus projetos, alcançando dessa maneira a preferência de organismos internacionais para o financiamento e a credibilidade do investimento estatal e particular (RODRIGUES, 1998).

1.6. Entendendo as limitações do setor

É relevante para este trabalho analisarmos também a discussão em torno dos limites de atuação das ONGs e a hipótese de que, ao tomarem para si as questões sociais e se auto-intitularem como sociedade civil, as entidades se relacionam de forma hierárquica com as populações excluídas (PINTO, 2005).

A caridade, explica Pinto (2005), é por definição hierárquica e autoritária, escolhendo a quem ajudar. O verbo “ajudar” esteve presente em textos de ONGs examinadas pela autora em sua pesquisa sobre a sociedade civil e a fome no Brasil. Pinto (2005) expõe que o fato de ajudar alguém que tem legalmente os mesmos direitos que você enquanto cidadão também

pode vir a reforçar a ideia de poder. O fato de representar a sociedade civil encontra na relação hierárquica uma barreira significativa.

A autora explica que as ONGs são instituições com limites fundantes quando se propõem a realizar com êxito tarefas que seriam por natureza de responsabilidade do Estado, pois desenvolvem ações que visam a localidade e dificilmente podem ser universais. Além disso, a dependência dos recursos estatais e do mercado e a capacidade manter o voluntariado de maneira técnica e por um tempo duradouro são fatores estruturais que limitam o seu alcance.

Soares (2003), no prefácio da obra *Terceiro Setor e questão social* explica que, no tratamento das desigualdades sociais,

ao invés de evoluirmos para um conceito e uma estratégia no sentido de constituir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia dos direitos sociais, retrocedemos a uma concepção de que o bem-estar pertence ao âmbito do privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de solidariedade que possa ‘proteger os mais pobres. (SOARES, 2003:12).

A autora afirma que as organizações do Terceiro Setor, em sua maioria custeada por verbas públicas, formam um campo obscuro e heterogêneo, substituindo o Estado em suas obrigações, principalmente nos territórios mais pobres e afastados, onde a sua presença se retirou ou simplesmente nunca existiu.

Ao ser substituído e não complementar o Terceiro Setor dilui o conceito de parceria entre Estado e Sociedade, oferecendo formas de tratamento locais, emergenciais e provisórias para grandes e nacionais questões sociais que são obrigações do sistema público.

Substituem-se programas nacionais e regionais por iniciativas ‘locais’ incapazes de dar cobertura suficiente e cujo impacto é praticamente nulo quando se trata de grandes contingentes populacionais em situação de pobreza e/ou exclusão. Caímos no reino do ‘minimalismo’, onde pequenas soluções *ad hoc* são mostradas como grandes exemplos pelo governo e pela mídia. (SOARES, 2003:12).

Pinto (2005) explica que a política pública tem por princípio a igualdade e a universalidade, o que não faz parte da natureza das ações da sociedade civil.

Por exemplo, uma política pública de imunização através de vacina contra uma moléstia fatal, necessita atingir o conjunto da população para ser exitosa. Já uma ação de uma organização da sociedade civil pode ter seu êxito computado a partir do número de pessoas envolvidas, de quantidade de trabalho voluntário despendido, dos recursos disponíveis. Em um cenário específico, uma ação da sociedade civil pode, inclusive, ser mais eficaz do que a ação do Estado, mas sempre está sendo perdido o caráter de direitos da população atendida. Os cidadãos só podem exigir seus direitos à saúde, à educação, à alimentação ao Estado, nunca a uma organização da sociedade civil. (PINTO, 2005:199).

Ao desenvolver um estudo crítico do Terceiro Setor, Montano (2003) explicita pontos nem sempre expostos pela “denominação ideológica” (termo do autor) presente na constituição do setor. O autor expõe a necessidade de se debater a perda de direitos frente à uma remercantilização e refilantropização da questão social.

Ao fazer uma desmistificação do contexto de atuação do Terceiro Setor, Montano (2003) não desmerece a importância e relevância das mobilizações sociais, como por exemplo, a de Betinho²⁵ e de ações solidárias frente à fome e à miséria, por exemplo.

No entanto, não se deve ignorar o caráter emergencial e assistencialista dessas ações, que não resolvem a longo e médio prazo o cerne da questão e criam uma relação de dependência da população para com essas ações.

Além disso, tirar do Estado a responsabilidade pelo tratamento da questão social desfaz o arcabouço de direitos conquistados pelas lutas dos movimentos sociais, zerando o processo democratizador, segundo o autor.

Nesse sentido, Montano (2003) ressalta que a ação de retirar do Estado a responsabilidade de intervenção na ‘questão social’ e de transferi-los para a esfera do ‘Terceiro Setor’ ocorre por motivos fundamentalmente políticos e ideológicos, retirando e esvaziando a dimensão do direito universal do cidadão quanto a políticas sociais.

O autor expõe os limites de sua análise ao não contar com uma visão de dentro das organizações, apresentando, portanto, uma abordagem de fora, produzida pelos dados e análises externas, contudo, consistentes para o debate atual.

Nesse contexto, ao se estudar as Organizações não Governamentais (ONGs) se faz relevante compreender as conquistas e mudanças sociais proporcionadas pelo crescimento e institucionalização do Terceiro Setor, mas também é necessário analisar a estruturação do setor nos anos 1970, em diálogo com a difusão dos ideais neoliberais, observando assim os limites de sua atuação, principalmente ao se dimensionar a eficácia dos projetos e ações sociais desenvolvidos pelas organizações atualmente.

²⁵ Herbert José de Sousa (1935-1997), conhecido como Betinho, foi um sociólogo, ativista dos direitos, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas IBASE e de iniciativas da sociedade civil pelo combate à fome e à miséria.

CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O “LOCAL” NA CONTEMPORANEIDADE

Campo de atuação atribuído muitas vezes às organizações não governamentais, é relevante para este trabalho esmiuçar o contexto e as implicações presentes na discussão sobre o “local” enquanto área de estudo, pesquisa e ação do Terceiro Setor no tratamento de questões sociais.

O local tem sido objeto das Ciências Sociais desde a sua concepção enquanto área de conhecimento, à medida que esta busca o estudo das particularidades, das culturas e do cotidiano de diferentes sociedades.

Métodos e formas de se compreender e dar voz ao local foram explicitados por Park (1976), Velho (2006), Whyte (2005) e tantos outros teóricos, que procuraram esvaziar preconceitos e expor a organização complexa de grupos desconhecidos ou hostilizados pela maioria da população.

Sociedade de Esquina, de William Foote Whyte, publicado originalmente como livro em 1943, é uma das obras que fornecem amplo arcabouço de metodologias que pode ser consultado por técnicos sociais ao realizarem trabalhos de campo para avaliar cenários e compreender populações.

Na apresentação à edição brasileira, Gilberto Velho (2005) afirma que a obra, resultado de uma pesquisa de campo que durou quatro anos, de 1936 até 1940, “é certamente um dos mais importantes livros do século XX” (VELHO, 2005:9), pois exemplifica como o trabalho de investigação científica pode contribuir para a crítica de estereótipos e preconceitos.

Gilberto Velho (2005) atenta ainda para a valorização da observação participante na obra, que define esta ferramenta da Antropologia como “expressão de uma posição ético-científica voltada para a melhor e mais rica compreensão dos fenômenos sociais, tendo como base o respeito aos indivíduos e grupos investigados” (VELHO, 2005:12).

O autor explica que a postura observada em *Sociedade de Esquina* rejeita abordagens e julgamentos, muitas vezes apresentados como científicos, “que sustentavam – e, diga-se de passagem, até hoje frequentemente sustentam – políticas públicas arbitrárias e mesmo truculentas” (VELHO, 2005:12).

Ao estudar a localidade de Cornerville, Whyte (2005) a define como uma área pobre e degradada, “habitada quase que exclusivamente por imigrantes italianos e seus filhos” (WHYTE, 2005: 19), misteriosa e problemática aos olhos dos outros habitantes da cidade, que pouco sabem sobre esse território em específico e sua população.

Entretanto, o autor chama a atenção para o fato das pessoas que olham Cornerville de fora identificarem os seus habitantes como “integrantes indiferenciados das massas” (WHYTE 2005:20). O referido escritor afirma que há algo errado neste quadro, pois nele não se enxergam os seres humanos.

Nesse ponto, o autor levanta uma problemática primordial até hoje sobre a análise de localidades: quem são os indivíduos constituintes desses territórios vistos por muitos como uma grande massa? Em que seus indivíduos se assemelham, entre si e entre os outros moradores da cidade? Em que se diferenciam? Eles se reconhecem como uma comunidade? Seria esta uma massa homogênea?

O autor entende que não. E, propõe em *Sociedade de Esquina*, estudar os indivíduos particulares e as coisas particulares que fazem para, a partir de e então, buscar um padrão, redes de relações, semelhanças e diferenças. Whyte (2005) almeja o estudo da estrutura da sociedade e de seus padrões de ação, o que requer exploração do território e da organização social a partir dele.

Nesse contexto, é possível dialogar Whyte (2005) com outro autor, Robert Park, que ao estudar o contexto da vida no meio urbano na obra *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano (1967)*, expõe que a cidade está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, sendo um produto da natureza humana. É mais que uma unidade geográfica e ecológica, é econômica, cultural e social.

A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra. É a estrutura da cidade que primeiro nos impressiona por sua vastidão e complexidade visíveis. Mas, não obstante, essa estrutura tem suas bases na natureza humana, de que é uma expressão. (PARK, 1967:28).

Desta maneira, a cidade deve ser observada de forma profunda e, a Antropologia e os métodos de observação inerentes aos seus processos de investigação, devem ser empregados para se compreender os costumes, crenças e concepções gerais da vida. É necessário, segundo

o autor, estudar o comportamento coletivo e as experiências individuais, os sentimentos e as histórias dos indivíduos.

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. (PARK, 1967: 29).

Ao analisarmos o pensamento dos dois autores, verificamos que Whyte (2005), já no início do século XX, aponta caminhos para o trabalho de campo comprometido em elucidar as particularidades e semelhanças. Nesse sentido, Park (1967) ressalta a importância de se estudar os sentimentos e as histórias dos indivíduos. Para o autor “a proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina” (PARK, 1967:30). E, a partir dos interesses e associações locais se desenvolve o sentimento local.

Whyte (2005) afirma que as pessoas da classe média enxergavam Cornerville “como uma formidável massa de confusão, um caos social”, mas somente os que viviam na localidade sabiam as peculiaridades, códigos e “o sistema social altamente organizado e integrado” local (WHYTE 2005:20). O autor utiliza como metodologia de pesquisa a observação participante e a convivência por um longo período de tempo com o seu objeto de estudo.

Por meio de levantamentos gerais, as pessoas preocupadas com Cornerville buscam responder a perguntas cujas respostas exigem o mais íntimo e detalhado conhecimento da vida local. A única maneira de obter esse tipo de conhecimento é viver em Cornerville e participar das atividades de sua gente. Para quem faz isso, a área se revela sob uma luz totalmente diferente. Prédios, ruas e becos que antes representavam destruição e aglomerado físico passam a formar um panorama familiar para os atores da cena cornervilliana. (WHYTE, 2005:20).

Whyte procurou, conforme explica Velho (2005), “não ficar preso ao senso comum, estereótipos e preconceitos, estudando situações em que matizes, ambiguidades e contradições são características inescapáveis” (VELHO, 2005:13).

Nesse contexto, ao se estudar o empoderamento local nas esferas de decisão e atuação em sociedade é importante ter em consideração os aspectos levantados pelas Ciências Sociais, que revelam a complexidade da análise de territórios. Nos dias atuais, em que vemos ressurgir discursos nacionalistas e regionalistas, no Brasil e em vários países do mundo, é ainda importante desmistificar territórios e dissipar preconceitos sobre as suas populações.

Ao abarcamos nessa dissertação o estudo de localidades, três dicotomias teóricas se apresentaram na literatura, levantando conceitos e reflexões relevantes à compreensão do alcance e limites da atuação local na atualidade, a saber: sociedade global *versus* sociedade local; a ideia de pertencimento local *versus* flexibilidade global; e a atuação local *versus* a eficiência nacional.

2.1. Pertencimento *versus* Flexibilidade

O local articula-se com dimensões para além do território, estando vinculado ao pertencer, à identidade. Segundo Bourdin (2001), o local dá forma ao “mundo da vida diária, sendo ele próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação com o outro, da construção comum do sentido que faz o vínculo social” (BOURDIN apud ROCHA 2014:155). A definição do conceito é múltipla, dinâmica, englobando:

desde aspectos técnicos, como os limites físicos – rios, oceanos, lagos, montanhas, diferenças climáticas, características de solo, aspectos político-econômicos, até diversidade sociocultural, histórica, de identidade, linguística, e tradições e valores etc., ou seja, estão em jogo as várias singularidades nas quais se constroem as práticas sociais. (PERUZZO & VOLPATO, 2009: 146).

Bourdin (2001), ao se debruçar sobre o conceito, explica que o local pode ser caracterizado em três dimensões:

- A) O local necessário, ou seja, aquele que evoca o pertencimento, o lar, a terra natal para onde se quer voltar ao grupo comunitário que se pertence, ao qual se está ligado pela língua, pelo território, pela história em comum.
- B) O local herdado, onde o passado e as histórias familiares e comunitárias agem e influenciam o presente.
- C) O local construído, a organização social que propicia a troca e a integração. entre os atores.

Nesse sentido, o autor também explicita que é possível termos proximidade mesmo quando há distância física, onde é a proximidade de identidades que liga e aproxima os indivíduos. Sendo assim, o local está vinculado à noção de comunidade, de comunhão, de coisa boa em meio à insegurança (BAUMAN, 2003).

Bauman (2003) explica que, com a Modernidade e o aumento da individualização há flexibilização nas relações, mas é na ideia de comunidade e de se estar em grupo que o indivíduo irá buscar conforto e base para se sustentar.

É na condição globalizante do mundo que as pessoas irão se agrupar em organizações comunitárias. Castells (1999) expõe que:

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. (CASTELLS, 1999:79).

Segundo o autor, é necessário um processo de mobilização social para que isso aconteça, que revele interesses comuns, onde a vida é compartilhada e um novo significado pode ser produzido.

Já Castells (1999) explica que as comunidades locais que são baseadas na ação coletiva e na história em comum se constituem nos dias de hoje fontes específicas de identidade, que fornecem objetivos e interesses em comum.

À ideia de comunidade estão atrelados “sentimento de pertença; participação; interação, objetivos comuns; interesses coletivos acima dos individuais; identidades; cooperação; confiança, cultura comum” (PERUZZO, 2003:5), sendo vínculos mais profundos que os territoriais, mas também estando atrelados a eles.

É todo um movimento que se constrói a partir do local de moradia ou de outras identidades, sejam elas simbólicas, espirituais, etc., que afloram simultaneamente ao processo de globalização. (PERUZZO, 2006:2).

Nesse sentido, para a autora as mudanças na sociedade e na forma de relacionamentos e organização social altera a concepção alguns conceitos tidos como clássicos e, atualmente, comunidade hoje vai além do território, envolve fortes laços, de reciprocidades, de sentido coletivo dos relacionamentos (PERUZZO, 2006:2).

2.2. Sociedade global *versus* sociedade local

Atualmente, discussões sobre a importância do local vigoram no cenário político nacional e internacional²⁶. Peruzzo & Volpato (2009) afirmam que ressurge atualmente a tendência de valorização do local em contraponto à incidência da globalização.

²⁶ Como podemos verificar nas discussões sobre a imigração na Europa e é possível perceber em nível nacional, quando analisamos a realidade nordestina desde a colonização do Brasil.

Paradoxalmente, apesar do fascínio pela informação internacionalizada e pela aparente homogeneização de valores, revitaliza-se o apreço pelo local, pela comunidade, pelo familiar. (PERUZZO & VOLPATO, 2009:1).

Nesse contexto, o local se apresenta como uma linha destoante do mundo globalizado, este que, segundo Carneiro (2008), anula sistemas de referência, tradições e costumes.

Peruzzo (2003) explica que o interesse pelo local na atualidade se baseia na percepção de que as pessoas querem partilhar do que está próximo delas.

Elas curtem as benesses trazidas pela globalização, mas não vivem só do global, que em última instância é uma abstração. Elas buscam suas raízes e demonstram interesse em valorizar as “coisas” da comunidade, o patrimônio histórico cultural local e querem saber dos acontecimentos que ocorrem ao seu redor. (PERUZZO, 2003:5).

Carneiro (2008), ao fazer uma releitura de autores que dialogam com a revalorização do local, Robert Putnam (2002), Alain Bourdin (2001), Boaventura de Souza Santos (2002) e Manuel Castells (1999), explica que redescoberta do local assume centralidade no cenário das discussões políticas e nas estratégias administrativas, apresentando a partir dos anos 90 um viés relacionado à gestão democrática, descentralizada e participativa.

O poder local, no sentido de representatividade e ação política, vem representar enquanto conceito o empoderamento da comunidade, a articulação social em prol de objetivos comuns, destoando do ambiente flexível, centralizado e excludente, característico da globalização.

A globalização e a informacionalização, segundo Castells (1996), determinadas pelas redes de riqueza,

estão transformando nosso mundo, possibilitando a melhoria de nossa capacidade produtiva, criatividade cultural e potencial de comunicação. Ao mesmo tempo, estão privando as sociedades de direitos políticos e privilégios. À medida que as instituições do estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política (...) as pessoas em todo mundo se ressentem da perda de controle de suas próprias vidas, seu meio, seus empregos, suas economias, seus governos, seus países e, em última análise, sobre o destino do planeta. (CASTELLS, 1996:94).

Castells (2005), afirma que a sociedade local está inserida na sociedade global, pois compõem um sistema de redes, estando as duas dimensões interligadas. Porém, o autor explica que as redes são seletivas, excluindo e agregando pessoas de acordo com os seus programas específicos. Logo, nesse início de século, a sociedade globalizada, ou em rede, segundo termo do autor, “exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade

seja afetada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social” (CASTELLS 2005:18).

Apesar de estarmos em uma era da sociedade em rede, nem todas as pessoas e nem todas as coisas estão em rede e, quanto mais se desenvolve a globalização, mais se produz exclusão social e se aumenta as desigualdades.

Em contrapartida, ao analisarmos a potencialidade local, verificamos a sua capacidade de descentralizar e discutir com profundidade questões sociais. O local está inserido no processo de globalização, mas busca suas bases nas particularidades locais.

Carneiro (2008) cita o estímulo ao local no contexto social brasileiro no fim dos anos 80, pois,

com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que o poder local começa a ser redimensionado, e o conceito que anteriormente sempre significava relações de mando pessoal e relações clientelísticas, gradativamente, começa a ser assimilado com um significado distinto (CARNEIRO, 2008: 2).

Segundo a autora, o local neste momento passa a ser visto no país como um espaço de gestão política e administrativa, mobilizando e articulando a sociedade. Vemos então os conselhos setoriais de políticas públicas, os fóruns, seminários e as práticas de orçamento participativo.

Entretanto, afirma Carneiro (2008), ao se estudar a estrutura e capacidade do local, é necessário levar em consideração as particularidades, história e contexto social que envolvem e interferem em cada localidade, pois cada território e população irá se comportar de acordo com as suas especificidades.

Nesse sentido, temos em uma ponta da dicotomia o local, que traz consigo os conceitos de descentralização, participação e controle social (CARNEIRO, 2008), e na outra extremidade, o global, que é abordado sob o ponto de vista da flexibilidade, da produtividade em massa e das redes de relacionamento.

Não é aqui uma dicotomia pautada pelo território, mas sim pela exclusão, pois à medida que a globalização traz uma nova “gramática do espaço” (CAMPONEZ, 2002 apud PERUZZO & VOLPATO, 2009), aproximando pessoas fisicamente distantes e fazendo confluir identidades, produz ainda uma população que está à margem do acesso à informação e, principalmente, aos serviços.

2.3. Atuação local *versus* eficiência nacional

A terceira dicotomia relevante para este trabalho se faz presente da ideia da atuação local, sendo eficiente e customizada para as particularidades *versus* a eficiência nacional ou em outros territórios.

Peruzzo & Volpato (2009) expõem que no contexto brasileiro das últimas décadas, no cerne de mobilizações comunitárias inovadoras estão aquelas “capitaneadas por redes de movimentos sociais, associações comunitárias territoriais, associações de ajuda mútua, cooperativas populares, grupos religiosos, grupos étnicos, entre milhares de outras manifestações” (PERUZZO & VOLPATO, 2009: 144).

Esses movimentos, segundo as autoras, visam a participação cidadã e a conscientização das pessoas sobre a realidade em que vivem, para assim propiciar o empoderamento.

Fernandes (1994), ao retratar o fortalecimento e atuação dos movimentos sociais a partir da década de 70, expõe como os mesmos na América Latina eram percebidos como expressões de problemas localizados. “Vistos de perto, expunham pungentes dramas sociais; vistos de longe e do alto, pareciam episódios menores” (FERNANDES, 1994: 43).

Ao falar, por exemplo, das associações de moradores, que cresceram substancialmente no período, Fernandes (1994) expõe que:

Situadas em meio a toda sorte de carências e postas diante de um Estado distante, no mais das vezes insensível ou mesmo perigoso (...) foram levadas a buscar outras alternativas de atuação”. Assim, valorizaram a noção de autonomia e, através de pequenos projetos, como organizar o consumo de água e de energia elétrica ou apoiar a criação de uma creche introduziam um novo padrão de enfrentamento dos problemas. (FERNANDES, 1994:43).

Atores sociais se empoderaram na década de 1970, estando fortes e atuantes na década de 1980, com o fim das ditaduras militares na América Latina.

Rompendo com o discurso vigente anterior, que exaltava o povo e a nação como um todo homogêneo, múltiplos atores expunham problemas locais que trouxeram luz à variadas identidades coletivas.

Nesse contexto, surgiram de forma despretensiosa as primeiras organizações não governamentais, as ONGs, como uma opção *ad hoc* à falta de opções existentes, seja como núcleo de pesquisas, centros de educação popular, de apoio a movimentos sociais, etc. Eram pequenas, mas aproximavam instrumentos institucionais à escala de decisões individuais.

O lastro, a inércia e a complexidade burocrática pesam menos. Por outro lado, as ONGs não possuem caráter representativo. À diferença dos sindicatos, das associações de moradores ou mesmo dos movimentos sociais, as ONGs não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio. Em consequência, não dependem do complexo jogo político implicado nos sistemas representativos para legitimar suas decisões. Mais ainda, sendo particulares, as ONGs podem, em princípio, multiplicar-se indefinidamente, e em função das demandas e das iniciativas. (FERNANDES, 1994:67).

O autor explica que o valor atribuído as ONGs vem justamente da eficiência dos serviços que oferecem. Trabalhando em parceria, as organizações potencializam as suas competências. Por meio da organização de suas iniciativas em torno de projetos mensuráveis, organizados e inseridos em uma lógica pragmática, as ONGs conseguem resolver questões locais abordando custo, prazo, qualidade, recursos humanos e demais aspectos contidos em projetos de mercado.

A questão nesse sentido é refletir como e se questões pontuais podem ser pensadas em nível de política pública, pois como explicitou Montano (2003), ao por em escala soluções pontuais, a eficiência pode não ser a mesma, já que cada localidade possui as suas características, além de exonerar o Estado de seu papel de condutor de políticas públicas.

Montano (2003) expõe que, ao se relacionar com o Estado e com as empresas privadas de forma direta e via parceria, as ONGs se comprometem financeiramente com verbas destes setores e se afastam dos movimentos sociais com os quais enfrentavam o sistema capitalista e de exclusão social.

Desta forma, o relacionamento torna-se dócil e despolitizado, além de terceirizar a resolução dos problemas locais que deveriam ser tratados de forma estatal e nacional, refletindo aí a dicotomia da questão.

Contudo, em paralelo, têm-se atualmente o conceito de tecnologia social que nos auxilia a explicitar um caminho de atuação que o Terceiro Setor tem trabalhado nos dias atuais.

A tecnologia social “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”²⁷ (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2016). Desta maneira,

²⁷ Ver portal Rede de Tecnologia Social <<http://rts.ibict.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>>, acesso em 22/06/2016.

representa uma indicação de que soluções para um determinado local podem ser eficazes em outros territórios.

O conceito remete a uma proposta de desenvolvimento que considera a participação coletiva desde o planejamento até a implementação. “Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2016)²⁸.

Nesse contexto, a tecnologia social une o saber popular, ao saber técnico e à organização social, visando o desenvolvimento em escala e a reaplicabilidade das iniciativas, de forma sistematizada e organizada, onde a comunidade desenvolve as soluções para os seus problemas, estando assim “mais imbricada à realidade das sociedades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto” (NOVAES & DIAS, 2010:115).

O conceito de tecnologia social envolve o entendimento de cada realidade possui as suas particularidades. No entanto, o conhecimento e a tecnologia desenvolvidos podem ser adequados e reaplicados em outros contextos. Reaplicados e não replicados como uma solução previamente pronta, mas como uma inovação comunitária que pode ser eficiente em diferentes realidades.

Nesse sentido, as organizações do Terceiro Setor possuem uma função primordial no desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais, visto que trabalham diretamente com as questões sociais e podem disseminar soluções eficazes para as mesmas.

É possível hoje, sistematizar processos e ações locais que são efetivas em determinadas localidades e, assim, torná-las viáveis em outras realidades. Sendo as ONGs instituições que trabalham na ponta, nas especificidades das populações em situação de vulnerabilidade social, podem ser esses organismos os propagadores da escalabilidade de iniciativas sociais de sucesso.

Fernandes (1994) expõe que as ONGs, apesar de serem não-governamentais, têm características de serviço público em seus fins.

Diferem quanto à escala, naturalmente, pois as ONGs são, se comparadas ao Estado, micro-organizações, mas coincidem em diversos aspectos quanto à natureza dos serviços. Os quadros de uma ONG são treinados para pensar, de maneira estratégica,

²⁸ Ver portal Fundação Banco do Brasil < <https://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/>>, acesso em 22/06/2016.

em como atender as demandas socioculturais que não são satisfeitas pelo mercado (FERNANDES, 1994: 65-66).

São estimulados, segundo o autor, a refletir sobre o significado para as políticas públicas de cada projeto em que estejam envolvidos, por mais localizado que sejam.

Nesse sentido, também se desenvolveu no Terceiro Setor algumas maneiras de se ler os territórios em que as ONGs atuam, formas de se compreender e interpretar as demandas sociais, de modo que fossem sistematizadas e representassem um diagnóstico técnico do local e de sua população, mas que também se esmiuçassem o caráter humano, cultural e específico das localidades.

Tomando a leitura da comunidade enquanto ferramenta de trabalho, hoje algumas ONGs realizam diagnósticos e os reaplicam enquanto ferramenta de tecnologia social, conforme veremos adiante.

Becker (2009), ao buscar entender e experimentar quais as maneiras de ler as sociedades para além das Ciências Sociais, tratou do conceito de representação social, explicitando como “algo que alguém nos conta sobre algum aspecto da vida social” (BECKER, 2009:18). O autor afirma que:

Somos todos curiosos em relação à sociedade em que vivemos. Precisamos saber, na base mais rotineira e da maneira mais comum, como nossa sociedade funciona. Que regras governam as organizações de que participamos? Em que padrões rotineiros de comportamento outras pessoas se envolvem? Sabendo essas coisas, podemos organizar nosso próprio comportamento, aprender o que queremos, como obtê-lo, quanto custará, que oportunidades de ação várias situações nos oferecem. (BECKER, 2009:17).

As indagações levantadas pelo autor são importantes para este trabalho na medida em que ele procura em vários campos e áreas de conhecimento as formas de se representar os fatos e contar histórias para “ver os problemas que qualquer pessoa que tenta fazer o trabalho de representar a sociedade deve solucionar, que tipos de soluções foram encontrados e tentados, e com que resultado” (BECKER, 2009:16).

E, sobretudo, aponta o autor, para conhecer as soluções para os problemas de descrição que uma área pode importar da outra forma abordagem.

Dessa maneira, o autor, ao se debruçar sobre as abordagens das Ciências Sociais, dos modelos matemáticos, das tabelas, planilhas e gráficos, dos mapas, da etnografia, da narrativa, das artes, da dramaturgia, dos filmes, fotografias, das reportagens e das narrativas e atividades representacionais dos leigos aponta um caminho para as formas de se falar sobre a sociedade

que devem ser consideradas pelos profissionais que se pretendem lançar a esta iniciativa: tomar por pressuposto que a sua maneira não é a única de fornecer informações sobre as forma de vida e sempre partirá de uma interpretação dentro de um objetivo organizacional.

Becker (2009) expõe que, ao se orientar por procedimentos e formas utilizados em outras comunidades interpretativas, pode se chegar a soluções que nunca foram pensadas, mas que são ideais para os problemas apontados por determinada área de conhecimento.

Essa reflexão está presente na lógica da tecnologia social, que visa a inovação na solução de problemas sociais locais, realizada de forma participativa e que, a partir da escala, pode incentivar políticas públicas.

CAPÍTULO 3 – DIAGNÓSTICO SOCIAL: UMA FERRAMENTA DE LEITURA COMUNITÁRIA

3.1. Diagnóstico social – uma ferramenta

Neste capítulo, será abordado o diagnóstico social, ferramenta de investigação de territórios que tem por objetivo o conhecimento da realidade local, identificando as demandas e potencialidades da região investigada.

Essa ferramenta está inserida em um contexto de instrumentos que se caracterizam por coletar informações, sobretudo, qualitativas e de forma participativa, ou seja, buscando o ponto de vista e a participação da população que se almeja investigar, inserindo-se em um contexto de projetos que visam à gestão social.

Este instrumento é realizado por diversas organizações em âmbito nacional e internacional; no entanto, ainda são escassos documentos e registros que abordem as especificidades de sua aplicação.

Ao falarmos de processos participativos, é relevante citarmos o autor Jackson De Toni (2009) ao afirmar que “o aprofundamento do processo participativo é condição prévia para a consolidação da democracia e efetivo combate as desigualdades econômicas e sociais” (DE TONI, 2009:1).

De Tony (2009) explica que a participação cidadã implica consciência e participação política, onde a participação, em sua modalidade política, está no centro das discussões sobre a reforma do Estado e do modo de se fazer política na sociedade.

Processos e projetos participativos envolvem uma série de restrições e necessidades estruturais, podendo acarretar, inclusive, na transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil. Contudo, metodologias que primam pelo planejamento participativo em projetos podem ser instrumentos de articulação e organização de novos espaços de participação popular (DE TONY, 2009).

No Brasil, a partir da abertura política e da Constituição de 1988, observou-se um estímulo à participação e à criação de organizações representativas de diferentes grupos sociais, propiciando, por exemplo, “a regulamentação dos conselhos gestores de políticas públicas como um espaço de interação entre governo e sociedade” (GOMES, SOARES & BRONZATTO, 2015:8).

A organização popular em conselhos, grupos e movimentos promoveu uma atuação mais efetiva cidadãos e o desenvolvimento de processos interativos e participativos na resolução de questões sociais, onde a atuação dos movimentos sociais e o crescimento do Terceiro Setor fomentaram, gradativamente, a criação e utilização de meios e ferramentas de estímulo à participação cidadã.

Ao tomarmos por análise a representação de espaços regionais, é possível perceber que, atualmente, a esfera local tem uma nova dimensão e um novo relevo (SUBIRATS, 2012), onde a sociedade busca capacidade de governo e de envolvimento dos cidadãos nos processos de mudança.

Exigem-se projetos de futuro, e pede-se que esses projetos de futuro sejam compartilhados por todos os envolvidos: mais governo e mais governança coletiva para algumas entidades locais consideradas de grande importância por sua proximidade e capacidade de gestão, para a melhoria concreta e cotidiana do bem-estar de indivíduos e grupos (SUBIRATS, 2012:9).

Subirats (2012) explica que o fortalecimento da dimensão política exige o reconhecimento de que se trata de um processo de mão dupla, onde os governos devem reconhecer o peso e a lógica relacional do território.

O local hoje tem fronteiras que excedem a noção de território, sendo mais conectadas com a identidade e o sentimento de pertencimento, ou seja, com um “sentido compartilhado de uma história vivida de maneira conjunta”. (SUBIRATS, 2012: 10).

Nesse sentido, os atores que dialogam com o local precisam desenvolver estratégias de vinculação e comunicação com esses territórios que levem em consideração a participação de seus moradores e o sentimento de identidade que os mesmos possuem com o espaço em que vivem.

Por outro lado, os locais devem estar integrados e coesos para poderem de maneira articulada defender seus interesses e pontos de vista.

Todos dependemos de todos, todos compartilhamos problemas, e também todos podemos compartilhar linhas de avanço e melhoria. Cada um – a partir de suas responsabilidades e posições de poder, que não são simétricas – assumindo o conflito entre interesses e atores como um elemento não apenas natural, mas criativo e inovador (SUBIRATS, 2012:11).

Subirats (2012) afirma que cresce cada vez mais a consciência de que é necessário desenvolver novas formas de participação e envolvimento dos cidadãos que permitam ampliar a legitimidade de decisões significativas para a comunidade, aproximando assim as pessoas da

complexidade das decisões públicas, onde novas formas de participação popular na resolução de questões sociais têm sido experimentadas.

Além disso, explica De Toni (2009), é relevante, estabelecer regras e procedimentos “que regulem os processos participativos na medida em que eles mesmos se tornam sustentáveis, mais perenes e sistemáticos”. (De Toni, 2009:12).

Algumas metodologias têm sido desenvolvidas ao longo dos anos, tendo por meta o conhecimento do local e das principais questões que o abarcam, visando o desenvolvimento de projetos sociais. O diagnóstico social é uma dessas metodologias, pois visa retratar a realidade de um território através de técnicas e estratégias de envolvimento da população local, servindo assim como um instrumento “porta-voz” das demandas locais e fonte de dados para futuras decisões sobre o território.

Além disso, esse instrumento, sistematizado e organizado, tem servido como uma tecnologia social, sendo reaplicado em diversos contextos e territórios.

Entretanto, é importante ao analisarmos a ferramenta, entender as circunstâncias em que ela é proposta, quem é o patrocinador de sua execução, como a instituição propõe as questões a serem observadas e como lida com as respostas obtidas. Compreender se e como a população local é envolvida no processo de execução também auxilia na abordagem do processo participativo na condução da ferramenta.

Contudo, existem poucos estudos e materiais sobre diagnósticos sociais e sobre como o mesmo tem sido utilizado para a proposição de projetos sociais pelas instituições, principalmente no âmbito do Terceiro Setor.

Ao abordar o diagnóstico social e o seu uso ao longo do tempo, Ander Egg & Idáñez (2008), explicam que “de todos os componentes metodológicos que estão subjacentes nas várias modalidades e formas de intervenção social, é sem dúvida, o diagnóstico o que metodologicamente está menos desenvolvido e elaborado” (EGG&IDÁÑES, 2008:7).

Os autores fazem uma reflexão sobre as publicações sobre o tema, citando Sacarón de Quintero (1973) e o próprio Ander-Egg (1991), explicando que muito pouco se tem escrito sobre essa ferramenta de trabalho social.

3.2. Diagnóstico Social – definição

Ander Egg & Idáñez (2008) recorrem à etimologia do termo para definir a sua origem e melhor significado, visto que a palavra grega *diagnostikós* é formada pelo prefixo *dia*, que significa “através” e *gnosis*, referente à “conhecimento”, “apto para conhecer”. Sendo assim, “trata-se, pois, de um ‘conhecer através’, de um ‘conhecer por meio de’” (Ander Egg & Idáñez, 2008:10).

É válido nesse sentido fazer referência ao uso da palavra “diagnóstico” pela Medicina, onde o verbete é utilizado para caracterizar uma situação mediante a identificação de alguns sintomas. Além disso, o primeiro livro onde se tem uma sistematização de métodos de intervenção social, chamado *Social Diagnosis* (1917), de autoria de Mary Richmond, uma das pioneiras no estabelecimento das bases científicas do Serviço social, se apoia na Medicina e no atendimento de famílias para descrever o que é um diagnóstico (Ander Egg & Idáñez, 2008).

O portal “servicosocial.pt²⁹”, plataforma portuguesa sobre o Serviço social explica que o Diagnóstico Social têm nos seus princípios e bases muito do que Richmond (1917) escreveu, mas foi se transformando e evoluindo ao longo da história da profissão. Entretanto, atualmente, vai também ao encontro dos princípios que as Ciências Sociais utilizam como abordagem de territórios.

Richmond (1917) focou seu estudo em situações particulares, entendendo indivíduo a indivíduo, e hoje a ferramenta, compreendida em um contexto para além do Serviço Social, trata, sobretudo, de questões coletivas, que abarcam populações que vivem em um território comum e compartilham experiências de vida comuns.

Nesse sentido, o diagnóstico social pode ser entendido como uma ferramenta sob o viés do conceito de gestão social, ou seja, que tem como premissa a ideia de que “o bem-estar coletivo é condição para o bem-estar individual” (CANÇADO, SAUSEN & VILLELA, 2013:17).

A gestão social, segundo os autores, é por essência participativa e cidadã, onde os atores envolvidos discutem seus projetos, objetivos e decisões em comum. Nesse contexto, pode ser definida como:

²⁹ Vide em <http://servicosocial.pt/diagnostico-social/>, acesso em 27/03/2016.

a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último. (CANÇADO, SAUSEN & VILLELA, 2013:17).

Ander Egg & Idáñez (2008) explicam que o diagnóstico social é uma ferramenta que permite conhecer para atuar, onde a eficácia da atuação depende do conhecimento prévio das questões.

Neste sentido, qualquer diagnóstico social representa uma das fases iniciais e fundamentais do processo de intervenção social. Constitui um dos elementos chave de toda a prática social, na medida em que procura um conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual se vai realizar uma intervenção social e dos diferentes aspectos que é necessário ter em conta para resolver a situação-problema diagnosticada. Fazer isto (o diagnóstico) oferece uma maior garantia de eficácia na programação e execução de atividades (Ander Egg & Idáñez, 2008:16).

O diagnóstico social tem como objetivos fornecer informações que sirvam como base para a elaboração de ações concretas em forma de planos, programas e projetos. Permite assim o planejamento estratégico de ações adequadas ao tratamento das questões sociais. É mais do que conhecer os problemas sociais de uma determinada região ou população, visa o entendimento da causalidade dos problemas e a ação concreta sobre tais.

O diagnóstico social é um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a evolução ao longo do tempo, assim como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas atividades (Ander Egg & Idáñez, 2008:27).

Por seu caráter dinâmico, é uma ferramenta que não se encontra estagnada em um momento e história, devendo ser a todo momento revisitada, atualizada, estando aberta a novas informações e coleta de dados.

O diagnóstico constitui uma fase ou momento do processo metodológico – e simultaneamente um instrumento operativo - que se vai completando e enriquecendo de forma permanente. Qualquer intervenção na realidade gera uma dinâmica que vai questionando novas interrogações, vai reformulando problemas e vai fazendo luz sobre questões que não se tinham considerado suficientemente ou eram simplesmente lacunas do diagnóstico (Ander Egg & Idáñez, 2008:20).

Ao ser participativo, permite que as pessoas entrevistadas e abordadas forneçam novos horizontes de problemas que suscitarão outras áreas e aspectos que não foram investigados antes, trazendo novos elementos que irão enriquecer e aprimorar o trabalho.

O Serviço Social e as Ciências Sociais possuem uma série de ferramentas que auxiliam na captação e informações, visando a análise individual e o acompanhamento (Serviço Social) ou a análise do contexto macro e a proposição de ações em nível de projetos sociais (Ciências Sociais), podendo uma área se fundir a outra visando uma abordagem transdisciplinar.

Tais ferramentas podem ser: a entrevista em profundidade, a entrevista com questionário definido, o levantamento histórico, o genograma e o ecomapa, a nuvem de problemas, a análise *swot*, a árvore de problemas, a análise de causas e consequências, a espinha de peixe, o *mind map*, a análise de variável motriz, a grelha de hierarquias de prioridades de intervenção, dentre outras, tão bem explicadas por Lameiras (2015)³⁰.

Não é foco deste trabalho nos termos nas especificidades de cada uma das metodologias, mas sim na maneira de como o diagnóstico social, enquanto ferramenta maior, abarca, dependendo do seu contexto e necessidade, uma série de instrumentos para a pesquisa social.

O diagnóstico social, além de permitir a compreensão de determinadas situações, territórios e populações, produz conhecimento, por vezes, inédito sobre os mesmos. Ao desvendar o local, identifica as demandas e potencialidades da região investigada. Desta maneira, sinaliza se os projetos e ações pensadas para aquela localidade são viáveis ou não, define indicadores, estratégias de atuação e auxilia no planejamento de ações sociais efetivas.

Para entender melhor como as ferramentas são abordadas no contexto da realização de um diagnóstico social e como se constituem em dados que baseiam o planejamento de ações sociais é relevante para este trabalho, entender como diferentes organizações aplicam o instrumento diagnóstico social e como seus resultados podem ser utilizados na proposição de projetos e ações. Vejamos abaixo alguns exemplos realizados em diferentes contextos.

a) Diagnóstico Social do Concelho de Espinho, Portugal - 2013

Internacionalmente, podemos citar o exemplo de Espinho, freguesia portuguesa pertencente à cidade de Espinho, Distrito de Aveiro, Área metropolitana do Porto.

³⁰ Para visualização das ferramentas utilizadas pelo Serviço Social, vide: <http://servicosocial.pt/diagnostico-social/>, acesso em 27/03/2016.

Anualmente, é realizado pela freguesia um diagnóstico social que pauta o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e o Sistema de Informações da região, auxiliando na definição de estratégias e ações sociais para determinados territórios, públicos-alvo específicos ou eixos temáticos³¹.

É interessante verificarmos no Diagnóstico Social do Concelho de Espinho (2013) a adoção da pesquisa-ação³² e do projeto participativo como metodologia científica de aproximação da realidade social local.

Por seu turno, a metodologia participada de projeto enquadra-se no método de investigação-ação enquanto processo de planeamento dos projetos, cuja ênfase se coloca no desenvolvimento da capacidade dos grupos sociais definirem os seus objetivos, tal como os meios e os recursos para os concretizarem, face a uma situação futura desejável. Nesta linha, o presente diagnóstico, concretizado sob a égide do método da investigação-ação e da metodologia participativa de projeto, tem como objetivo primordial conceber um retrato atual e fidedigno da realidade, com o intuito de possibilitar o subsequente planeamento operacional de um Plano de Desenvolvimento Social a implementar num futuro próximo. (COSTA; AMORIM, 2013:4).

Nesse sentido, o trabalho se desenvolveu a partir da coleta de dados estatísticos de fontes oficiais e da criação de grupos interinstitucionais e fóruns públicos. Para as atividades com os grupos de trabalho foram desenvolvidas análises SWOT³³, para identificar as forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) das dimensões avaliadas.

³¹ Verificar no site de Câmara Municipal de Espinho: http://www.cm-espinho.pt/redesocial/?page_id=19, acesso em 24/01/2016.

³² Segundo, Koerich MS, Backes DS, Sousa FGM, Erdmann AL, Albuquerque GL (2009), “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa interpretativa que abarca um processo metodológico empírico. Compreende a identificação do problema dentro de um contexto social e/ou institucional, o levantamento de dados relativos ao problema, à análise e significação dos dados levantados pelos participantes, a identificação da necessidade de mudança, o levantamento de possíveis soluções e por fim, a intervenção e/ou ação propriamente dita no sentido de aliar pesquisa e ação, simultaneamente”. Disponível em <https://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a33.htm>, acesso em 30/06/2016.

³³ A matriz ou análise SWOT, conhecida também no Brasil como FOFA, devido à tradução de suas iniciais foi desenvolvida na década de 1960 na Universidade de Stanford, sendo até hoje utilizada por empresas e instituições diversas na definição de suas estratégias.

O conhecimento produzido nestes grupos de trabalho complementa os resultados estatísticos e introduz uma perspectiva analítica mais qualitativa, fundamentada na experiência de trabalho dos técnicos que atuam diariamente no terreno. Em simultâneo, os contributos recolhidos nestes grupos interinstitucionais possibilitaram a identificação de sugestões de intervenção a ter em conta, posteriormente, a quando da concepção do Plano de Desenvolvimento Social. (COSTA; AMORIM, 2013:4).

Além disso, a Rede Social, entidade que comunga parceria entre entidades públicas e privadas da região com o objetivo de desenvolver ações sociais, organizou fóruns públicos, a fim de envolver instituições, empresas e sociedade civil.

b) Metodologia para o Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens, IPEA - 2014

No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, publicou em 2014 o documento “Metodologia para o Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens”, onde detalha a metodologia criada pelo Instituto que buscou a

realização de um levantamento da situação social, econômica e cultural nas regiões atingidas por barragens, com foco nas famílias atingidas por estes empreendimentos, visando à elaboração de um diagnóstico para qualificar e quantificar a dívida social do Estado brasileiro com este público. (IPEA, 2014:7).

Buscou-se no trabalho, a criação de uma metodologia que pudesse ser reaplicada em outras barragens do Brasil, bastando poucas adaptações relativas ao tamanho e finalidade.

Desta maneira, o trabalho foi estruturado em quatro eixos de abordagem, de acordo com a apresentação dos dados finais: contextualização histórica da barragem, indicadores quantitativos a partir da aplicação de questionários, dados qualitativos a partir de entrevistas e grupos de discussão e apresentação geral das questões coletivas, focando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em torno da barragem.

A metodologia desenvolvida pelo IPEA, apesar de aplicar questionário censitário domiciliar, visa dados coletivos a serem verificados e mensurados a partir da realidade do momento da aplicação da entrevista e têm como premissa três conceitos-chave: atingido por barragem; dívida social do Estado brasileiro com os atingidos por barragens; e participação social.

Ao falar da participação social, o documento explicita que a adoção da participação da comunidade possibilita a construção coletiva do trabalho de diagnose.

O interesse por participação da população local, por sua vez, é um importante aliado que, adequadamente previsto na metodologia e subordinado a seus objetivos, auxilia

o processo a considerar melhor os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade. Esta metodologia, portanto, se adequa para a produção de um diagnóstico de forma participativa, assim como compreende a participação social como um instrumento de produção de conhecimento. (IPEA, 2014:21).

É salientado, inclusive que, em alguns locais do campo é indispensável a presença de atores locais, por serem de difícil acesso ou por aplicações e pesquisas anteriores já terem causado traumas à população, que se tornou frustrada por não ter as suas expectativas sanadas.

Para garantir a participação social no diagnóstico desenvolvido, a metodologia se baseia nas seguintes premissas:

Quadro 2 – Premissas para a participação social - Metodologia para o Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens (IPEA, 2014:22).

a) A existência de uma coordenação local do diagnóstico, para auxiliar a equipe de pesquisa, com representantes de atores relevantes para o processo, especialmente movimento social, órgãos locais de governo e empresa responsável pela barragem.
b) Divulgação e sensibilização para a pesquisa, bem como prestação de esclarecimentos sobre os objetivos.
c) A busca de opinião e informação com organizações e lideranças locais para melhor dimensionar o campo da pesquisa e o universo, bem como de situações específicas que possam surgir, tendo em vista características locais e eventuais dificuldades de acessar os interlocutores e entrevistados.
d) Durante todo o diagnóstico, os integrantes da equipe de pesquisa devem, sempre que questionados, informar sobre o andamento dos trabalhos, independentemente da etapa em que ele se encontra.
e) A apresentação de resultados prévios para a comunidade, com vistas a melhorar o resultado final.

Para o sucesso da metodologia, explica o IPEA (2014), a participação social como condição *sine qua non*, tanto para a aplicação da entrevista quantitativa, quanto para a realização de entrevistas com pessoas-chave, visando os dados qualitativos ao se conversar com lideranças locais, com o poder público e os responsáveis pela barragem.

c) Diagnóstico Social de Retiro, Espírito Santo - 2006

O Diagnóstico Social de Retiro foi realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, pela FURNAS Centrais Elétricas SA e pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP.

O trabalho desenvolvido na comunidade quilombola de Retiro, localizada no Espírito Santo foi concebido como uma etapa inicial para a criação de um núcleo de integração comunitária, projeto almejado pelos realizadores.

O diagnóstico das comunidades envolvidas no projeto “Núcleos de Integração” constitui-se no instrumento indispensável de apoio a todas as ações de mobilização que serão deslançadas a seguir e à tomada de decisão das próximas etapas do trabalho. Por meio do diagnóstico, será possível estabelecer uma base comum de informações que nos aproxime da realidade local das comunidades, das questões desafiadoras mais recorrentes, principalmente no que tange sua configuração social e organizativa – focos principais da ação proposta (IBASE, FURNAS & COEP, 2006:4).

O Diagnóstico Social de Retiro usou como metodologia de coleta de dados a pesquisa de dados primários e secundários, realizando “entrevistas (individuais e pequenos grupos) semi estruturadas e abertas, em visitas ao local, à instituições, grupos associativos e ONGs atuantes em Retiro” (IBASE, FURNAS & COEP, 2006:4).

O documento produzido é apresentado como ponto de partida e pano de fundo para futuras decisões sobre a comunidade, a ser constantemente modificado, atualizado e aprimorado. O diagnóstico teve como objetivo identificar ações prioritárias que pudessem ser inseridas no futuro projeto comunitário a ser construído coletivamente.

Foram levantadas informações de caracterização do território e população, contextualizando a sua história e identidade enquanto remanescente quilombola. Informações do CENSO 2000 também foram utilizadas para auxiliar na compreensão social da região, onde foram levantados indicadores de tamanho da população, saúde, educação, saneamento básico, trabalho e renda, relação do poder Público com a comunidade, comércio, esporte e lazer, cultura e turismo, além do levantamento dos projetos e programas sociais atuantes na região.

Foram pontuados ainda no documento como se dá a organização social da comunidade, em quais grupos sociais se dividem, como por exemplo, igrejas, associações e clubes de futebol.

Imagem 1 – Instituições e grupos atuantes em Retiro (IBASE, FURNAS & COEP, 2006: 22)

Instituição / Grupo	Tipo	O Que faz? Atuação em Retiro	Contato
COSEM - Complexo Sócio Educacional Maná	ONG	Realiza projetos e ações na área educacional, voltadas para a identidade, pesquisas sobre questões sociais, econômicas e políticas e financia projetos. Curso "Oficina AXE" que corresponde a formação para professores na lei 10.639 PROJETHUM - Publicações de livros voltadas para projetos sociais e poesias.	Marco Antônio Pereira
Igreja Católica	Igreja	Trabalho religioso e social, canto, dizimo, batismo, círculo bíblico e catequese, crisma e oração, através de seus Grupos: Conselho Comunitário, Pastoral da juventude (Grupo de Jovens)	Maria Virgínia Regina dos Anjos
Igreja Metodista "Fonte de Vida"	Igreja	Trabalho religioso	Anoildo de Brito Bessa
AHBPA – Associação dos Herdeiros de Benvindo pereira dos Anjos	Associação	Cuida da documentação, da divisa do território, dos assuntos dos moradores de Retiro, atua em conflitos, preserva o patrimônio cultural e material e busca recursos para o desenvolvimento da comunidade.	Wallace da Conceição
Banda de Congo Unidos do Retiro	Grupo Cultural	Realizam a manutenção da raiz, tradição e cultura negra. Representam a comunidade e o município na mídia e até internacionalmente com apresentações de congo na comunidade e, a convite, em locais externos.	Mário Raimundo Pereira
Unidos Futebol Clube	Grupo Esportivo	Realiza atividades esportivas e de lazer	César Junior Silva do Sacramento
Agentes da Pastoral Negros	ONG	Fomento ao surgimento e a organização de da comunidade quilombola e "Caminhada Noturna dos Zumbis Contemporâneos".	Laurení Luciano e Oswaldo Martins Oliveira
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – ES	Instituto de Pesquisa	Proposta de implementação de indústria caseira e artesanato e de criação de um espaço para divulgação e comercialização dos produtos afros.	Murilo Bruno Freitas
Sociedade MACROGÉ	ONG	Voltada para a preservação da história e da cultura do município. Realiza oficinas de contação das histórias das comunidades através da música. Tem como proposta trabalhar com elementos da cultura afro-Brasileira e resgatar a história local.	Soraia Nunes Machado e Luiz Carlos Simonassi

Por fim, as questões, desafios e problemas mais evidentes foram apontados no relatório, bem como destacadas possíveis propostas de intervenção social, como por exemplo,

na área de saúde “solicitar à Prefeitura a instalação de um posto de atendimento médico em Retiro e que este posto tenha Odontologia” e na área de cultura “Proporcionar o fortalecimento da Identidade local através de ações/oficinas que fortaleçam a história e o resgate da memória da comunidade”.

d) Diagnóstico Social de Maringá, Paraná - 2011

A Kairós Desenvolvimento Social, empresa de consultoria especializada no desenvolvimento de ferramentas de gestão social, inclusive em diagnósticos sociais, realizou esse estudo na cidade de Maringá, Paraná, em 2011, bem como realizou outros diagnósticos sociais na mesma linha em diversos estados brasileiros.

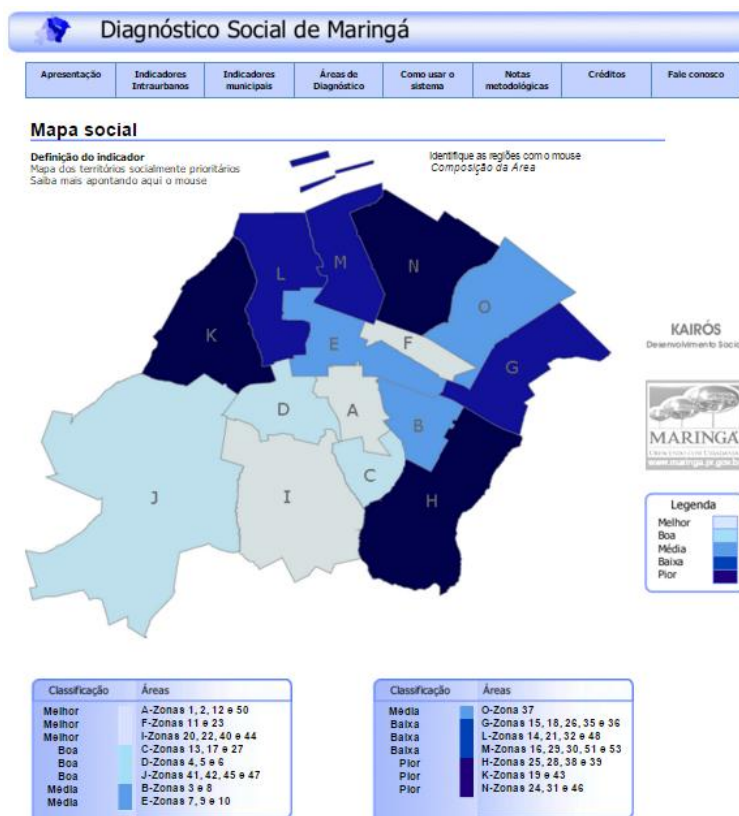
Em seu website, a organização explica que:

O Diagnóstico Social desenvolvido pela Kairós é um sistema de avaliação e monitoramento contínuo de indicadores sociais, econômicos e de garantia de direitos, calculados por áreas ou bairros da cidade. Ele se baseia em dados atuais, referentes ao último ano completo, e não apenas nas informações do Censo. Com isso, permite captar a situação presente e, com suas atualizações periódicas, acompanhar as alterações que vão ocorrendo na realidade a cada ano. É uma ferramenta indispensável para o planejamento governamental, em especial nas áreas de políticas sociais e na consolidação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social). (Website Kairós, 2006).

O diagnóstico social de Maringá levantou indicadores e informações sobre as 15 áreas em que o município foi dividido para facilitar a análise. Segundo o estudo, os indicadores levantados a partir de consulta a fontes primárias, tais como secretarias municipais, secretarias estaduais, órgãos federais, fundações e institutos. Além disso, foram consultados os dados do Censo 2010 do IBGE.

Tais dados geraram mapas dos locais investigados e informações sobre os indicadores tidos como intraurbanos (saúde, educação, condições de vida, vínculos, atendimentos, equipamentos) e municipais (empregos formais, empresas, concentração de renda no emprego formal, renda e gênero, juventude, trabalho e renda).

Imagem 2 – Mapa síntese das informações obtidas no diagnóstico social de Maringá, 2011 (Website Kairós, 2016).



e) Diagnóstico Social Comunitário de Passo Fundo

Já a Universidade de Passo Fundo (UPF) desenvolveu um diagnóstico social comunitário de oito comunidades (entre vilas, bairros e loteamentos) de Passo Fundo, município do Rio Grande do Sul. Também com viés qualitativo, o documento almejou “não os dados estatísticos, mas as percepções, as aproximações possíveis na compreensão das realidades, dos modos de vida e das problemáticas presentes”³⁴.

Nesse sentido, a equipe integrante do projeto Educação e Cidadania³⁵, em que se insere o diagnóstico, procurou identificar “pontos críticos” para a ação social, trabalhando

³⁴ FIOREZE, Cristina; MORETTO, C. M.; FONSECA, Henrique; RIZOTTO, T.; BERNARDI, A. M.; BOTTESINI, C., 2012:109.

³⁵ Projeto de extensão da Universidade de Passo Fundo (UPF), Rio Grande do Sul – Brasil.

também com a pesquisa-ação e com a pesquisa-intervenção para alcançar a participação dos moradores.

Foram realizadas reuniões com lideranças comunitárias e entrevistas com características etnográficas e gravações audiovisuais por meio de debates, visto que o projeto se encontrava inserido em uma proposta televisiva educativa para a universidade.

Com base nessa compreensão, construiu-se um cronograma de visitação e de gravação com a presença dos líderes comunitários, os quais foram fundamentais no apoio à realização das demais visitas às comunidades e na viabilização das gravações. A partir disso, foram definidas estratégias de divulgação e sensibilização das comunidades para participação, contando com o apoio das escolas, postos de saúde, associações comunitárias e outros equipamentos sociais. (FIOREZE; MORETTO; FONSECA; RIZOTTO; BERNARDI; BOTTESINI, 2012:109).

Os autores explicam que, para a efetividade do trabalho, a gravação dos programas se baseou no incentivo à mobilização comunitária, onde moradores e líderes eram os responsáveis pela organização do espaço físico; buscava-se a participação de todos e o livre diálogo, sem julgamentos, obtendo assim a identificação dos problemas comuns e a busca por soluções.

3.3. Estudo de caso – O diagnóstico social do Instituto Bola Pra Frente: explicitando a ferramenta

Ao analisarmos os exemplos anteriores de diagnósticos sociais é possível entendermos as diferenças entre o operacional de cada um e as semelhanças no que refere aos objetivos de estudos que visam compreender um território e as demandas da população que nele vive.

Nesse contexto, é também relevante observarmos com maior atenção os detalhes e processos e, para isso, tomaremos como estudo de caso o diagnóstico social do Complexo do Muquiço, ferramenta com a qual venho lidando ao longo do último ano e que auxiliará no planejamento dos projetos do Instituto Bola Pra Frente, organização em que trabalho.

3.3.1. Caracterização

O Instituto Bola Pra Frente é uma organização social sem fins lucrativos, fundada no ano de 2000, pelo tetracampeão mundial de futebol Jorginho. Está localizado no entroncamento dos bairros de Deodoro e Guadalupe, fronteira que coincide com a divisão municipal entre as zonas norte e oeste do Rio de Janeiro, chamada de Complexo do Muquiço.

O Bola Pra Frente atende crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, atuando com esporte, educação e cultura, buscando promover o protagonismo social e dialogar com os núcleos em que o educando está inserido: a família, a escola e a comunidade.

Sendo assim, oferece atividades no contraturno escolar de acordo com a divisão dos educandos em ciclos educativos: 6 a 7 anos - ciclo 1, 8 a 9 anos - ciclo 2, 10 e 11 anos - ciclo 3, 12 e 13 anos - ciclo 4, 14 e 15 anos - ciclo 5 e 16 e 17 anos - ciclo 6.

Buscando conhecer melhor o seu público beneficiário e obter informações norteadoras para o desenvolvimento de seus projetos, o instituto realizou o seu primeiro diagnóstico social em 2008, onde pôde delimitar a sua área de atuação e mapear a região conhecida como Complexo do Muquiço.

Intitulada Censo Muquiço 2008, a pesquisa adotou como protocolos o levantamento censitário e a interpretação dos dados, a investigação histórica e geográfica da região, além de realizar pesquisa sociodemográfica em 1.358 domicílios.

Os questionários continham 112 perguntas, voltadas para atualização de informações sobre o IDH, renda per capita, características gerais dos moradores, ramo de trabalho, quantidade de moradores por gênero e por faixa etária, preferências esportivas, manifestações culturais mais presentes, opiniões sobre os equipamentos e serviços públicos disponíveis, dentre outros (BOLA PRA FRENTE, 2016:5).

Até a realização do Censo Muquiço 2008, o Bola Pra Frente atendia a mais de 1.000 crianças, adolescentes e jovens de bairros próximos, mas não havia um controle de captação e monitoramento de educandos. Vinham participantes de Deodoro, Marechal Hermes, Anchieta, Guadalupe e adjacências, formando filas numerosas de pessoas que buscavam vaga na instituição.

Além de nem todos conseguirem as vagas, era difícil para a instituição planejar e mensurar impactos de sua atuação na região. Desde a sua fundação, havia um propósito no instituto: impactar positivamente o Complexo do Muquiço; entretanto, possuindo participantes de variadas regiões, não era possível quantificar esse impacto.

A fundação do Instituto concretizou um sonho de infância de Jorginho. Aos 11 anos de idade, Jorge de Amorim Campos, ainda criança, acordou abalado com um sonho. Havia sonhado que tinha construído a Disneylândia no campo no Rala-Coco, grande área de várzea onde passava a sua infância brincando e jogando futebol. Ao olhar pela janela, viu que o Rala-Coco ainda estava lá, do mesmo jeito. Mas, aquele pensamento ainda ficaria em sua memória por muitos anos.

No ano 2000, já consagrado como atleta e tetracampeão mundial de futebol, Jorginho teve a oportunidade de comprar o terreno que um dia foi o Rala-Coco e construir a instituição, tornando real a então metáfora da “Disneylândia”.

Inicialmente, a organização tinha como missão “tirar a criança da rua e a rua da criança”³⁶, visando ser um espaço onde ela se sentisse segura e pudesse ter momentos de lazer. Gradativamente, à medida que a instituição crescia e se consolidava enquanto organização do Terceiro Setor, o propósito tornou-se mais focado e centrado nos objetivos do Bola Pra Frente e na sua profissionalização técnica quanto ao ensino do esporte com um fim educativo.

Desta maneira, sua missão foi organizada em “educar crianças, adolescentes, jovens e suas famílias para o protagonismo social, utilizando o esporte como principal ferramenta impulsionadora da construção de valores em prol da promoção social”³⁷. Foi construída em 2008, no mesmo momento histórico em que a instituição realizou o seu primeiro diagnóstico social, visando aprimorar estrategicamente a visão do Instituto e concentrar o seu atendimento segundo o mapa abaixo:

Imagem 3 – Comunidades do Complexo do Muquiço em 2008. Fonte: Arquivo Instituto Bola Pra Frente.



³⁶ Fonte: Instituto Bola Pra Frente.

³⁷ Site da organização: www.bolaprafrente.org.br, acesso em 18/01/2016.

A partir desse primeiro instrumento realizado, o Instituto Bola Pra Frente pode criterizar a captação de educandos para somente nas comunidades do Complexo do Muquiço, mapeadas a partir do trabalho. São elas: Triângulo, Conjunto Presidente Vargas, Coréia, Ferroviária, Muquiço e Vila Eugênia.

Então, desde 2008 a participação de educandos é condicionada a moradores destas localidades, desde que entre seis e dezessete anos e estudantes de escolas públicas.

Além disso, o trabalho de resgate da história local é relevante para o estudo, pois esclarece pontos sobre a sua formação, auxiliando na educação dos mais novos e contribuindo para a valorização do local e do patrimônio.

Foi a partir do diagnóstico social que a história das comunidades pode ser conhecida e as mesmas foram “postas no mapa”. Não havia registro da identidade das localidades e nem do seu mapeamento antes desse trabalho.

Com as informações apreendidas com a pesquisa domiciliar foi constatado, por exemplo, que 71% das casas são chefiadas por mulheres, com renda de até um salário mínimo em sua maioria; 20,53% dos moradores entrevistados possuíam emprego com carteira assinada; 41,91% dos jovens entre 15 e 24 anos abandonaram a escola e 25,1% não concluíram o Ensino Fundamental.

Esses e outros dados sociodemográficos ajudaram a delinear os projetos do Instituto a partir de então, além de propiciar uma melhor compreensão do contexto de seu público beneficiário.

A partir desse primeiro material, o Bola Pra Frente passou a aprimorar a sua expertise na realização da ferramenta e reaplicou a mesma nos anos seguintes em diferentes contextos, prestando assim um serviço de consultoria a algumas empresas que queriam conhecer melhor a população com a qual trabalhavam:

- 2009 – Diagnóstico Social da Reta João XXIII;
- 2011 – Diagnóstico Social da Fazendinha – Complexo do Alemão;
- 2012 - Diagnóstico Social do Jardim Catarina – São Gonçalo.

A cada novo trabalho realizado, novas formas de captação de informações foram implementadas pelo instituto, com novas abordagens e técnicas, proporcionando ao Bola Pra Frente uma maneira própria e particular de como fazer diagnósticos sociais.

3.3.2 Diagnóstico Social do Complexo do Muquiço - 2016

Em 2015, foi iniciado o novo diagnóstico social do Complexo do Muquiço, trabalho que está em fase de finalização, após 15 meses de operação. Tal estudo se faz necessário para atualizar os dados sociodemográficos sobre a região e também tem papel fundamental no alinhamento estratégico da organização para os próximos anos.

O Bola Pra Frente em 2016 passará por uma grande obra, aumentando o seu espaço para atendimento dos educandos. Com mais espaço, novas salas e infraestrutura modernizada, é importante para a organização ter dados atualizados e concretos sobre como poderá melhorar o seu atendimento.

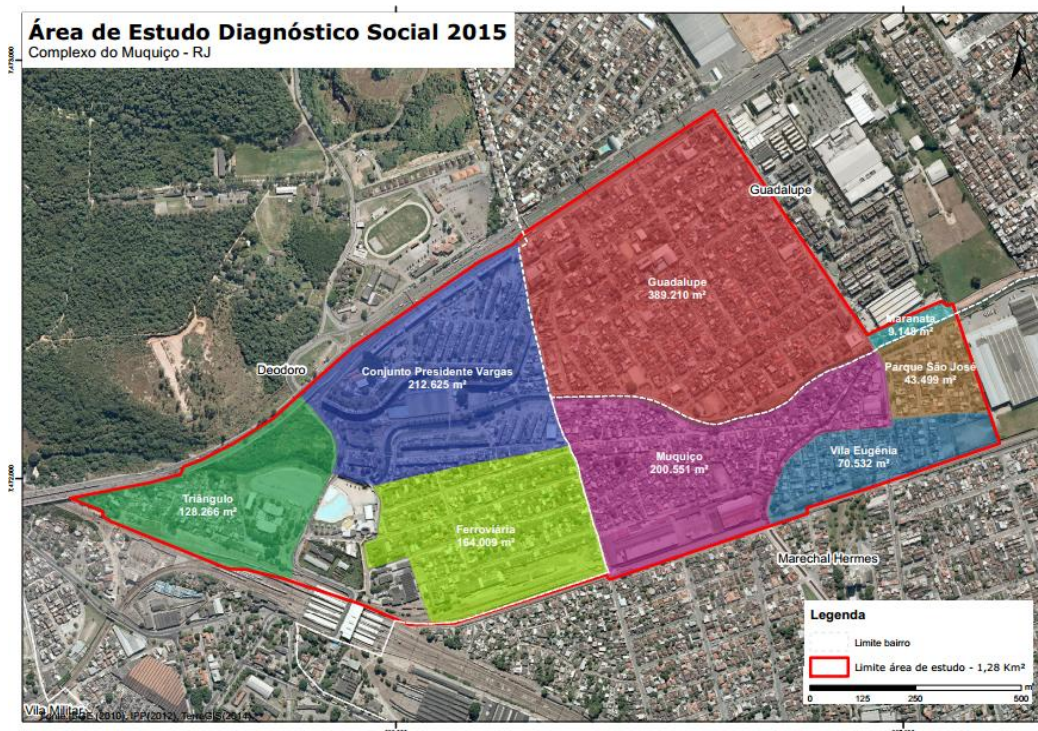
Como exemplo, podemos apontar o fato de que o atendimento do Instituto é a partir de seis anos de idade, mas é observado que a região possui apenas uma creche que atende a crianças menores, o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Professora Miltolina da Silva, que não consegue sanar a demanda de vagas da localidade.

Sendo assim, é percebido que as mães precisam ficar em casa para cuidar dos filhos ou deixam os mesmos aos cuidados de outrem ou sem cuidados. Na prática, o que se vê são muitas crianças pequenas pelas ruas das comunidades, sem um olhar direcionado para elas.

No entanto, para que o instituto possa atendê-las é necessário quantificar esse público e analisar o contexto social em que as crianças menores de seis anos estão inseridas, transformando a percepção em dado estatístico.

Um outro protocolo importante para o novo diagnóstico é o mapeamento da região, onde o Bola Pra Frente passará a atender três novas comunidades: Parque São José, Maranata e parte do bairro de Guadalupe, ampliando assim o seu escopo de atuação.

Imagem 4 – Comunidades do Complexo do Muquiço em 2016. Fonte: Arquivo Instituto Bola Pra Frente



Desta maneira, serão oito as localidades atendidas pelo Bola Pra Frente a partir do diagnóstico social: Maranata, Parque São José, Vila Eugênia, Muquiço, Triângulo, Ferrovária e Conjunto Presidente Vargas³⁸.

O diagnóstico ainda está em andamento e as informações sociodemográficas ainda estão sendo coletadas, mas pelos dados disponíveis de cinco comunidades (Maranata, Parque São José, Conjunto Presidente Vargas, Triângulo e Ferrovária) já é possível observar que: Ainda são as mulheres as responsáveis pelo domicílio na maioria das casas, 62,29%; com mais de 60 anos em 39,60% dos domicílios. Além disso, apontam como situação de trabalho a opção “do lar” em 28,22% das casas e como aposentadas, em 15,25%.

O rendimento mensal, tanto do responsável pelo domicílio quanto o total do domicílio, está em torno de um salário mínimo (R\$ 788,00 reais), com a maioria de moradores (33,17%)

³⁸ A comunidade Coreia está englobada no Conjunto Presidente Vargas, visto que fazem parte do mesmo conjunto arquitetônico.

entre 25 e 59 anos com Ensino Médio Completo e 18,36% moradores acima de 60 anos com Ensino Fundamental Incompleto (1º. Segmento).

Sendo assim, em harmonia com os dados historiográficos e geográficos, os dados estatísticos ajudam a fornecer um retrato da região. Com o fim da coleta de campo, o diagnóstico encontra-se atualmente em fase de análise estatística e levantamento da história da localidade.

Visando esmiuçar a ferramenta, trazendo luz a uma metodologia de pesquisa social que ainda não é amplamente difundida, serão apresentados abaixo os aspectos do diagnóstico social do Complexo do Muquiço 2016.

3.3.3 Parâmetros de definição

Para o Bola Pra Frente, o diagnóstico social “é um instrumento dinâmico que permite a compreensão da realidade social local, identificando as necessidades e problemas prioritários, bem como as respectivas causalidades, recursos e potencialidades locais” (INSTITUTO BOLA PRA FRENTE, 2016:7).

Os seus resultados são utilizados para:

Conhecer a estrutura da comunidade; identificar as demandas; sinalizar a viabilidade ou não, de programas e projetos; estabelecer prioridades das ações; definir indicadores consistentes; definir estratégias de intervenção social de forma criteriosa e responsável; traçar metas e planos que busquem alterar determinadas disparidades (INSTITUTO BOLA PRA FRENTE, 2016:7).

3.3.3.1 Princípios do diagnóstico

Foram desenvolvidos pelo instituto alguns princípios, que se configuram em estratégias de abordagem que estão contidas em todos os diagnósticos sociais que realiza. São eles:

1. O diagnóstico social possui uma missão.

Trata-se do fio condutor do projeto, a frase que norteará os rumos do diagnóstico e que traz as motivações do estudo. No caso do diagnóstico social do Complexo do Muquiço, a missão elaborada foi: “Avaliar o impacto do Instituto Bola Pra Frente nas comunidades em que atua, persistindo com amor e verdade em suas ações, a fim de

promover novas oportunidades de transformação social” (INSTITUTO BOLA PRA FRENTE, 2016:13).

2. O diagnóstico social possui duas equipes: a equipe técnica e a equipe de campo.
Para o sucesso do trabalho, é necessária a contratação de profissionais de diferentes expertises e perfis, que englobarão a equipe técnica, ou seja, geógrafos, cientista social, estatístico e, no caso de aplicações de questionários em formato impresso, digitadores. Já a equipe de campo, é formada por recenseadores, técnico de campo, e articulador comunitário. As equipes dialogam constantemente e têm a orientação de um coordenador de campo, que deve ser morador do local, assim como o articulador comunitário.
3. O diagnóstico social realiza uma delimitação espacial.
O geógrafo da equipe, em parceria com o coordenador campo, com o articulador comunitário e com o cientista social, tem como uma de suas funções mapear as regiões que serão pesquisadas no diagnóstico, promovendo assim um levantamento por muitas vezes inédito da região, já que conta com as informações dos moradores sobre cada rua e fronteira local.
4. O diagnóstico social realiza o levantamento histórico do local com base na história oral e na etnografia.
A história oral auxilia no mapeamento da região e também no processo de compreensão sobre a formação do território, fornecendo o entendimento da construção dos laços de identidade, da relação que os moradores possuem com o local e das causalidades da condição social existente.
5. O levantamento histórico do diagnóstico social apresenta uma linha do tempo.
A fim de colaborar com o levantamento histórico, é desenvolvida uma linha do tempo, pontuando os acontecimentos mais marcantes para a região.
6. O diagnóstico social analisa os dados indiretos existentes sobre a região e os dados diretos obtidos com a pesquisa.

O estudo aborda os dados já existentes sobre a região e disponíveis em diversos órgãos e pesquisas sociais, como por exemplo, dados da Secretaria de Saúde, de Urbanismo, das Sub-prefeituras. Além disso, os censos realizados pelo IBGE são a base cartográfica e apoio para as futuras construções e indagações sobre o espaço. No caso do Diagnóstico Social do Complexo do Muquiço, o Censo 2010 foi uma fonte de consulta primordial.

7. O diagnóstico social aplica um questionário socioeconômico.

É produzido um questionário socioeconômico de acordo com as demandas e necessidades que a instituição possui de informações. Os dados que serão levantados servirão de subsídio para o planejamento dos futuros projetos. Essa é a parte mais delicada da pesquisa, por contar com um número extenso de questões e por ser necessária uma sensibilização, tanto da equipe, quanto da comunidade para a dedicação as respostas. A equipe de recenseadores pode ser composta por moradores ou por graduandos.

No caso do diagnóstico social do Complexo do Muquiço, o trabalho foi realizado em duas etapas, onde o início da aplicação foi realizado por moradores e a finalização da pesquisa foi realizada por graduandos de Ciências Sociais e Serviço Social.

8. O diagnóstico social apresenta as análises estatísticas do questionário.

Após a aplicação dos questionários nas comunidades, as informações são tabuladas e apresentadas em forma de relatórios estatísticos, onde os dados são agrupados e trabalhados em conjunto com dados afins, como por exemplo, percentual de responsáveis pelo domicílio que são mulheres e aposentadas.

9. O diagnóstico social fornece o georreferenciamento da região e produz mapas temáticos a partir dos dados diretos e indiretos.

A partir dos dados aferidos diretamente por meio do questionário socioeconômico e das informações obtidas por meio dos dados indiretos, são produzidos pelo geógrafo da equipe mapas temáticos com os pontos considerados importantes pela instituição, como por exemplo, com a localização das escolas, dos equipamentos esportivos ou

com a demonstração gráfica de dados da pesquisa, tais como distribuição espacial das crianças e adolescentes, grau de instrução dos moradores, renda, etc.

10. O diagnóstico social aponta as necessidades e potencialidades locais, indicando as áreas propícias ao investimento social.

Mais do que mensuração de dados, o diagnóstico aponta caminhos estratégicos a serem seguidos por meio dos dados obtidos, possíveis linhas de atuação e públicos de interesse a serem articulados.

11. O diagnóstico social prima por ser uma ferramenta fidedigna à realidade local, reconhecida pelos moradores e difundida pelas lideranças comunitárias.

Para o seu início, o diagnóstico social realizou uma reunião de lideranças no instituto, buscando apresentar a proposta e captar possíveis recenseadores. Ter a pesquisa divulgada e apoiada pelos moradores é primordial para o sucesso das entrevistas e a boa condução no território. O articulador comunitário e a coordenadora de campo, como moradores do local, também fazem o trabalho de divulgação e interlocução com os moradores, além da divulgação por meio de faixas, cartazes e panfletos.

3.3.4 Realização

O Diagnóstico Social do Complexo do Muquiço foi desenvolvido na comunidade entre maio de 2015 e julho de 2016.

O trabalho de aplicação de questionários foi árduo e durou mais de um ano de campo, pois o diagnóstico realizou uma aplicação universal, ou seja, em todos os domicílios da região mapeada.

Tendo como desafios a instabilidade do campo, visto que é uma área de favela, onde ocorreram diversos conflitos ao longo do trabalho que impossibilitaram a ida à campo diariamente, e a rotatividade de recenseadores, onde muitos não apresentavam o perfil e desistiam da jornada com as adversidades e com o passar do tempo, o trabalho obteve êxito ao realizar 1.978 entrevistas³⁹ e passar em mais de 5.340 domicílios, aplicando o questionário com 316 questões, que consta em anexo.

³⁹ Até o momento de escrita da presente dissertação, visto que o trabalho ainda está em andamento.

A análise estatística produziu nove relatórios abordando os questionários aplicados e permitiu a captação de questões cruciais para o desenvolvimento da região e que em breve serão divulgadas com a finalização da compilação dos dados.

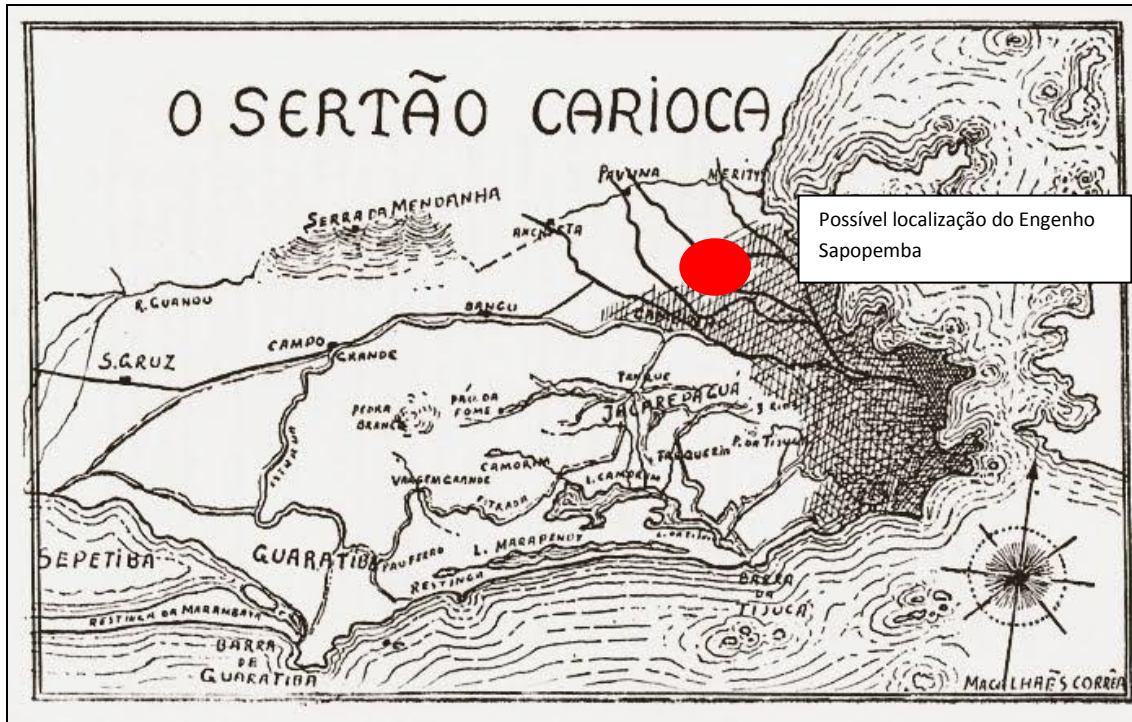
A Análise histórica da região se mostrou uma grande surpresa e fonte de informações, contextualizando a região desde os primórdios da colonização europeia no Brasil e unindo as diferentes localidades em um passado comum, o que explica a sua denominação hoje como um complexo e une as histórias de vida.

O levantamento histórico tem grande importância para o diagnóstico social, pois sempre revela um passado desconhecido por grande parte da população e histórias de vida que foram responsáveis pela formação das localidades, além das causalidades dos fenômenos sociais hoje existentes no território.

Deodoro, que um dia foi Sapopemba, figurou na história do Rio de Janeiro desde o início da atuação do europeu em terras brasileiras, sendo reconhecida como uma grande aldeia de índios tamoios, localizada no interior da Baía de Guanabara.

De aldeia passou a compor uma sesmaria, depois uma freguesia, tornando-se engenho e, posteriormente, fazenda, sempre se destacando na história do sertão rural do Rio de Janeiro, rememorando o sertanejo e o clima agrícola, conforme apontam Fridman (1999) e Correa (1936).

Imagem 5 – O sertão carioca⁴⁰ (CORREA, 1936)



É relevante recontar a história desde o início da colonização e relembrar o antigo nome, pois foi assim, na verdade como “sapopema”, nome indígena que significa raiz angulosa, que a região foi conhecida até o início do século XX, quando a já estação de trem de Sapopemba teve o seu nome mudado para Deodoro em homenagem ao presidente militar do Brasil⁴¹ e à efervescência da recém-construída Vila Militar.

A estação de Sapopemba foi inaugurada em 1859, integrando-se à Estrada de Ferro Central do Brasil e, a partir de 1879, passou a integrar também o trajeto Deodoro - Santa Cruz.

Em 1893, interligou-se ao ramal Sapopemba - Mangueira, primeiro trecho da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, sendo uma importante região de entroncamento entre as zonas oeste e norte da cidade, como também da baixada fluminense, transportando a população e a produção das fazendas.

⁴⁰ CORREA, Magalhães. O sertão carioca. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: 1936.

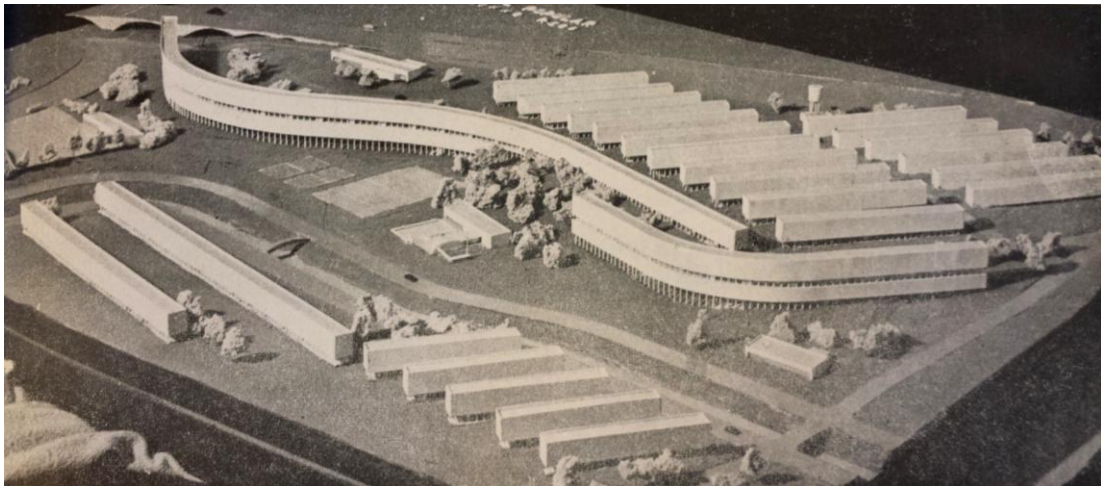
⁴¹ Manuel Deodoro da Fonseca (1827 – 1892).

Deodoro marcava o limite entre o urbano e o rural, entre a área valorizada e aquela esquecida e distante, porém mantenedora da economia do estado, com sua produção e com a sua mão de obra, que se deslocava via trilhos para trabalhar no centro da cidade.

Foi no início do século XX que a região começou a ser demarcada, por meio da onda urbanizadora pela qual passava o Rio de Janeiro e, mais uma vez, serviu de pioneira, tendo seu território utilizado para propostas habitacionais para a população de baixa renda.

Uma dessas propostas, o Conjunto Presidente Vargas, hoje é uma das localidades atendidas pelo Bola Pra Frente e incentivou a posse de terrenos vazios por pessoas que, gradativamente, foram constituindo as outras localidades no entorno do conjunto.

Imagem 6 – Projeto do Conjunto Presidente Vargas (Revista Municipal de Engenharia, 1953).



Inspirado no movimento da arquitetura moderna brasileira do início do século, o conjunto com 26 blocos data de 1953 e, é similar aos conjuntos da Gávea e do Pedregulho, projetados pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy que, apesar de menores, tiveram mais destaque e consolidação na história da arquitetura do Brasil.

O conjunto Presidente Vargas, chamado no projeto de Conjunto Deodoro, foi planejado por Flávio Marinho Rego para famílias numerosas e para um grande número de pessoas, com 1.314 unidades e espaços de serviços coletivos, como escola, mercado e posto de saúde, por exemplo.

É um símbolo de uma época e fruto da política de governo de Getúlio Vargas (1882-1954) e da Fundação da Casa popular, órgão criado pelo mesmo para tratar da questão habitacional no país, no entanto, poucos conhecem a sua história e relevância.

As demais localidades vizinhas ao Conjunto têm sua história atrelada à época de ocupação urbana de Deodoro e ao conjunto, e o diagnóstico social tem como uma de suas funções o registro e divulgação dessa história.

O conjunto Pedregulho, por exemplo, está localizado em Triagem e data de 1946, tendo sido considerado em 1986 como Monumento da Cidade do Rio de Janeiro. Em 2010, começou a ser restaurado e, atualmente, finalizado e conservado, é um marco da cidade, sendo reconhecido internacionalmente como ícone de uma época da arquitetura brasileira.

Já o Conjunto Presidente Vargas está deteriorado, com partes de reboco caindo constantemente e apresentando risco aos residentes. Quando isso acontece, uma equipe da Defesa Civil chega a isolar a área, segundo relato dos moradores, mas não é feita nenhuma obra ou reparo visando a manutenção do patrimônio.

Imagem 7 – Conjunto Presidente Vargas em 2016 e seu limite com a Avenida Brasil



Imagem 8 – Conjunto Presidente Vargas em 2016, entrada para o bloco 19, conhecido como “minhocão”, por causa de sua ondulação e por ser o maior dos 26 blocos.

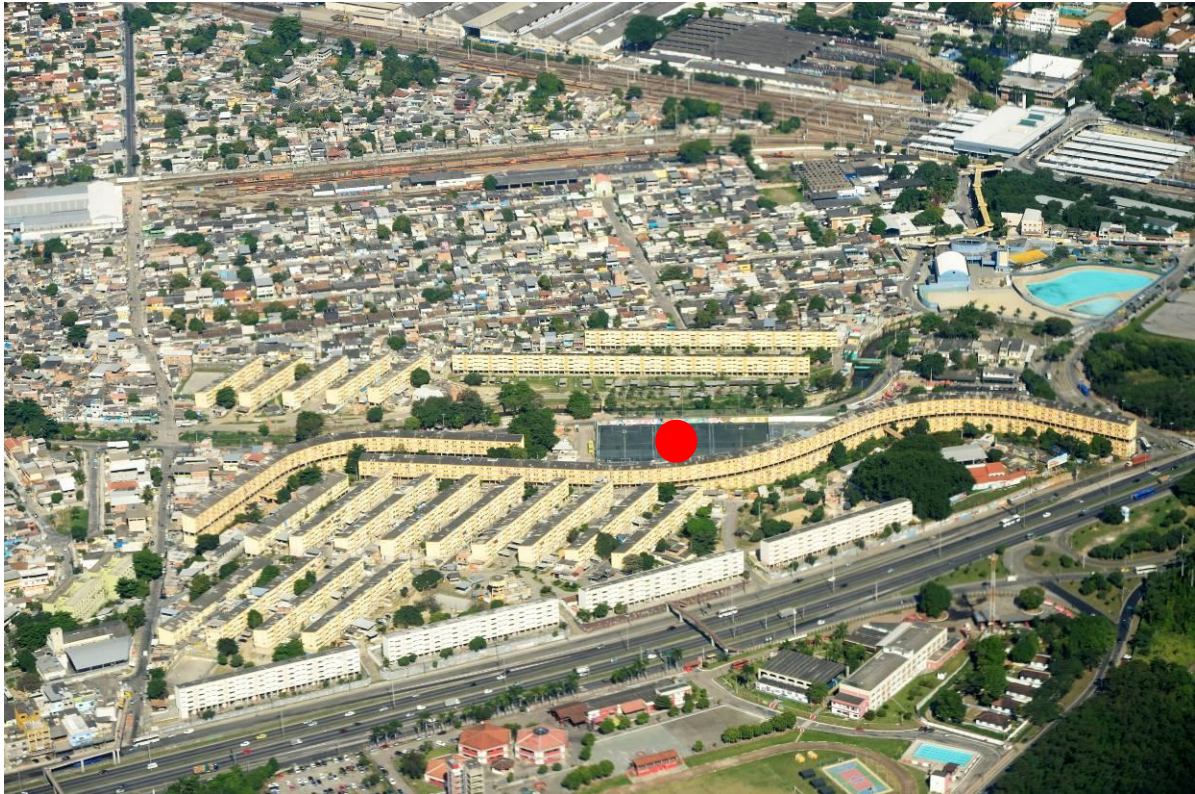


Na prática, o conjunto não é entendido como patrimônio do local e de uma época. O projeto, por exemplo, que previa uma série de equipamentos sociais integrados ao conjunto, como mercado popular, escola, posto de saúde, etc., não chegou a ser completado e ainda hoje esses serviços fazem falta na região.

É importante publicizar a história de Deodoro e do seu marco, o Conjunto Presidente Vargas, em um momento onde mais uma vez a região demonstra a sua relevância, sediando os Jogos Olímpicos de 2016⁴². O Instituto Bola Pra Frente, inclusive, está situado no terreno do Conjunto e grande parte de seus educandos moram no local.

⁴² Em Deodoro foi construído o Complexo Esportivo e o Parque Radical das Olimpíadas. É importante destacar também que será em Deodoro o entroncamento da via expressa Transolímpica com a Avenida Brasil, onde será construído um grande terminal rodoviário.

Imagem 9 – Vista aérea do Conjunto Presidente Vargas em 2016⁴³



Fonte: Arquivo Instituto Bola Pra Frente, fotógrafo Florian Kopp.

Sendo assim, o levantamento histórico é parte importante do diagnóstico e, estando aliado aos dados estatísticos levantados, pode auxiliar no direcionamento de projetos e ações de valorização comunitária e revitalização urbana.

Agregando o levantamento de indicadores sociais, o mapeamento da região e os dados históricos temos no diagnóstico social do Instituto Bola Pra Frente uma ferramenta de auxílio na proposição de projetos sociais eficientes, efetivos e eficazes.

Almeja-se que o material sirva não somente ao trabalho do instituto, mas que também órgãos públicos possam ter na pesquisa um instrumento de embasamento para as suas ações na região e de políticas públicas que valorizem o patrimônio cultural, social e arquitetônico do Complexo do Muquiço.

⁴³ A marcação em vermelho indica onde está localizado o Instituto Bola Pra Frente.

CONCLUSÃO

Passada a efervescência de surgimento e crescimento das organizações do Terceiro Setor, é percebido que as ONGs se encontram em um momento de amadurecimento de suas visões e consolidação técnica do propósito em que estão empenhadas.

Nesse sentido, a criação de ferramentas que auxiliem o trabalho social que realizam e mensure o impacto que geram em seu público beneficiário colabora para a profissionalização do setor, visto que uma grande parcela de organizações não governamentais ainda atua no amadorismo, isto é, com menos de cinco pessoas empregadas (87,3%) ou sem nenhum empregado assalariado (72,2%), segundo a FASFIL 2010.

Quantificar o seu trabalho e as suas possibilidades de atuação torna-se então primordial para a sustentabilidade das ONGs, que conseguem assim justificar o seu patrocínio e existência.

Além disso, por lidarem com questões sociais e representarem uma parcela da população que, muitas vezes, não apresenta visibilidade para o poder público, as ONGs desenvolveram algumas ferramentas de diálogo, elaborando tecnicamente retratos da região em que atuam e de sua população.

Desta maneira, o diagnóstico social configura-se um desses instrumentos, conseguindo agregar diferentes protocolos que fornecem análises estatísticas sobre territórios e populações, e ainda dados qualitativos sobre o local, unindo entrevistas em profundidade, história oral e etnografia para contar uma história sobre um povo.

Começou a ser utilizado por profissionais do Serviço Social, mas atualmente sua forma diversificada de atuação perpassa por protocolos das Ciências Sociais, da Geografia, da Estatística e por diferentes áreas de conhecimento, dependendo da abordagem que se pretende fornecer.

Diagnósticos Sociais são dinâmicos, podem focar em entrevistas em profundidade, em análises históricas, em interpretação de dados estatísticos e, em outros instrumentos. Por ser tão diversificado e pelo recente histórico de organização das ONGs no Brasil, ainda são poucos os estudos que retratam o passo a passo dessa ferramenta.

Nesse sentido, o Diagnóstico Social do Complexo do Muquiço, estudo ainda em andamento, realizado pelo Instituto Bola Pra Frente, em Deodoro, Rio de Janeiro, pode ser um ponto de partida para observarmos algumas premissas deste instrumento.

Os dados levantados pelo instituto ajudarão no planejamento estratégico da instituição para os próximos anos e poderão ainda servir para subsidiar ações sociais e políticas na região que, apesar de olímpica, ainda é desconhecida por muitos cariocas e brasileiros.

Um protocolo importante do diagnóstico social elaborado pelo instituto e que tem sido reaplicado nos outros diagnósticos que a organização realizou é o levantamento da história local.

Sempre uma surpresa e um ganho para a valorização do patrimônio local, o estudo da história resgata a região enquanto lugar de memória⁴⁴, ou seja, que faz parte de uma memória coletiva de um determinado grupo e região que possuem um passado comum e uma identificação, que faz o grupo se sentir pertencente àquele local.

Deodoro é um bairro de uma história peculiar e importante para o país, pois sempre figurou nos grandes momentos da história brasileira. Além disso, guarda um dos patrimônios da região, o Conjunto de prédios Presidente Vargas que, com os seus mais de 1.000 apartamentos representa um marco arquitetônico do subúrbio carioca, porém desconhecido do grande público e degradado pelo tempo.

Cabe a estudos como o diagnóstico social contar essa história e mostrar a riqueza do patrimônio local, apontando possibilidades de revitalização e valorização.

O diagnóstico representa assim uma possibilidade técnica e estruturada para as ONGs conhecerem e dialogarem com o seu público, além de revelarem dados importantes sobre a sua região de atuação.

⁴⁴ Ver NORA, Pierre (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay et alii. – Brasília : UNESCO, BID, 2002.
- ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs). Um século de favela (5ª ed). Introdução. pp. 7-24. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ANDER EGG, Ezequiel; IDÁÑEZ, Maria José Aguilar. Diagnóstico social: conceitos e metodologias. Porto: Cadernos REAPN, 2008.
- ANDER-EGG, Ezequiel. História do trabalho social. Coleção política, serviços e trabalho social. Editorial Lumen. Buenos Aires: 1994.
- ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a la planificación, Siglo XXI, Madrid, 1991.
- ANHEIR, Helmut K & LIST Regina A. A dictionary of civil society, philanthropy and the non-profit sector. Routedledge, London and New York: 2005.
- ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. In: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 2, p. 417-426, mai./ago. 2006.
- BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BECKER, Howard Saul. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges; Karina Kuschnir. – Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete [ET AL.], (orgs). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.
- BOURDIN, A. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A., 2001.
- CALSING, Elizeu F. Subsídios ao planejamento participativo – Introdução. In: Subsídios ao planejamento participativo. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação. Brasília: 1980.
- CARNEIRO, Maria Aparecida Barbosa. Revalorização do local: estratégia em tempos de globalização. Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, n. 8, p. 9-20, 2008.
- CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A assistência social no Brasil: da caridade ao direito. Monografia apresentada ao Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do Título de Bacharel em Direito, 2008.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política. Organizado por Manuel Castells & Gustavo Cardoso. Lisboa, 2006.

CASTELLS, M. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE). Manual de formulação e avaliação de projetos sociais. Cepal, 1995.

COELHO, Michelle Queiroz & GONÇALVES, Carlos Alberto. Uma Proposta de Avaliação para o Investimento Social Privado. RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental. Mai. - Ago. 2007, V. 1, Nº. 2, pp.22-4.

COSTA, Maria Alice Nunes. O que está além da responsabilidade social das empresas. Disponível em << <http://www.uol.com.br/aprendiz/guiadeemprego>>>, acesso em 15/05/2015.

COSTA, Mariana Santos; AMORIM, Fernanda. Diagnóstico Social do Concelho de Espinho. Rede Social de Espinho – Câmara Municipal de Espinho, Portugal: 2013. Disponível em: http://www.cm-espinho.pt/redesocial/?page_id=1091, acesso em 24/01/2016.

CUNHA, Mônica X. C; JÚNIOR, Marcilio F. Souza & DORNELLAS, Jairo Simião. Análise do alinhamento estratégico entre a responsabilidade social empresarial e o core business nas maiores empresas do setor de tecnologia da informação. Artigo apresentado ao SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2008.

CURY, Thereza Christina Holl. Elaboração de projetos sociais. In: Gestão de projetos sociais. Célia M. de Ávila coordenação. – 3ª ed. rev. – São Paulo : AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade. Ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP : Komedi, 2010.

DAMATTA, Roberto O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (p 23-35).

DE BONIS, Daniel. Para além da norma: Reflexões sobre as instituições de regulação das organizações da sociedade civil de interesse público. Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada - CPJA/DIREITO GV, junho de 2013.

DE TONI, Jackson. Planejamento Participativo: possibilidades metodológicas alternativas. II CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. Painel 14. Brasília – DF: 2009.

DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. Construção do marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade. Ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP : Komedi, 2010.

ENAP. Glossário do curso de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas e projetos sociais do fundo nacional de desenvolvimento da educação – FNDE. Brasília. FNDE, 2008.

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 1994.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. Tese apresentada à escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração. Rio de Janeiro: 2005.

FILHO, Marco Antonio Figueiredo Milan. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. Artigo originalmente apresentado no 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo-SP, 26 e 27 de julho de 2007.

FIGUEIREDO, Cristina ; MORETTO, C. M. ; FONSECA, Henrique ; RIZOTTO, T. ; BERNARDI, A. M. ; BOTTESINI, C. . Diagnóstico Social Comunitário: experiências e encontros. Em Extensão (UFU. Impresso) , v. 12, p. 9-185, 2012.

GOLDENBERG. Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, SOARES & BRONZATTO. Metodologias Participativas, Elaboração e Gestão de Projetos. WWF – Projeto BR, 2015.

IBASE, FURNAS & COEP. Diagnóstico Social Retiro, 2006. Disponível em: http://ibase.br/userimages/Diagnostico_Retiro.pdf, acesso em 13/03/2016.

IPEA, Metodologia para o Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens. Coordenação: Eduardo Luiz Zen. – Brasília : IPEA, 2014.

KAIROS DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Diagnóstico Social de Maringá, 2011. Disponível em: <http://kairos.srv.br/maringa/apresentacao.html>, acesso em 10/02/2016.

Koerich MS, Backes DS, Sousa FGM, Erdmann AL, Albuquerque GL. Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2009;11(3):717-23. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/v11n3a33.htm>, acesso em 30/06/2016.

LEITE, Serafim. Carta ao Padre Geral, Diogo Lainez, escrita em 12 jun. 1561. In: Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940, p.112. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/novas-cartas-jesuisticas-de-nobrega-a-vieira/pagina/112/texto>. Acesso em 19/04/2015

MADEIRA, Felícia Reicher; BIANCARDI, Miriam Ribeiro. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. In: Revista São Paulo em Perspectiva. 17(3-4): 177-184, 2003.

MARINO, Eduardo. Diretrizes para avaliação de projetos e programas de investimento social privado. Estudo da aplicabilidade dos Standards de Avaliação de programas definidos pelo The Joint Committee of Standards for Educational Evaluation em programas e projetos de investimento social privado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2003.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v.26, n.1, p.58-74, Mar. 2006.

MELO NETO, Francisco de & FROES, César. Responsabilidade Social e cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed. 1999.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. Estado e Terceiro Setor: uma análise de aproximação. In: Revista do Serviço Público. Ano 50, número 3. Jul-Set, 1999.

MENDEZ KERSTEN, Vinicius. O Código de Hamurabi através de uma visão humanitária. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 42, jun 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4113>. Acesso em 25/06/2015.

MEREGE, Luiz Carlos. As organizações do Terceiro Setor: para que servem, o que fazem?. Site do autor: 2009. Disponível em: <http://mmterceirosetor.com.br/as-organizacoes-do-terceiro-setor-para-que-servem-o-que-fazem/>. Acesso em 12/06/2015.

MONTANO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Amanda Melissa Bariano de. Ação educacional jesuítica no Brasil colonial. Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983 -2859.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do Terceiro Setor brasileiro. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2009.

OLIVEIRA, Lourival José de; SCHWERTNER, Isadora Minotto Gomes. Breve análise das práticas de responsabilidade social empresarial e concessão de incentivos governamentais em âmbito federal. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1409, fevereiro de 2007. Disponível em: <<<http://jus.com.br/revista/texto/9864/breve-analise-das-praticas-de-responsabilidade-social-empresarial-e-a-concessao-de-incentivos-governamentais-em-ambito-federal>>>, acesso em 10/06/2015.

OLIVEIRA, Sidney Benedito de. Ação social e Terceiro Setor no Brasil. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Economia Política. São Paulo: 2005.

OLIVEN, Ruben George. A antropologia e a cultura brasileira. *BIB*, Rio de Janeiro, n.27, pp.74-88, 1º semestre de 1989.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Em: Velho, Otávio G. (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunidades em tempo de redes. In: Comunicação e movimentos populares: quais redes? São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. p. 275-298.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. In: *Univerciência. Líbero – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009.*

PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). *Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 1, p. 195-228, jan./abr. 2005.*

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. *DADOS –Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº3, pp. 651 a 613, 2006.*

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 3. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAMOS, Leonardo César Souza. A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2005.

RAMOS. Cesar Augusto. Hegel e o moderno conceito de sociedade civil. In: Rev. Filosofia., Aurora, Curitiba, v. 20, n. 26, p. 39-54, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. In: Revista de Administração Pública. 32(5):25-b7. SET./OUT. Rio de Janeiro: 1998.

RUAS, Maria das Graças. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias. 2003.

SACARÓN DE QUINTERO, T. El diagnóstico social, Humanitas, Buenos Aires, 1973.

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut K. America's Nonprofit Sector –a primer. New York, Foundation Center, 1992.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. In: Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 28, n. 55, p. 171-195, Junho de 2008.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Agencificação, publicização, contratualização e controle social. Brasília: Diap, 2000.

SECO, Ana Paula & AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira. Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e educação no Brasil. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/peri>

SILVA, Vanusa Maria Queiroz Da. O Raio-X do Terceiro Setor. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC Para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos. Rio de Janeiro: 2008.

SOARES, Laura Tavares. Prefácio à obra Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. Carlos Montano, 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Ed. UFMG. Belo Horizonte: 2011.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise. São Paulo: Cortez, 1992, 5ª ed.

SUBIRATS, Joan. (Prefácio) Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Organização de Fernando Tenório. V.1. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

THIESENA, Rafaela Dalabilia. A evolução do Terceiro Setor brasileiro e sua relação com o Estado. In: Direito em Debate. Ano XV II N ° 31, jan.-jun. 2009, p.105-125.

TOLEDO, Mariana Peixoto de. Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana: o caso do projeto porto maravilha na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. FGV: Rio de Janeiro, 2102.

VALLADARES, Lícia. A invenção da favela: do mito a origem da favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. Apresentação à edição brasileira – O observador participante. In: Sociedade de Esquina. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

VELHO, Gilberto. Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

WHYTE, William Foote. Sociedade de Esquina [Street corner society]: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada; tradução Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica Karina Kuschnir; apresentação de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ANEXO – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADO PELO INSTITUTO BOLA PRA FRENTE EM 2016

Parte integrante do Diagnóstico Social do Complexo do Muquiço 2016. Fonte: Instituto Bola Pra Frente

DIAGNÓSTICO MUQUIÇO - 2016

I - BLOCO DE QUESTÕES - IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1. Endereço

2. Número da residência

3. Localização

GPS coordinates can only be collected when outside.

latitude (x.y °)

longitude (x.y°)

altitude (m)

accuracy (m)

4. Data

yyyy-mm-dd

5. Entrevistador

6. Localidade de aplicação

- Conjunto Presidente Vargas
- Maranata
- Ferroviária
- Muquiço
- Vila Eugênia
- Triângulo
- Parque São José
- Guadalupe
- Outra localidade de aplicação

Outra

7. Situação da entrevista

- Aceita
- Fechada
- Recusada
- Vazia
- Outra situação da entrevista

Outra

II - BLOCO DE QUESTÕES - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

8. Sexo do respondente

- Masculino
- Feminino
- Não se aplica/ Não sabe dizer

9. Relação com o responsável pelo domicílio (GRAU DE PA RENTESCO)

- Responsável pelo domicílio
- Cônjuge ou companheiro (a)
- filho (a) ou enteado (a)
- Pai, mãe ou sogro (a)
- Neto (a) ou bisneto (a)
- Irmão ou irmã
- Genro ou nora
- Divide moradia
- Agregado (a)
- Empregado (a)
- Outra relação com o responsável
- não se aplica/ Não sabe dizer

Outra relação com o responsável:

10. Idade do respondente (ANOS COMPLETOS EM 2016)

11. Nome da localidade de residência (NOME ADOTADO PELO GRUPO PARA O LOCAL)

- Conjunto Presidente Vargas
- Maranata
- Ferroviária
- Muquiço
- Vila Eugênia
- Triângulo
- Parque São José
- Guadalupe
- Outra localidade de aplicação
- Não se aplica/ Não sabe dizer

Outra localidade

III - BLOCO DE QUESTÕES - DADOS GERAIS DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

12. Sexo do responsável pelo domicílio

- Feminino
- Masculino
- Não se aplica/ Não sabe dizer

13. Idade do responsável pelo domicílio (ANOS COMPLETOS EM 2016)

14. Qual a situação atual de trabalho do responsável pelo domicílio? (NA ATIVIDADE PRINCIPAL)

- Do lar
- Empregada (o) doméstica (o) com carteira assinada
- Empregada (o) doméstica (o) sem carteira assinada
- Diarista com carteira assinada
- Diarista sem carteira assinada
- Empregado com CT assinada
- Empregado sem CT assinada (faz bicos, pedreiro)
- Empregador
- Cooperativado
- Conta própria (vende sacolé, produtos de revista)
- Aprendiz ou estágio remunerado
- Militar
- Serviço Público
- Aposentado que trabalha
- Aposentado sem trabalhar
- Desempregado (a)
- Outra situação de trabalho do responsável
- Não se aplica/ Não sabe dizer

Outra situação de trabalho do responsável?

15. Qual o ramo de trabalho do responsável pelo domicílio? (NA ATIVIDADE PRINCIPAL)

- Agrícola
- Indústria
- Construção Civil
- Comércio
- Serviços
- Organização Social
- Militar
- Órgão Público
- Nenhum/Não se aplica (em caso de desempregado, aposentado sem trabalhar ou do lar)
- Outro ramo de trabalho do responsável

16. Qual o rendimento mensal do RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO? (SALÁRIO MÍNIMO EM 2016=R\$880,00)

- 1/2 SM (R\$440,00)
- 1 SM (R\$880,00)
- 1 1/2 SM (R\$1.320,00)
- 2 SM (R\$1.760,00)
- 2 1/2 SM (R\$2.200,00)
- 3 SM (R\$2.640,00)
- 3 1/2 SM (R\$3.080,00)
- Acima de 4 SM (R\$3520,00)
- Nenhum
- Não se aplica/ Não sabe dizer

IV - BLOCO DE QUESTÕES - DADOS GERAIS DOS MORADORES DO DOMICÍLIO

17. Quantas pessoas residentes no domicílio do sexo feminino, incluindo as crianças?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- Outro

18. Quantas pessoas residentes no domicílio do sexo masculino, incluindo as crianças?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- Outro

19. Quantos moradores possuem registro civil (CERTIDÃO DE NASCIMENTO, CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE IDENTIDADE)?

20. Qual o rendimento total do domicílio? (SALÁRIO MÍNIMO EM 2016=R\$880,00)

- 1/2 SM (R\$440,00)
- 1 SM (R\$880,00)
- 1 1/2 SM (R\$1.320,00)
- 2 SM (R\$1.760,00)
- 2 1/2 SM (R\$2.200,00)
- 3 SM (R\$2.640,00)
- 3 1/2 SM (R\$3.080,00)
- Acima de 4 SM (R\$3.520,00)
- Nenhum
- Não se aplica/ Não sabe informar

21. Algum morador deste domicílio contribui para o INSS?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe informar

22. A família recebe Bolsa Família?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe informar

23. Se sim, por quantas crianças?

24. A família recebe CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe informar

25. A família recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe informar

26. Algum morador do domicílio tem cartão do SUS?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe informar

27. Quantos moradores entre 25 e 59 anos residem no domicílio?

- 0 pessoas
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- Outros (16 pessoas ou mais)

27.1. Quantos moradores entre 25 e 59 anos residem no domicílio? Outros.

28. Qual a escolaridade dos moradores entre 25 e 59 anos que residem no domicílio?

- Nunca frequentou a escola
- Ensino Fundamental Incompleto (1º segmento)
- Ensino Fundamental Incompleto (2º segmento)
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação (Especialização/MBA)
- Mestrado
- Doutorado
- Outros

28.1. Qual a escolaridade dos moradores entre 25 e 59 anos que residem no domicílio?
Outros.

29. Quantos moradores acima de 60 anos residem no domicílio?

- 0 pessoas
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- Outros (16 pessoas ou mais)

29.1. Quantos moradores acima de 60 anos residem no domicílio? Outros

30. Qual a escolaridade de moradores acima de 60 anos residentes no domicílio?

- Nunca frequentou a escola
- Ensino Fundamental Incompleto (1º Segmento)
- Ensino Fundamental Incompleto (2º Segmento)
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação (Especialização/MBA)
- Mestrado
- Doutorado
- Outros

30.1. Qual a escolaridade de moradores acima de 60 anos residentes no domicílio? Outros

32. Tempo de moradia DA FAMÍLIA na comunidade

- Até 1 ano
- Entre 1 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos

- Entre 11 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Mais de 51 anos
- Não se aplica/ Não sabe dizer

V - BLOCO DE QUESTÕES - DADOS GERAIS DOS MORADORES POR FAIXA ETÁRIA

33. Diga quais as faixas etárias dos jovens morando no domicílio

- Crianças entre 0 e 3 anos
- Crianças entre 4 e 5 anos
- Crianças entre 6 e 7 anos
- Crianças entre 8 e 9 anos
- Crianças entre 10 e 11 anos
- Adolescentes entre 12 e 13 anos
- Adolescentes entre 14 e 15 anos
- Adolescentes entre 16 e 17 anos
- Jovens entre 18 a 24 anos
- Nenhuma das faixas citadas

» CRIANÇAS ENTRE 0 E 3 ANOS DE IDA DE

34. Quantas crianças do sexo feminino (0-3 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

35. Quantas crianças do sexo masculino (0-3 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 0 a 3 anos

» » » MEIO ESCOLAR

36. Quanto à escola da (s) criança (s) (0-3 anos):

- Rede pública
- Rede particular
- Não frequenta a escola
- Não sabe dizer

37. Em qual creche escola/ estudam (0-3 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswald Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

37.1. Outra escola/situação

38. Quanto ao turno escolar (0-3 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Outros

38.1. Quanto ao turno escolar (0-3 anos) outro:

39. Quantas crianças praticam atividade física FORA da escola/creche?

40. Número das crianças do domicílio entre 0 e 3 anos que não estão na escola/creche:

» » » Documentações

41. Quantas crianças possuem Certidão de Nascimento (0-3 anos)? (COLOCAR O NÚMERO)

42. Quantas crianças possuem Registro Geral - RG (0-3 anos)? (COLOCAR O NÚMERO)

43. Quantas crianças possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF (0-3 anos)? (COLOCAR O NÚMERO)

44. Quantas crianças possuem Carteira de Vacinação (0-3 anos)? (COLOCAR O NÚMERO)

45. Quantas crianças possuem Passaporte (0-3 anos)? (COLOCAR O NÚMERO)

46. Quais atividades a(s) criança(s) (0-3 anos) mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola/ creche) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

Outra atividade (0 a 3 anos):

47. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida da criança (0-3 anos)?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição
- Não se aplica/ Não sabe dizer

Outra contribuição do Bola Pra Frente para a criança de 0-3 anos:

48. Quem cuida da criança (0-3 anos)?

- Mãe
- Pai
- Avó/ avô
- Irmã/ irmão
- Tia/ tio
- Vizinho/ vizinha
- Outra pessoa

Outra pessoa

» CRIANÇAS ENTRE 4 E 5 ANOS DE IDADE

49. Quantas crianças do sexo feminino (4-5 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

50. Quantas crianças do sexo masculino (4-5 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 4 e 5 anos

51. Quanto à escola da (s) criança (s) (4-5 anos):

- Rede Pública
- Rede Particular
- Não frequenta escola
- Não sabe dizer

» » » Informações escolares

52. Em qual creche escola/ estudam (4-5 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswaldi Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca

- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

Outra escola/situação (4-5 anos):

53. Quanto ao turno escolar (4-5 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Outro

Quanto ao turno escolar (4-5 anos) outro:

54. Quantas crianças (4-5 anos) praticam atividade física FORA da escola/ creche?

55. Número das crianças do domicílio entre 4 e 5 anos que não estão na escola/creche:

» » » Documentações

56. Quantas crianças possuem Certidão de Nascimento? (COLOCAR O NÚMERO)

57. Quantas crianças possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF? (COLOCAR O NÚMERO)

58. Quantas crianças possuem Registro Geral - RG? (COLOCAR O NÚMERO)

59. Quantas crianças possuem Carteira de Vacinação? (COLOCAR O NÚMERO)

60. Quantas crianças possuem Passaporte? (COLOCAR O NÚMERO)

61. Quais atividades a(s) criança(s) de 4-5 anos mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola/ creche) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

Outra atividade que as crianças de 4-5 anos praticam:

62. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida da criança de 4-5 anos?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Outra contribuição
- Preparando para o mercado de trabalho
- Não se aplica/ Não sabe dizer

Outra contribuição para a criança de 4-5 anos:

63. Quem é o responsável pela criança (4-5 anos)?

- Mãe
- Pai
- Avó/ avô
- Irmã/ irmão
- Tia/ tio
- Vizinho/ vizinha
- Outra pessoa

Outra pessoa

» CRIANÇAS ENTRE 6 E 7 ANOS

64. Quantas crianças do sexo feminino (6-7 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

65. Quantas crianças do sexo masculino (6-7 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 6 e 7 anos

66. Quanto à participação no Instituto (Jorginho), a criança (6-7 anos):

- Participa e nunca se afastou
- Se afastou por motivo de desinteresse
- Se afastou por motivo de reforço escolar/explicadora
- Se afastou pela distância
- Se afastou devido ao risco de violência no trajeto
- Se afastou por conta de outro projeto social

- Se afastou por motivos de saúde
- Outro motivo de afastamento
- Nunca participou do Instituto
- Não sabe informar

66.1. Outro Motivo de afastamento (6-7 anos):

67. Quanto à escola da (s) criança (s) (6-7 anos):

- Rede pública
- Rede particular
- Não frequenta a escola
- Não sabe dizer

» » » Informações escolares (6-7 anos):

68. Em qual escola/ estudam (6-7 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswald Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

Outra Escola:

69. Participam na escola do programa Mais Educação (6-7 anos)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe dizer

70. Em qual série estudam (6-7 anos)?

- Creche/pré-escola
- 1º ano/CA
- 2º ano/1ª série
- 3º ano/2ª série
- Outras

70.1. Em qual série estudam (6-7 anos) outras:

71. Quanto ao turno escolar (6-7 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Outros

71.1. Quanto ao turno escolar (6-7 anos) outros:

72. Quantas crianças (6-7 anos) praticam atividade física FORA da escola/ creche?

73. Número das crianças do domicílio entre 6 e 7 anos que não estão na escola:

» » » Documentação (6-7 anos)

74. Quantas crianças (6-7 anos) possuem Certidão de Nascimento? (COLOCAR O NÚMERO)

75. Quantas crianças (6-7 anos) possuem Registro Geral - RG? (COLOCAR O NÚMERO)

76. Quantas crianças (6-7 anos) possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF? (COLOCAR O NÚMERO)

77. Quantas crianças (6-7 anos) possuem Carteira de Vacinação? (COLOCAR O NÚMERO)

78. Quantas crianças (6-7 anos) possuem Passaporte? (COLOCAR O NÚMERO)

79. Quais atividades a(s) criança(s) de 6-7 anos mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola/ creche) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

79.1. Outra atividade que as crianças de 6-7 anos mais praticam:

80. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida da criança?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição
- Não se aplica/ Não sabe dizer

80.1. Outra contribuição 6-7 anos:

81. Quem é responsável pela criança (6-7 anos)?

- Mãe
- Pai
- Avó/ avô
- Irmã/ irmão
- Tia/ tio
- Vizinho/ vizinha
- Outra pessoa

81.1. Outra pessoa responsável pela criança (6-7 anos):

» CRIANÇAS ENTRE 8 E 9 ANOS

82. Quantas crianças do sexo feminino residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

83. Quantas crianças do sexo masculino residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 8 e 9 anos

84. Quanto à participação no Instituto (Jorginho) a (s) criança (s) (8-9 anos):

- Participa e nunca se afastou
- Se afastou por motivo de desinteresse
- Se afastou por motivo de reforço escolar/ explicadora
- Se afastou pela distância
- Se afastou devido ao risco de violência no trajeto
- Se afastou por conta de outro projeto social
- Se afastou por motivos de saúde
- Outro motivo de afastamento
- Nunca participou do Instituto
- Não sabe informar

84.1. Outro Motivo do afastamento (8-9 anos):

» » » Informações escolares (8-9 anos):

85. Quanto à escola da (s) criança (s):

- Rede Pública
- Rede Particular
- Não frequenta escola
- Não sabe dizer

86. Em qual escola estudam (8-9 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswald Goeldi

- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

87. Participam na escola do programa Mais Educação (8-9 anos)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe dizer

87.1. Outra escola/situação (8-9 anos):

88. Em qual série estudam (8-9 anos)?

- Creche/ Pré-escola
- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- 4º ano
- 5º ano
- Outras

89. Em qual série estudam (8-9 anos) outras?

90. Quanto ao turno escolar (8-9 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Outros

90.1. Quanto ao turno escolar (8-9 anos) outros:

91. Quantas crianças (8-9 anos) praticam atividade física FORA da escola/ creche?

92. Número das crianças do domicílio entre 8 e 9 anos que não estão na escola:

» » » Documentações (8-9 anos)

93. Quantas crianças (8-9 anos) possuem Certidão de Nascimento? (COLOCAR O NÚMERO)

94. Quantas crianças (8-9 anos) possuem Registro Geral - RG? (COLOCAR O NÚMERO)

95. Quantas crianças (8-9 anos) possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF? (COLOCAR O NÚMERO)

96. Quantas crianças (8-9 anos) possuem Carteira de Vacinação? (COLOCAR O NÚMERO)

97. Quantas crianças (8-9 anos) possuem Passaporte? (COLOCAR O NÚMERO)

98. Quais atividades a(s) criança(s) (8-9 anos) mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola/ creche) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

98.1. Outra atividade que as crianças (8-9 anos) praticam:

99. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida da criança (8-9 anos)?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição
- Não se aplica/ Não sabe dizer

99.1. Outra contribuição para as crianças (8-9 anos):

100. Quem é o responsável pela criança (8-9 anos)?

- Mãe
- Pai
- Avó/ avô
- Irmã/ irmão
- Tia/ tio
- Vizinho/ vizinha
- Outra pessoa

100.1. Outra pessoa que cuida da criança (8-9 anos):

» CRIANÇAS ENTRE 10 E 11 ANOS

101. Quantas crianças do sexo feminino (10-11 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

102. Quantas crianças do sexo masculino (10-11 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 10 e 11 anos

103. Quanto à participação no Instituto (Jorginho), a criança (10-11 anos):

- Participa e nunca se afastou
- Se afastou por motivo de desinteresse
- Se afastou por motivo de reforço escolar/ explicadora
- Se afastou pela distância
- Se afastou devido ao risco de violência no trajeto
- Se afastou por conta de outro projeto social
- Se afastou por motivos de saúde
- Se afastou por motivo de trabalho
- Outro motivo de afastamento
- Nunca participou do Instituto
- Não sabe informar

103.1. Outro motivo do afastamento (10-11 anos):

104. Quanto à escola da (s) criança (s) (10-11 anos):

- Rede Pública
- Rede Particular

- Não frequenta a escola
- Não sabe dizer

» » » Informações escolares (10-11 anos):

105. Em qual escola/ estudam (10-11 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswaldi Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

105.1. Outra escola/situação (10-11 anos):

106. Participam na escola do programa Mais Educação (10-11 anos) ?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe dizer

107. Em qual série estudam? (10-11 anos)

- Creche/ Pré-escola
- 1º ano
- 2º ano

- 3º ano
- 4º ano
- 5º ano
- 6º ano
- Outras

107.1. Em qual série estudam (10-11 anos) Outras:

108. Quanto ao turno escolar (10-11 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Outros

108.1. Quanto ao turno escolar (10-11 anos) Outras:

109. Quantas crianças (10-11 anos) praticam atividade física FORA da escola/ creche?

110. Número das crianças do domicílio entre 10 e 11 anos que não estão na escola:

» » » Documentação (10-11 anos):

111. Quantas crianças (10-11 anos) possuem Certidão de Nascimento? (COLOCAR O NÚMERO)

112. Quantas crianças (10-11 anos) possuem Registro Geral - RG? (COLOCAR O NÚMERO)

113. Quantas crianças (10-11 anos) possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF? (COLOCAR O NÚMERO)

114. Quantas crianças (10-11 anos) possuem Carteira de Vacinação? (COLOCAR O NÚMERO)

115. Quantas crianças (10-11 anos) possuem Passaporte? (COLOCAR O NÚMERO)

116. Quantas crianças (10-11 anos) trabalham? (COLOCAR O NÚMERO)

117. Quais atividades a(s) criança(s) (10-11 anos) mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola/ creche) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

117.1. Outra atividade que as crianças de 10-11 anos praticam:

118. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida da criança (10-11 anos)?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição
- Não se aplica/ Não sabe dizer

118.1. Outra contribuição para a criança de 10-11 anos:

119. Quem é o responsável pela criança (10-11 anos)?

- Mãe
- Pai
- Avó/ avô
- Irmã/ irmão
- Tia/ tio
- Vizinho/ vizinha
- Outra pessoa

119.1. Outra pessoa que cuida da criança (10-11 anos):

» A DOLESCENTES ENTRE 12 E 13 ANOS

120. Quantos adolescentes do sexo feminino (12-13 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

121. Quantos adolescentes do sexo masculino (12-13 anos) residem no domicílio?
(COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 12 e 13 anos

122. Quanto à participação no Instituto (Jorginho), o adolescente (12-13 anos):

- Participa e nunca se afastou
- Se afastou por motivo de desinteresse
- Se afastou por motivo de reforço escolar/ explicadora
- Se afastou pela distância
- Se afastou devido ao risco de violência no trajeto
- Se afastou por conta de outro projeto social
- Se afastou por motivos de saúde
- Se afastou por motivo de trabalho
- Outro motivo de afastamento
- Nunca participou do Instituto
- Não sabe informar

122.1. Outro motivo de afastamento (12-13 anos):

123. Quanto à escola do (s) adolescente (s) (12-13 anos):

- Rede Pública
- Rede Particular
- Não frequenta a escola
- Não sabe dizer

» » » Informações escolares (12-13 anos)

124. Em qual escola/colégio estudam (12-13 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria

- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswald Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

124.1. Outra escola/situação (12-13 anos):

125. Participam na escola do programa Mais Educação (12-13 anos)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe dizer

126. Em qual série estudam (12-13 anos)?

- 1º ano/ CA
- 2º ano/ 1ª série
- 3º ano / 2ª série
- 4º ano / 3ª série
- 5º ano / 4ª série
- 6º ano / 5ª série
- Outras

126.1. Em qual série estudam (12-13 anos) outras?

127. Quanto ao turno escolar (12-13 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Outros

127.1. Quanto ao turno escolar (12-13 anos) outros:

128. Quantos adolescentes (12-13 anos) praticam atividade física FORA da escola/colégio?

129. Número das crianças do domicílio entre 12 e 13 anos que não estão na escola:

» » » Documentação (12-13 anos)

130. Quantos adolescentes (12-13 anos) possuem certidão de nascimento?

131. Quantos adolescentes (12-13 anos) possuem Registro Geral - RG?

132. Quantos adolescentes (12-13 anos) possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF?

133. Quantos adolescentes (12-13 anos) possuem Carteira de Vacinação?

134. Quantos adolescentes (12-13 anos) possuem Passaporte?

135. Quantos adolescentes (12-13 anos) trabalham?

136. Quantos adolescentes (12-13 anos) têm filhos ou estão prestes a ter nos próximos meses?

137. Quais atividades a(s) criança(s) (12-13 anos) mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola/ creche) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

137. 1. Outra atividade que os adolescentes 12-13 anos praticam:

138. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida do adolescente (12-13 anos)?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição

Não se aplica/ Não sabe dizer

138.1. Outra contribuição para o adolescente (12-13 anos):

139. Quem é o responsável pelo adolescente (12-13 anos)?

- Mãe
- Pai
- Avó/ avô
- Irmã/ irmão
- Tia/ tio
- Vizinho/ vizinha
- Outra pessoa

140. Outra pessoa que cuida do adolescente (12-13 anos):

» A DOLESCENTES ENTRE 14 E 15 ANOS

141. Quantos adolescentes do sexo feminino (14-15 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

142. Quantos adolescentes do sexo masculino (14-15 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 14 e 15 anos

143. Quanto à participação no Instituto (Jorginho), o adolescente (14-15 anos):

- Participa e nunca se afastou
- Se afastou por motivo de desinteresse
- Se afastou por motivo de reforço escolar/ explicadora
- Se afastou pela distância
- Se afastou devido ao risco de violência no trajeto
- Se afastou por conta de outro projeto social
- Se afastou por motivos de saúde
- Se afastou por motivo de trabalho
- Outro motivo de afastamento
- Não sabe dizer
- Nunca participou do instituto

143.1. Outro motivo de afastamento (14-15 anos):

144. Quanto à escola do (s) adolescente (s) (14-15 anos):

- Rede Pública
- Rede Particular
- Não frequenta a escola
- Não sabe dizer

» » » Informações escolares (14-15 anos):

145. Em qual escola estudam (14-15 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio X II
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswaldi Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

145.1. Outra escola/situação (14-15 anos):

146. Participam na escola do programa Mais Educação (14-15 anos)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe dizer

147. Em qual série estudam (14-15 anos)?

- 1º ano/ CA
- 2º ano / 1ª série
- 3º ano / 2ª série
- 4º ano/ 3ª série
- 5º ano / 4ª série
- 6º ano / 5ª série
- 7º ano / 6ª série
- 8º ano / 7ª série
- 9º ano / 8ª série
- 1º ano do Ensino Médio
- 2º ano do Ensino Médio
- 3º ano do Ensino Médio
- Outros

147.1. Em qual série estudam (14-15 anos) Outros:

148. Quanto ao turno escolar (14-15 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Noite
- Outros

148.1. Quanto ao turno escolar (14-15 anos) - outros:

149. Quantos adolescentes (14-15 anos) praticam atividade física FORA da escola?
(COLOCAR O NÚMERO)

150. Número das crianças do domicílio entre 14 e 15 anos que não estão na escola:

» » » Documentação (14-15 anos):

151. Quantos adolescentes (14-15 anos) possuem Certidão de Nascimento? (COLOCAR O NÚMERO)

152. Quantos adolescentes (14-15 anos) possuem Registro Geral - RG? (COLOCAR O NÚMERO)

153. Quantos adolescentes (14-15 anos) possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF?
(COLOCAR O NÚMERO)

154. Quantos adolescentes (14-15 anos) possuem Carteira de Vacinação? (COLOCAR O NÚMERO)

155. Quantos adolescentes (14-15 anos) possuem Passaporte? (COLOCAR O NÚMERO)

156. Quantos adolescentes (14-15 anos) trabalham? (COLOCAR O NÚMERO)

157. Quantos adolescentes (14-15 anos) têm filhos ou estão prestes a ter nos próximos meses? (COLOCAR O NÚMERO)

158. Quais atividades o(s) adolescente(s) (14-15 anos) mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

158.1. Outra atividade que os adolescentes 14-15 anos praticam:

159. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida do adolescente (14-15 anos)?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição
- Não se aplica/ Não sabe dizer

159.1. Outra contribuição para os adolescentes (14-15 anos):

160. Quem é o responsável pelo adolescente (14-15 anos):

- Mãe
- Pai
- Avô/avó

- Irmã/irmão
- Tia/tio
- Vizinha/vizinho
- Outra pessoa

160.1. Outra pessoa que cuida do adolescente (14-15 anos):

» ADOLESCENTES ENTRE 16 E 17 ANOS

161. Quantos adolescentes do sexo feminino residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

162. Quantos adolescentes do sexo masculino residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 16 e 17 anos

163. Quanto à participação no Instituto (Jorginho), o adolescente (16-17 anos):

- Nunca se afastou
- Se afastou por desinteresse
- Se afastou devido ao reforço escolar/ explicadora
- Se afastou devido à distância
- Se afastou devido ao risco de violência no trajeto
- Se afastou por conta de outro projeto social
- Se afastou devido à saúde
- Se afastou por motivo de trabalho
- Outro motivo do afastamento
- Nunca participou do Instituto
- Não sabe informar

163.1. Outro motivo de afastamento (16-17 anos):

164. Quanto à escola do adolescente (16-17 anos):

- Rede Pública
- Rede Particular
- Não frequenta a escola
- Não sabe dizer

» » » Informações escolares (16-17 anos):

165. Em qual escola estudam (16-17 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrade
- Escola Municipal Evangelina Duarte
- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswald Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

165.1. Outra escola/situação (16-17 anos):

166. Participam na escola do programa Mais Educação (16-17 anos)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/ Não sabe dizer

167. Em que série estudam (16 - 17 anos)?

- 1º ano / CA
- 2º ano / 1ª série
- 3º ano / 2ª série
- 4º ano / 3ª série
- 5º ano / 4ª série
- 6º ano / 5ª série
- 7º ano / 6ª série
- 8º ano / 7ª série

- 9º ano / 8ª série
- 1º ano do Ensino Médio
- 2º ano do Ensino Médio
- 3º ano do Ensino Médio
- Outros

167.1. Em qual série estudam (16-17 anos) outros:

168. Quanto ao turno escolar (16-17 anos):

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Noite
- Outros

168.1. Quanto ao turno escolar (16-17 anos) outros:

169. Quantos adolescentes (16-17 anos) praticam atividade física FORA da escola?
(COLOCAR O NÚMERO)

170. Número dos adolescentes do domicílio entre 16 e 17 anos que não estão na escola:

» » » Documentação (16-17 anos)

171. Quantos adolescentes (16-17 anos) possuem Certidão de Nascimento?

172. Quantos adolescentes (16-17 anos) possuem Registro Geral - RG?

173. Quantos adolescentes (16-17 anos) possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF?

174. Quantos adolescentes (16-17 anos) possuem Carteira de Vacinação?

175. Quantos adolescentes (16-17 anos) possuem Passaporte?

176. Quantos adolescentes (16-17 anos) trabalham?

177. Quantos adolescentes (16-17 anos) têm filhos ou estão prestes a ter nos próximos meses?

178. Quais atividades o(s) adolescente(s) (16-17 anos) mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola) e nos finais de semana?

- Assistem TV
- Mexem no computador/ tablet/ celular
- Ficam em casa
- Ficam na rua
- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

178.1. Outra atividade que os adolescentes 16-17 anos praticam:

179. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida do adolescente (16-17 anos)?

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição
- Não se aplica/ Não sabe dizer

179.1. Outra contribuição para o adolescente (16-17 anos):

180. Quem é o responsável pelo adolescente (16-17 anos):

- Mãe
- Pai
- Avô/Avó
- Irmã/irmão
- Tia/tio
- Vizinha/vizinho
- Outra pessoa

180.1. Quem é o responsável pelo adolescente (16-17 anos) Outros:

» JOVENS ENTRE 18 A 24 ANOS

181. Quantas jovens do sexo feminino (18-24 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA

ETÁRIA)

182. Quantos jovens do sexo masculino (18-24 anos) residem no domicílio? (COLOCAR O NÚMERO - SE A QUANTIDADE FOR ZERO, PULAR PARA A PRÓXIMA FAIXA ETÁRIA)

» » Conteúdo 18 a 24 anos

183. Quanto à participação no Instituto (Jorginho), o jovem (18-24 anos):

- Participa e nunca se afastou
- Se afastou por conta do desinteressante
- Se afastou por motivo de reforço escolar/ explicadora
- Se afastou devido à distância
- Se afastou devido ao risco de violência no trajeto
- Se afastou por conta de outro projeto social
- Se afastou devido à saúde
- Se afastou por conta do trabalho
- Outro motivo do afastamento
- Não sabe dizer
- Nunca participou do Instituto

183.1. Outro motivo:

184. Quanto à rede de ensino do jovem (18-24 anos):

- Rede Pública
- Rede Particular
- Não frequenta a escola/universidade
- Não sabe dizer

» » » Informações escolares

185. Em qual escola estudam (18-24 anos)?

- Centro Educacional Argos
- Colégio Girassol
- Colégio Estadual Professor Joel de Oliveira
- Colégio Pio XII
- EDI Fernão Dias
- EDI Professora Miltolina da Silva
- Escola Futuros Talentos
- Escola Municipal Antônio Francisco Lisboa
- Escola Municipal Baden Powell
- Escola Municipal Barão de Itararé
- Escola Municipal Engenheiro Lafayette de Andrada
- Escola Municipal Evangelina Duarte

- Escola Municipal Gilberto Amado
- Escola Municipal Lia Braga de Faria
- Escola Municipal Madre Benedita
- Escola Municipal Maurice Maeterlinck
- Escola Municipal Oswald Goeldi
- Escola Municipal Piauí
- Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
- Escola Municipal Professora Juracy Silveira
- Escola Estadual Professora Luiza Marinho
- Escola Municipal Rosa da Fonseca
- Escola Municipal Rose Klabin
- Jardim Escola Chave do Saber
- Outra escola
- Nenhuma

185.1. Outra escola/situação (18-24 anos):

186. Qual a escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos residentes no domicílio:

- Nunca frequentou a escola
- Ensino Fundamental Incompleto (1º segmento)
- Ensino Fundamental Incompleto (2º segmento)
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Supletivo
- Pré-Vestibular
- Graduação na área de Humanas
- Graduação na área de Exatas
- Graduação na área de Saúde
- Pós-graduação (Especialização/MBA)
- Mestrado
- Doutorado
- Outros

186.1. Qual a escolaridade do jovem (18-24 anos) outros:

187. Quanto ao turno escolar/ensino (18-24 anos)

- Manhã
- Tarde
- Integral
- Parcial
- Noite
- Outros

187.1. Quanto ao turno escolar do jovem (18-24 anos) Outros:

188. Quantos jovens (18-24 anos) praticam atividade física FORA da instituição de ensino?

189. Número dos jovens do domicílio entre 18 e 24 anos que não estão na escola:

» » » Documentação (18-24 anos)

190. Quantos jovens possuem Certidão de Nascimento (18-24 anos)?

191. Quantos jovens possuem Registro Geral - RG (18-24 anos)?

192. Quantos jovens possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF (18-24 anos)?

193. Quantos jovens possuem Carteira de Vacinação (18-24 anos)?

194. Quantos jovens possuem Passaporte (18-24 anos)?

195. Quantos jovens possuem Carteira de trabalho (18-24 anos)?

196. Quantos jovens de 18 a 24 anos têm filhos ou estão prestes a ter nos próximos meses?

197. Quantos jovens de 18 a 24 anos trabalham?

198. Qual a situação atual dos jovens (18-24 anos)? (Na atividade principal)

- Do lar
- Empregada (o) doméstica (o) com carteira assinada
- Empregada (o) doméstica (o) sem carteira assinada
- Diarista com carteira assinada
- Diarista sem carteira assinada
- Empregado (a) com carteira assinada
- Empregado (a) sem carteira assinada (faz bicos, pedreiro autônomo)
- Empregador
- Cooperativado
- Conta própria (vende sacolé, produtos de revista)

- Aprendiz ou estagiário remunerado
- Militar
- Serviço Público
- Aposentado que trabalha
- Aposentado sem trabalhar
- Desempregado
- Outra situação de trabalho

198.1. Outra situação de trabalho (18-24):

199. Ramo da atividade em que trabalham (18-24 anos):

- Agrícola
- Indústria
- Construção civil
- Comércio
- Serviços
- Organização social
- Militar
- Órgão público
- Estudante
- Nenhum/ Não se aplica (em caso de desempregado, aposentado sem trabalhar ou do lar)
- Outro ramo de atividade

199.1. Outro ramo de atividade (18-24 anos)

200. Qual o rendimento mensal do JOVEM? (Salário mínimo em 2016 = R\$ 880,00)

- 1/2 SM (R\$440,00)
- 1 SM (R\$880,00)
- 1 1/2 SM (R\$1.320,00)
- 2 SM (R\$1.760,00)
- 2 1/2 SM (R\$2.200,00)
- 3 SM (R\$2.640,00)
- 3 1/2 SM (R\$3.080,00)
- Acima de 4 SM (R\$3.520,00)
- Nenhum
- Não se aplica/ Não sabe informar

201. Quais atividades o (s) jovem (ns) (18-24 anos) mais praticam no tempo livre (antes e depois da escola/ creche) e nos finais de semana:

- Assistem TV
- Navegam na Internet
- Ficam em casa
- Ficam na rua

- Dormem ou não fazem nenhuma atividade
- Outra atividade

201.1. Outra atividade que os jovens de 18-24 anos mais praticam:

202. Como o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) poderia contribuir para a vida do jovem (18-24 anos):

- Ensinando futebol
- Ensinando esportes no geral
- Ajudando nos conteúdos da escola
- Oferecendo atividades para ocupar o tempo
- Preparando para o mercado de trabalho
- Outra contribuição
- Não se aplica/ Não sabe dizer

202.1. Outra contribuição para o jovem (18-24 anos):

203. Quem é o responsável pelo sustento da maior parte das despesas do jovem (18-24 anos)?

- O próprio
- Mãe
- Pai
- Avó/avô
- Irmã/ irmão
- Tia/tio
- Vizinha/ vizinho
- Outra pessoa

203.1. Outra pessoa responsável pelo sustento do jovem (18-24 anos):

VI - BLOCO DE QUESTÕES - RELAÇÃO DOS MORADORES COM A REGIÃO

204. Como você considera o local onde vive?

- Complexo
- Favela
- Comunidade
- Bairro
- Outra opção
- Não se aplica/não sabe dizer

204.1. Outra opção de nome da localidade

205. Qual o principal motivo que o faz morar na localidade?

- Proximidade com o local de trabalho
- Proximidade com a família/ parentes
- Relação com amigos
- Custo moradia
- Proximidade com comércios e serviços
- Outro motivo
- Não se aplica/não sabe dizer

205.1. Outro. Qual?

206. Tem vontade de mudar-se da localidade?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

207. Quais os principais motivos que o faria sair da localidade?

- Distância da residência de amigos e parentes
- Falta de segurança
- Falta de serviços públicos básicos
- Enchentes
- Desmoronamento/ deslizamentos
- Falta de opções educacionais/ culturais
- Distância do local de trabalho
- Nenhum
- Outro motivo
- Não se aplica/não sabe dizer

207.1. Outros motivos que o faria sair da localidade

208. Quais atividades você realiza fora da localidade em que mora? (considerar o Complexo do Muquiço)

- Trabalhar
- Estudar
- Ir ao médico
- Consumir
- Atividades de esporte e lazer
- Nenhuma. Realiza tudo na comunidade.
- Outra atividade
- Não se aplica/não sabe dizer

208.1. Outra atividade

209. Indique DUAS atividades que mais faz na localidade em que mora

- Praticar esportes
- Vai à casa de parentes
- Vai à reunião na casa de amigos
- Vai à bailes, festas ou pagodes
- Vai aos bares
- Vai à igreja
- Nenhuma
- Outra
- Não se aplica/não sabe dizer

209.1. Outra atividade

210. Indique a manifestação cultural que mais ocorre na localidade

- Samba
- Pagode
- Forró
- Baile funk
- Hip hop
- Capoeira
- Blocos de bate-bolas
- Festas religiosas
- Outra
- Nenhuma/não sabe dizer

210.1. Outra. Qual?

211. Participa de quais desses grupos?

- Associação de moradores
- Sindicato/ associação de classe
- Igrejas
- ONGs
- Partido político
- Grêmio estudantil
- Clube
- Escola de samba
- Grupo de bate-bolas
- Nenhum
- Outro
- Não se aplica/não sabe dizer

211.1. Outro grupo

212. Indique os instrumentos financeiros que possui

- Conta corrente bancária
- Caderneta/conta de poupança
- Cartão de crédito
- "Caderno" em algum comércio da comunidade
- Previdência privada
- Outras aplicações financeiras
- Nenhum
- Não se aplica/ Não sabe dizer

212.1. Outras aplicações financeiras -

213. Sente-se seguro (a) na rua em que mora?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

214. Tem conhecimento de algum caso de violência doméstica na sua vizinhança?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

214.1. Se sim, foi contra crianças e adolescentes?

- Sim
- Não

214.2. Se sim, foi contra mulheres?

- Sim
- Não

215. Algum morador deste domicílio já foi vítima de alguma forma de violência física DENTRO da localidade?

- Sim, por arma de fogo
- Sim, por faca
- Sim, por espancamento
- Sim, por outro objeto
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

215.1. Se sim, onde ocorreu a violência?

- Dentro de casa
- Fora de casa

215.2. Houve falecimento?

- Sim
- Não

215.3. Quem foi o agressor?

- Parente/ amigo
- Vizinho(a)
- Desconhecido
- Forças policiais
- Outro agressor

215.3.1 Outro agressor

216. Algum morador deste domicílio já foi vítima de alguma forma de violência física FORA da localidade?

- Sim, por arma de fogo
- Sim, por faca
- Sim, por espancamento
- Sim, por outro objeto
- Não
- Não sabe dizer

216.1. Houve falecimento?

- Sim
- Não

216.2. Quem foi o agressor?

- Parente/ amigo
- Vizinho(a)
- Desconhecido
- Forças policiais
- Outro agressor

216.2.1. Outro agressor

217. Como você definiria a sua cor ou raça?

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Não se aplica/não sabe dizer

218. Qual a sua religião?

- Católico
- Evangélica ou protestante
- Umbandista ou candomblencista
- Budista
- Kardecista (espírita)
- Acredita em Deus, mas não tem religião
- Ateu
- Outra religião
- Não se aplica/não sabe dizer

218.1. Outra religião

219. Qual o principal veículo de comunicação que você utiliza para se manter informado dos acontecimentos da cidade/ país/ mundo?

- Jornal impresso
- TV
- Rádio
- Internet
- Revistas/ periódicos
- Outro veículo
- Não se aplica/não sabe dizer

219.1. Outro - Qual?

220. Quantidade de livros que você lê por ano, sem contar os escolares?

- Nenhum
- De 1 a 3
- De 4 a 7
- De 8 a 10
- Mais de 10

221. Quais os seus programas de TV preferidos? (ESCOLHA DOIS)

- Esportivo
- Jornalístico
- Novela
- Filmes
- Seriados
- Humorístico
- Infantil
- Musical
- Auditório
- Documentário
- Religioso
- Outro
- Não se aplica/não sabe dizer

221.1. Outro tipo de programa de TV

222. Costuma baixar vídeos na internet?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

222.1. De qual tipo?

- Musicais
- Seriados
- Filmes
- Humorístico
- Infantil
- Outro
- Não se aplica/não sabe dizer

222.1.1. Outro tipo de vídeo. Qual?

223. Participa de rede social?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

223.1. Qual rede social?

- Facebook
- Twitter
- Whatsapp
- Outra rede social

223.1.1 Outra rede social

224. Quantas vezes por semana você pratica atividades físicas?

- Todos os dias
- 4-5 vezes na semana
- 2-3 vezes na semana
- 1 vez na semana
- Não pratico

224.1. Duração da atividade física diária, quando praticada:

- Até meia hora
- Entre meia e 1 hora
- De 1 a 2 horas
- Mais de duas horas
- Não se aplica

224.2. Onde você pratica atividade mencionada

- Na escola
- No piscinão
- No Instituto Bola Pra Frente (Jorginho)
- Na academia
- Nos campos e quadras da comunidade (sem orientação profissional)
- Não se aplica/não sabe dizer
- Em outros locais

224.2.1. Outros locais

225. Indique as DUAS atividades que você mais realiza no tempo livre:

- Navegar na internet e nas redes sociais
- Ver TV
- Praticar esportes
- Ir à praia
- Ouvir/ tocar música
- Ler/ escrever
- Ir a shows
- Ir a bailes na comunidade
- Ir a bares/ restaurantes
- Ir ao Instituto Bola Pra Frente
- Ir ao Piscinão
- Ir ao shopping
- Viajar
- Ir a espaços religiosos

- Ir ao teatro
- Ir a festas
- Ir ao cinema
- Outra atividade
- Não se aplica/não sabe dizer

225.1. Outra atividade

226. Indique as DUAS atividades que você mais gostaria de fazer no tempo livre:

- Navegar na internet e nas redes sociais
- Ver TV
- Praticar esportes
- Ir à praia
- Ouvir/ tocar música
- Ler/ escrever
- Ir a shows
- Ir a bailes na comunidade
- Ir a bares/ restaurantes
- Ir ao Instituto Bola Pra Frente
- Ir ao Piscinão
- Ir ao shopping
- Viajar
- Ir a espaços religiosos
- Ir ao teatro
- Ir a festas
- Ir ao cinema
- Outra atividade
- Não se aplica/não sabe dizer

226.1. Outra atividade

227. Dentre os esportes/ atividades físicas abaixo, de qual você mais gosta? (De praticar, assistir ou ler sobre...)

- Futebol
- Voleibol
- Natação
- Handebol
- Lutas
- Capoeira
- Basquete
- Atletismo
- Ciclismo
- Skate
- Dança
- Ginástica

- Nenhum
- Outro esporte/ atividade física
- Não se aplica/não sabe dizer

227.1. Outro esporte/ atividade física - Qual?

228. Dentre os esportes/ atividades físicas abaixo, qual você gostaria de praticar?

- Futebol
- Voleibol
- Natação
- Handebol
- Lutas
- Capoeira
- Basquete
- Atletismo
- Ciclismo
- Skate
- Dança
- Ginástica
- Nenhum
- Outro esporte/ atividade física
- Não se aplica/não sabe dizer

228.1. Outro esporte/ atividade física - Qual?

229. Se você estuda, como costuma realizar o deslocamento à instituição de ensino?

- A pé
- De ônibus ou van
- De trem
- De carro
- Não se aplica/não sabe dizer
- Outra forma de locomoção

229.1. Outra forma de locomoção

230. Se você trabalha, como costuma realizar o deslocamento ao seu local de trabalho?

- A pé
- De ônibus ou van
- De trem
- De carro
- Não se aplica/não sabe dizer
- Outra forma de locomoção

230.1. Outra forma de locomoção

231. Você deixou de praticar alguma atividade habitual por falta de saúde no último ano?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

232. Assinale abaixo quais doenças você tem ou já teve?

- Hipertensão
- Diabetes
- Doenças hepáticas (fígado)
- Doenças renais (rins)
- Obesidade
- Câncer
- HIV positivo
- Anemia
- Colesterol alto
- Asma/ Bronquite
- Outras doenças não citadas
- Nenhuma doença

232.1. Outras doenças não citadas?

233. Você faz uso de um medicamento de uso contínuo? (AQUELE QUE SE TOMA REGULARMENTE PARA TRATAR UMA DOENÇA)

- Sim
- Não

233.1. Para quais finalidades/ patologias?

- Anticoncepcional
- Hipertensão
- Diabetes
- Doenças cardíacas
- Doenças hepáticas (fígado)
- Doenças renais
- Não se aplica/não sabe dizer

234. Você se considera:

- Abaixo do peso ideal
- Acima do peso ideal
- Dentro do peso ideal
- Não se aplica/não sabe dizer

235. Você faz ou já fez dieta?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

235.1. Se sim, com acompanhamento de um profissional de saúde?

- Sim
- Não

235.2. Em qual rede de saúde?

- Pública
- Privada
- Não se aplica

235.3. Por qual motivo você faz ou fez dieta?

- Para perda de peso
- Para ganho de peso
- Para redução do sal
- Para redução de colesterol/ triglicerídeos
- Para redução de consumo de carnes/ vegetariano
- Não se aplica/não sabe dizer

» IMC

236. Qual a altura sua? (Se NÃO Souber, colocar 0)

237. Qual o seu peso? (Se NÃO souber, colocar 0)

238. Assinale quais refeições são diariamente oferecidas em sua casa?

- Café da manhã
- Lanche da manhã
- Almoço
- Lanche da tarde
- Jantar
- Lanche da noite
- Não se aplica

» Pensando nos últimos 7 dias, em quantos houve oferta de:

239. Salada crua (alface, tomate, cenoura, pepino, repolho, etc)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

240. Legumes e verduras cozidos (couve, abóbora, chuchu, brócolis, espinafre, etc) - não considerar batata e mandioca

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

241. Frutas frescas, salada de frutas, sucos de fruta natural

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

242. Feijão

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

243. Leite

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

244. Batata frita, batata de pacote e salgadinhos fritos (coxinha, quibe, pastel)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

245. Hambúrguer e embutidos (nuggets, salsicha, linguiça)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

246. Biscoitos salgados ou salgadinhos de pacote

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

247. Biscoitos doces ou recheados, doces, balas e chocolates (em barra ou bombom)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias

- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

248. Refrigerante normal (com açúcar), não considerar os diet ou light

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

249. Queijos

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

250. Iogurtes

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

251. Carne bovina

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias

- 7 dias

252. Carne suína

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

253. Carne de frango

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

254. Carne de peixe

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

255. Frios (presunto, mortadela, salame, etc.)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

256. Sucos industrializados prontos para beber (sucos de caixa)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

257. Lanches (cachorro quente, pizza, salgado, hambúrguer, etc.)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

258. Alimentos integrais

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

259. Alimentos enlatados (milho, ervilha, seleta de legumes, molho pronto)

- Nenhum
- 1 dias
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- 7 dias

260. Assinale qual o tipo de leite ofertado em sua casa:

- Desnatado
- Semi-desnatado
- Integral

- Não sabe/ não se aplica

261. Qual o tipo mais frequente de iogurte?

- Desnatado
- Semi-desnatado
- Integral
- Não se aplica/não sabe dizer

262. Em quantas refeições na última semana os alimentos foram preparados de forma a serem fritos em imersão?

- 1-2 vezes
- 3-4 vezes
- Todos os dias
- Não se aplica/não sabe dizer

263. Quantos quilos de açúcar são consumidos por mês na sua casa?

- Menos de 1 quilo
- 1 quilo
- 2 quilos
- 3 quilos
- 4 quilos
- 5 quilos
- 6 quilos
- Mais de 6 quilos
- Não se aplica/não sabe dizer

264. Quantas garrafas de óleo (900 ml) são consumidas por mês na sua casa?

- Menos de 1 garrafa
- 1 garrafa
- 2 garrafas
- 3 garrafas
- 4 garrafas
- 5 garrafas
- 6 garrafas
- Mais de 6 garrafas
- Não se aplica/não sabe dizer

265. Quantos quilos de sal são consumidos por mês na sua casa?

- Menos de 1 quilo
- 1 quilo
- 2 quilos
- 3 quilos
- 4 quilos

- 5 quilos
- 6 quilos
- Mais de 6 quilos
- Não se aplica/não sabe dizer

266. Quantos litros de água você bebe por dia?

- Menos de 1 litro
- 1-3 litros
- 4-6 litros
- 7 ou mais litros
- Não se aplica/não sabe dizer

267. Na sua casa, a água ofertada é:

- Filtrada
- Da bica
- Fervida
- Comprada
- Outra forma
- Não se aplica/não sabe dizer

267.1. Outra forma:

268. Com relação ao consumo de bebida alcoólica, você:

- Não bebe
- Bebe aos finais de semana (2 vezes)
- Bebe mais de 3 vezes por semana
- Bebe todos os dias
- Não se aplica/não sabe dizer

269. Com que idade experimentou bebida alcoólica pela primeira vez?

- Antes dos 10 anos
- Entre 10 e 12 anos
- Entre 13 e 14 anos
- Entre 15 e 17 anos
- Entre 18 e 24 anos
- A pós os 25 anos
- Nunca experimentei
- Não se aplica/não sabe dizer

270. Você fuma?

- Sim
- Não

- Não se aplica/não sabe dizer

270.1. Se sim, quantos cigarros por dia?

- entre 0 e 1
 Entre 2 e 4
 Entre 5 e 7
 Entre 8 e 10
 Mais de 10 cigarros
 Mais de 1 maço de cigarro
 Mais de 2 maços de cigarros
 Mais de 3 maços de cigarros

270.2. Com que idade fumou pela primeira vez?

- Antes dos 10 anos
 Entre 10 e 12 anos
 Entre 13 e 14 anos
 Entre 15 e 17 anos
 Entre 18 e 24 anos
 Após os 25 anos

271. Neste domicílio alguém tem problemas com álcool?

- Sim
 Não
 Não se aplica/não sabe dizer

272. Neste domicílio alguém tem problemas com drogas?

- Sim
 Não
 Não se aplica/não sabe dizer

273. Neste domicílio, alguém sofre as patologias abaixo?

- Hipertensão
 Diabetes
 Doenças cardíacas (coração)
 Doenças hepáticas (fígado)
 Doenças renais (rins)
 Obesidade
 Câncer
 HIV positivo
 Outras doenças não citadas
 Não se aplica/não sabe dizer

Nenhuma doença

273.1. Outras doenças:

274. Quantos moradores deste domicílio possuem plano de saúde? (Em caso negativo, colocar zero)

275. Quantos moradores que tiveram filhos quando eram menores de 18 anos, ou estão prestes a ter? (Em caso negativo, colocar zero)

» Deficiência

276. Quantos moradores com necessidade especial há em sua casa? (Se não houver, colocar zero)

276.1. Que tipo de deficiência?

- Física
- Mental
- Auditiva
- Visual

276.2. Qual a idade? (Se houver mais de um, marcar mais de uma opção)

- De 0 a 5 anos
- De 6 a 12 anos
- De 13 a 17 anos
- De 18 a 24 anos
- De 24 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- De 51 a 60 anos
- De 61 a 70 anos
- De 71 a 80 anos
- De 81 a 90 anos
- De 91 a 100 anos
- Mais de 100 anos

276.3. O que ocasionou essa necessidade/deficiência? (Marcar mais de uma opção, caso haja mais de uma causa e mais de uma pessoa)

- Violência/ agressão
- Acidente de trânsito
- Acidente doméstico
- Acidente de trabalho

- Idade avançada
- Nascimento/ congênito
- Outra causalidade
- Não se aplica/não sabe dizer

Outros -

» Satisfação com a vida

277. Estou satisfeito (a) com minha vida.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

278. Tenho aproveitado as oportunidades da vida.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

279. Avalio minha vida de forma positiva.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

280. Sob quase todos os aspectos minha vida está longe do meu ideal de vida.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

281. Mudaria meu passado se eu pudesse.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

282. Gosto da minha vida.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

283. Minha vida poderia estar melhor.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

284. Tenho mais momentos de tristeza do que de alegria em minha vida.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

285. Minhas condições de vida são muito boas.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

286. Considero-me uma pessoa feliz.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

287. Considero-me uma pessoa saudável.

- Sim
- Não
- Não sei dizer

VIII - BLOCO DE QUESTÕES - AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS NA REGIÃO

288. Como é feito o abastecimento de água no seu domicílio?

- Rede geral da CEDA E
- Poço no terreno da propriedade
- Poço fora da propriedade
- Carro-pipa
- Outra forma
- Não se aplica/não sabe dizer

288.1. Outra forma:

289. Qual a frequência da entrada de água no domicílio?

- Diariamente
- Uma vez por semana
- Duas vezes por semana
- Três vezes por semana

- De quatro a sete vezes por semana
- Não sabe informar
- Não canalizada
- Não se aplica/não sabe dizer

290. Qual o destino do lixo domiciliar?

- Coletado por serviço de limpeza regularmente
- Coletado por serviço de limpeza irregularmente
- Coletado em caçamba do serviço de limpeza
- Jogado em terreno baldio ou no logradouro
- Queimado
- Enterrado
- Jogado em rio, lago ou mar
- Jogado em encostas
- Outro destino
- Não se aplica/não sabe dizer

290.1. Outro destino:

291. Qual a frequência da coleta de lixo feita pela Comlurb na rua em que reside?

- Diariamente
- Uma vez por semana
- Duas vezes por semana
- Três vezes por semana
- Não sabe informar
- Não ocorre coleta pela Comlurb
- Não se aplica/não sabe dizer

292. Indique os DOIS serviços ou equipamentos em que considera o Complexo do Muquição mais bem atendido:

- Iluminação pública
- Saúde
- Policiamento
- Escola de Ensino Fundamental (1º grau)
- Escola de Ensino Médio (2º grau)
- Creches
- Associação de moradores
- Água
- Esgoto
- Coleta de lixo
- Limpeza de vias públicas
- Calçamentos
- Arruamento

- Praças e quadras de esporte
- Parques e arborização em geral
- Lazer
- Comércio
- Correio
- Entregas domiciliares
- Transporte
- Telefonia pública
- Telefonia residencial
- Agência bancária
- Nenhum
- Não se aplica/não sei dizer

293. Para melhoria da qualidade de vida na comunidade, é necessário mais investimento em (CITE APENAS DOIS SERVIÇOS)

- Iluminação pública
- Saúde
- Policiamento
- Escola de Ensino Fundamental (1º grau)
- Escola de Ensino Médio (2º grau)
- Creches
- Associação de moradores
- Água
- Esgoto
- Coleta de lixo
- Limpeza de vias públicas
- Calçamentos
- Arruamento
- Praças e quadras de esporte
- Parques e arborização em geral
- Lazer
- Comércio
- Correio
- Entregas domiciliares
- Transporte
- Telefonia pública
- Telefonia residencial
- Agência de bancária
- Nenhum
- Não se aplica/não sei dizer
- Outro serviço não citado

293.1. Outro:

294. Quanto à qualidade da associação de moradores, o serviço prestado é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

295. Quanto à coleta de lixo domiciliar, o serviço prestado ao Complexo do Muquiço é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

296. Quanto à saúde pública, o serviço prestado ao Complexo do Muquiço é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

297. Quanto à iluminação pública, o serviço prestado no Complexo do Muquiço é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

298. Quanto ao fornecimento de energia elétrica, o serviço prestado ao Complexo do Muquiço é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

299. Quanto às creches públicas, o serviço prestado ao Complexo do Muquiço é:

- Muito bom
- Bom

- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

300. Quanto às Escolas de Ensino Fundamental, o serviço prestado ao Complexo do Muquição é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

301. Quanto às escolas de Ensino Médio, o serviço prestado ao Complexo do Muquição é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

302. Quanto ao serviço da polícia, o serviço prestado ao Complexo do Muquição é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

303. Quanto ao fornecimento de água, o serviço prestado ao Complexo do Muquição é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

304. Quanto ao sistema de esgoto, o serviço prestado ao Complexo do Muquição é:

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim

- Muito ruim ou inexistente
- Não sabe/ desconhece

XIX - BLOCO DE QUESTÕES - IMPACTO DO BOLA PRA FRENTE

305. Você conhece o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

» Questões sobre o Bola Pra Frente

306. Algum morador do domicílio trabalha ou já trabalhou diretamente ou indiretamente para o Bola Pra Frente (Jorginho)?

- Sim
- Não
- Não se aplica/não sabe dizer

307. Sobre a influência do Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) na região, opine:

- Influencia positivamente
- Influencia negativamente
- Não influencia
- Não se aplica/não sabe dizer

308. Como você avalia a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Bola Pra Frente (Jorginho) na região?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima
- Não se aplica/não sabe dizer

» » Você considera o Instituto Bola Pra Frente (Jorginho):

309. Uma escolinha de futebol?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

310. Uma Instituição que auxilia no desenvolvimento de crianças e adolescentes?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

311. Uma instituição que alcança resultados efetivos com as crianças e adolescentes?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

312. Uma instituição que se preocupa com a comunidade?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

313. Uma instituição que realiza projetos sociais?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

314. Uma instituição que contribui para o desenvolvimento da região?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315. Você já participou de algum projeto no Instituto Bola Pra Frente (Jorginho)?

- Sim
- Não

» » Hoje você se considera/está:

315.1. Melhor na escola?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315.2. Trabalhando formalmente? (COM CARTEIRA ASSINADA)

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315.3. Trabalhando informalmente? (SEM CARTEIRA ASSINADA)

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315.4. Tem uma boa relação com os pais?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315.5. Tem uma boa relação com a comunidade, seus vizinhos e amigos?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315.6. Você se considera uma referência positiva? (para os mais novos, na comunidade, etc.)

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315.7. Envolveu-se com coisas ilícitas?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

315.8. Parou de estudar?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316. Você conhece alguém que já tenha participado de projetos desenvolvidos pelo Bola Pra Frente?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

» Hoje essa pessoa está:

316.1. Melhor na escola?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316.2. Trabalhando formalmente? (COM CARTEIRA ASSINADA)

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316.3. Trabalhando informalmente? (SEM CARTEIRA ASSINADA)

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316.4. Tem uma boa relação com os pais?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316.5. Tem uma boa relação com a comunidade, seus vizinhos e amigos?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316.6. É uma referência positiva? (para os mais novos, para comunidade...)

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316.7. Envolveu-se com coisas ilícitas?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica

316.8. Parou de estudar?

- Sim
- Não
- Não sei dizer/não se aplica